

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS SAN

TIAGO DANTAS – UNESP, UNICAMP E PUC-SP

JULIA MORI APARECIDO

As dinâmicas dos grupos armados na República Centro Africana e na República
Democrática do Congo durante a pandemia da COVID-19

São Paulo – SP

2025

JULIA MORI APARECIDO

As dinâmicas dos grupos armados na República Centro Africana e na República
Democrática do Congo durante a pandemia da COVID-19

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais, na área de concentração “Paz, Defesa e Segurança Internacional”, na linha de pesquisa “Estudos de Paz, Resolução de Conflitos e Gerenciamento de Crises”.
Orientador: Prof. Dr. Sérgio Luiz Cruz Aguilar.

São Paulo – SP

2025

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – Biblioteca
Graziela Helena Jackyman de Oliveira – CRB 8/8635

Aparecido, Julia Mori.

A639 As dinâmicas dos grupos armados na República Centro Africana e na República Democrática do Congo durante a pandemia da COVID-19 / Julia Mori Aparecido. – São Paulo, 2025.
160 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Sérgio Luiz Cruz Aguilar.

Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, São Paulo, 2025.

1. Nações Unidas – Forças de paz. 2. Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização na República Centro-Africana. 3. Missão das Nações Unidas para a Estabilização na República Democrática do Congo. 4. COVID-19, Pandemia de, 2020-2023. I. Título.

CDD 327.172

IMPACTO POTENCIAL DESTA PESQUISA

A pesquisa revela que choques como a COVID-19 não alteram motivações centrais de grupos armados, mas redefinem estratégias. A análise sistêmica de conflitos na RCA e RDC mostra que dinâmicas locais preexistentes são mais decisivas que crises globais. Em um campo de dados escassos, esse marco analítico sobre contextos voláteis desafia narrativas generalistas e pode subsidiar políticas sensíveis aos contextos.

POTENTIAL IMPACT OF THIS RESEARCH

The research shows that shocks like COVID-19 do not alter the core motivations of armed groups but redefine strategies. A systemic analysis of conflicts in the CAR and DRC reveals that pre-existing local dynamics are more decisive than global crises. In a data-scarce field, this analytical framework on volatile contexts challenges generalist narratives and can inform context-sensitive policies.

IMPACTO POTENCIAL DE ESTA INVESTIGACIÓN

La investigación revela que choques como la COVID-19 no alteran las motivaciones fundamentales de los grupos armados, pero redefinen estrategias. El análisis sistémico de los conflictos en RCA y RDC revela que dinámicas locales preexistentes son más decisivas que las crisis globales. En un campo con datos escasos, este enfoque analítico sobre contextos volátiles desafia las narrativas generalistas y puede respaldar políticas sensibles al contexto.

JULIA MORI APARECIDO

As dinâmicas dos grupos armados na República Centro Africana e na República Democrática do Congo durante a pandemia da COVID-19

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais, na área de concentração “Paz, Defesa e Segurança Internacional”, na linha de pesquisa “Estudos de Paz, Resolução de Conflitos e Gerenciamento de Crises”.
Orientador: Prof. Dr. Sérgio Luiz Cruz Aguilar.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Sérgio Luiz Cruz Aguilar (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”)

Prof. Dr. Héctor Luis Saint-Pierre (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”)

Prof. Dr. Kai Michael Kenkel (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)

São Paulo, 24 de fevereiro de 2025.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, entre março e maio de 2023, e da FAPESP, entre junho de 2023 e fevereiro de 2025: processo nº 2023/02670-5, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do(s) autor(es) e não necessariamente refletem a visão da FAPESP e/ou da CAPES.

Escrever esses agradecimentos é manifestar-me além dos dizeres acadêmicos. É traduzir-me em dizeres que transpassam as barreiras da linguística. É desnudar-me frente a essas brancas folhas que, senão por mim, seguiriam vazias.

Por eles. Que tornam o caminho de casa uma certeza e uma constante. Por não me presentear com o que não puderam ter, mas me ensinarem o que não puderam aprender. As mãos ásperas e os dedos sem digitais que expressam a força da devoção, bem como a renúncia expressa o incondicional. Pelo valor da simplicidade e a riqueza dos momentos. Família em sangue e alma. Por nunca desistirem. Sou tudo o que sou, porque vocês me amaram.

Ao Professor Sérgio Luiz Cruz Aguilar. Por mostrar que a seriedade não compete espaço com a alegria, ou se assemelha a tristeza, mas se opõe ao descompromisso. Por seu companheirismo, sua compreensão, sua parceria e sua amizade. Pelas memórias e pela conexão. “Que esse tanto de coisa, vire uma coisa e tanto”, não é?

Por mim, que fui força e fraqueza. Que muitas vezes impus a mim as piores barreiras e enxuguei as lágrimas que chorei. Que criei aflições e as desfiz. Por ser motivo e razão. E, às vezes, nada. Por tornar-me consciente do difícil processo de apreciar a finitude da vida e a passagem do tempo.

Por você, que atribui valor a essa produção e sentido a essas palavras, que nada seriam senão desconexas. Por possibilitar que esses dizeres, que por vezes desconfortáveis, ecoem.

Por todos em um só, serem motivos de, hoje, eu sorrir com o coração e ter encontrado sentido e completude no que fui capaz de realizar até agora.

Escrevo com lágrimas nos olhos e o coração repleto de carinho, lembrando tudo que nunca imaginei viver. Que todas as memórias que compõem o meu ser, transpassem essas palavras.

Muito. Obrigada.

E agora, o fim está próximo, e então eu encaro o último ato. Meu amigo, vou falar claramente: vou expor meu caso, do qual estou certo. Eu vivi uma vida completa, eu viajei por toda e qualquer estrada. E mais, muito mais que isso, eu fiz isso do meu jeito. Arrependimentos, tenho alguns, mas ainda assim, tão poucos para mencionar. Eu fiz o que eu tive que fazer e persisti, sem exceção. Eu planejei cada curso traçado, cada cuidadoso passo ao longo da trilha. E mais, muito mais que isso, eu fiz isso do meu jeito. Sim, houve momentos, tenho certeza que você soube, quando eu dei um passo maior do que a perna. Mas, apesar das dificuldades, quando havia dúvida, eu acabava com ela. Eu encarei tudo e permaneci de pé, e fiz isso do meu jeito. Eu amei, ri e chorei. Tive minhas conquistas, minha parte de perdas. E agora, enquanto as lágrimas caem, eu acho tudo isso tão divertido.

Frank Sinatra — My Way

RESUMO

A pandemia da COVID-19 colocou desafios sem precedentes em todo o mundo e abalou o sistema internacional. Devido à iminência dessa nova ameaça, as operações de paz multidimensionais da Organização das Nações Unidas (ONU), que muitas vezes desenvolvem tarefas difíceis e navegam em contextos incertos e complexos, se adaptaram. O Secretário-Geral da ONU e o Conselho de Segurança apelaram por um cessar-fogo global a partir dos quais se esperava uma reconfiguração dos níveis de violência. Enquanto alguns grupos armados cessaram suas atividades momentaneamente, outros continuaram seus ataques nas áreas em que atuavam. Nesse sentido, a pesquisa pretende analisar o impacto da pandemia da COVID-19 nas dinâmicas dos conflitos armados na República Centro Africana e na República Democrática do Congo, onde operavam duas missões de paz multidimensionais da ONU - a MINUSCA e a MONUSCO, respectivamente. A pesquisa utilizará a análise sistêmica de conflito, com base em documentos, fontes secundárias e entrevistas para explorar as possíveis motivações, objetivos, interesses e modos de atuação dos principais grupos armados nesses conflitos de modo a explicar a variação das atividades dos grupos durante a pandemia.

Palavras-chave: COVID-19; Grupos armados; África; Sistemas regionais de conflito; Operações de paz multidimensionais; Análise sistêmica de conflitos.

ABSTRACT

The COVID-19 pandemic posed unprecedented challenges worldwide and shook the international system. Due to this new threat's imminence, the United Nations (UN) multidimensional peacekeeping operations, which often carry out difficult tasks and navigate uncertain and complex contexts, adapted. The UN Secretary-General and Security Council called for a global ceasefire, from which a reconfiguration of violence levels was expected. While some armed groups temporarily ceased their activities, others continued their attacks in their areas of operation. In this regard, the research aims to analyse the impact of the COVID-19 pandemic on armed conflict dynamics in the Central African Republic and the Democratic Republic of the Congo, where two UN multidimensional peacekeeping missions operated - MINUSCA and MONUSCO, respectively. The research will use systemic conflict analysis, based on documents, secondary sources and interviews to explore the possible motivations, objectives, interests and modes of operation of the main armed groups in these conflicts to explain the variation in group activities during the pandemic.

Keywords: COVID-19; Armed groups; Africa; Regional conflict systems; Multidimensional peacekeeping operations; Systemic conflict analysis.

RESUMEN

La pandemia de COVID-19 planteó desafíos sin precedentes en todo el mundo y sacudió el sistema internacional. Debido a la inminencia de esta nueva amenaza, las operaciones de paz multidimensionales de la Organización de las Naciones Unidas (ONU), que a menudo realizan tareas difíciles y navegan en contextos inciertos y complejos, se adaptaron. El Secretario General de la ONU y el Consejo de Seguridad llamaron a un alto el fuego global, del cual se esperaba una reconfiguración de los niveles de violencia. Mientras algunos grupos armados cesaron temporalmente sus actividades, otros continuaron sus ataques en sus áreas de operación. En este sentido, la investigación pretende analizar el impacto de la pandemia de COVID-19 en las dinámicas de los conflictos armados en la República Centroafricana y la República Democrática del Congo, donde operaban dos misiones de paz multidimensionales de la ONU - MINUSCA y MONUSCO, respectivamente. La investigación utilizará el análisis sistémico de conflictos, basado en documentos, fuentes secundarias y entrevistas para explorar las posibles motivaciones, objetivos, intereses y modos de operación de los principales grupos armados en estos conflictos para explicar la variación en las actividades de los grupos durante la pandemia.

Palabras clave: COVID-19; Grupos armados; África; Sistemas regionales de conflicto; Operaciones de paz multidimensionales; Análisis sistémico de Conflictos.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – As localizações da RCA e RDC no continente africano.....	74
Figura 2 – Mapa da RCA.....	84
Figura 3 – Controle territorial dos atores armados na RCA em julho de 2021.....	89
Figura 4 – Mapa de recursos naturais na RCA.....	90
Gráfico 1 – Ataques e Fatalidades na RCA (2020-2021)	100
Gráfico 2 – Ataques e fatalidades na RCA (2019-2022)	101
Gráfico 3 – Os cinco principais grupos armados na RCA (2020-2021)	101
Figura 5 – Mapa da RDC.....	107
Figura 6 – Grupos armados no leste da RDC.....	112
Figura 7 – Mapa de recursos naturais na RCA.....	113
Gráfico 4 – Ataques e fatalidades na RDC (2020-2021).....	126
Gráfico 5 – Ataques e fatalidades na RDC (2019-2022)	127
Gráfico 6 – Os cinco principais grupos armados na RDC (2020-2021)	127

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Fatores de análise aos grupos armados	53
Tabela 2 – Motivações e atividades dos grupos armados na RCA.....	106
Tabela 3 – Motivações e atividades dos grupos armados na RDC.....	133

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

3R	Grupo Retorno, Reclamação e Reabilitação
ADF	Forças Democráticas Aliadas
ADFLC	Aliança das Forças Democráticas para a Libertação do Congo-Zaire
APCLS	Aliança de Patriotas por um Congo Livre e Soberano
APPR	Acordo Político de Paz e Reconciliação
CEEAC	Comunidade Econômica dos Estados da África Central
CODECO	Cooperativa para o Desenvolvimento do Congo
COVID-19	Doença do coronavírus
CPC	Coligação de Patriotas pela Mudança
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
Daesh	Estado Islâmico
DDR	Desarmamento, Desmobilização e Reintegração
DDRR	Desarmamento, Desmobilização e Reintegração e Reintegração
EUA	Estados Unidos da América
EUTM	Missão de Treinamento da União Europeia
FARDC	Forças Armadas da República Democrática do Congo
FDLR	Forças Democráticas para a Libertação de Ruanda
FIB	Brigada de Intervenção
FNL	Força Nacional de Libertação
FPRC	Frente Popular para o Renascimento da República Centro-Africana
ICGLR	Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos
LRA	Exército de Resistência do Senhor
MESAN	Movimento para a Evolução Social da África Negra
MICOPAX	Missão de Consolidação da Paz na República Centro-Africana

MINUSCA	Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização na República Centro-Africana
MISCA	Missão Internacional de Apoio à República Centro-Africana
MONUC	Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo
MONUSCO	Missão das Nações Unidas para a Estabilização na República Democrática do Congo
MPC	Movimento Patriótico para a República Centro-Africana
OHCHR	Escritório do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organizações não-governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OP	Operações de Paz da ONU
PARECO	Patriotas da Resistência Congoleza
RCA	República Centro-Africana
RDC	República Democrática do Congo
RI	Relações Internacionais
SGNU	Secretário-Geral das Nações Unidas
UE	União Europeia
UPC	União para a Paz na República Centro-Africana

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
2	QUADRO CONCEITUAL-TEÓRICO.....	18
2.1	Guerras civis e conflitos regionais	18
2.1.1	Fatores estruturais e causas	20
2.1.2	Dinâmicas de conflito	22
2.1.3	Estados fragilizados	23
2.2	Violência em guerras civis	25
2.2.1	Padrões e variações da violência.....	28
2.2.2	Fatores situacionais e conjunturais	29
2.2.3	Dinâmicas de intensificação.....	30
2.3	Grupos armados em conflito	31
2.3.1	Tipologias e características	33
2.3.2	Legitimidade e atuação	36
2.3.3	Comportamentos e estratégias	39
2.4	Choques externos em conflitos.....	41
2.4.1	Impactos nas dinâmicas de violência	42
2.4.2	Respostas dos grupos armados.....	44
2.5	Fatores de influência.....	47
2.5.1	Estruturais e materiais	48
2.5.2	Político-institucionais.....	49
2.5.3	Identitários e sociais.....	51
2.6	Lacuna de pesquisa	58
3	DESENHO DE PESQUISA.....	60
3.1	Análise sistêmica como método.....	60
3.1.1	Fundamentos da abordagem.....	67
3.1.2	Aplicação a conflitos regionais	68
3.1.2.1	Níveis de análise	70
3.1.2.2	Identificação de subsistemas	71
3.1.2.3	Construção das hipóteses	72
3.2	Seleção dos casos	73
3.3	Modelo de análise	74
3.3.1	Conceituação das variáveis	74

4	OPERACIONALIZAÇÃO DA ANÁLISE.....	78
5	ESTUDO DE CASO: REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA.....	84
5.1	Contextualização e mapeamento do conflito	85
5.2	Grupos armados no sistema de conflito	88
5.2.1	Perfis e trajetórias.....	92
5.2.2	Motivações e modos de operação	94
5.3	Avaliação das posturas durante a pandemia.....	96
5.3.1	Adaptações nas motivações	98
5.3.2	Mudanças comportamentais.....	100
5.4	Fatores explicativos.....	102
5.5	Resultados do caso e impactos no sistema do conflito	104
6	ESTUDO DE CASO: REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO.....	107
6.1	Contextualização e mapeamento do conflito	108
6.2	Grupos armados no sistema de conflito	112
6.2.1	Perfis e trajetórias.....	115
6.2.2	Motivações e modos de operação	118
6.3	Avaliação das posturas durante a pandemia.....	120
6.3.1	Adaptações nas motivações	122
6.3.2	Mudanças comportamentais.....	126
6.4	Fatores explicativos.....	128
6.5	Resultados do caso e impactos no sistema do conflito	130
7	CONCLUSÃO.....	134
	REFERÊNCIAS.....	139
	ANEXO – COMPROVANTE DE PESQUISA DE CAMPO.....	160

1 INTRODUÇÃO

Em 11 de março de 2020, quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a COVID-19 como uma pandemia global, um novo elemento de complexidade foi adicionado a cenários já voláteis de conflitos armados (Mustasilta, 2020). O impacto potencial desta crise sanitária em regiões marcadas por instabilidade política e presença de grupos armados gerou preocupações imediatas na comunidade internacional (Gordon, 2024; Harman, 2020; Moyer; Kaplan, 2020; Oriola; Knight, 2020; Prah; Govender, 2020a). Em relação à África as preocupações eram ainda maiores, principalmente pela vulnerabilidade do continente devido aos altos níveis de pobreza, à insegurança alimentar, à infraestrutura de saúde limitada e, em alguns casos, à presença de grupos armados (Addai; Ngwa, 2021; Cronjé, 2020; de Coning, 2021; Desmidt; Neat, 2020; Fiedler; Mross; Adeto, 2021; Haer; Demarest, 2020; Mbow *et al.*, 2020; Nachega *et al.*, 2020; Prah; Govender, 2020b; The Economist, 2020).

A Organização das Nações Unidas (ONU) tomou medidas para enfrentar a crise. O Secretário-Geral das Nações Unidas (SGNU) fez um apelo por um cessar-fogo global (Guterres, 2020c) e iniciou debates sobre possíveis resoluções (Guterres, 2020a, 2020b), argumentando que a humanidade deveria unir forças contra um inimigo comum (Guterres, 2020c). Já o Conselho de Segurança (CSNU) orientou as operações de campo (Guterres, 2020e; UN, 2020m).

O apelo do SGNU recebeu declarações de adesão de cerca de 70 Estados-membros, além de parceiros regionais, atores não estatais, redes e organizações da sociedade civil, e todos os Mensageiros da Paz da ONU (*UN Messengers of Peace*, em inglês) e Defensores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (*Advocates for the Sustainable Development Goals*, em inglês). Embora esse apoio político generalizado tenha gerado expectativas de que a pandemia pudesse atuar como um catalisador para a cessação das hostilidades armadas, como em Camarões, na República Democrática do Congo (RDC), na Colômbia, na Líbia, em Mianmar, nas Filipinas, no Sudão do Sul, no Sudão, na Síria, na Ucrânia e no Iêmen (Guterres, 2020b), percebeu-se uma grande distância entre declarações e atos.

A proposição do SGNU expôs uma questão crítica sobre como choques externos, como uma pandemia, podem afetar as dinâmicas de conflitos armados. Enquanto algumas perspectivas teóricas sugeriam que a crise sanitária poderia reduzir as hostilidades (Pape; Price, 2024; Prah; Govender, 2020a), outras apontavam para o risco de escalada da violência devido ao enfraquecimento das instituições estatais e ao potencial aproveitamento da situação por grupos armados (Basit, 2020; Breslawski; Ives, 2022; Furlan, 2023; Gordon, 2024; Moyer;

Kaplan, 2020). Nesse cenário, o caso africano se mostrou particularmente relevante, sobretudo pela convergência de diversos fatores.

As guerras civis são fenômenos multifacetados e dinâmicos, com diversas variáveis influenciando seu início, gravidade e persistência. A atuação de grupos armados não estatais representa um dos maiores desafios à autoridade e à credibilidade dos Estados africanos no século XXI (Dukhan, 2017; Resisting..., 2021). Estes grupos, que emergem frequentemente em contextos de contratos sociais fragilizados entre Estado e sociedade, utilizam tanto a força quanto os meios políticos para manter, alterar ou minar as bases da legitimidade política (Agbonifo, 2021; Miroiu, 2020). Desse modo, embora variáveis isoladas como a COVID-19 tenham baixo valor explicativo, há razões convincentes para investigar como a pandemia, suas restrições e as consequências econômicas podem ter alterado as dinâmicas dos grupos armados e os seus comportamentos (Ide, 2021). Nesse contexto, identificamos que durante a pandemia, suas posturas e atividades apresentaram variações significativas, desde a declaração de cooperação com autoridades sanitárias até a intensificação de ataques, sugerindo que fatores complexos além da crise sanitária influenciaram suas decisões e ações.

Este estudo, de natureza qualitativa e abordagem sistêmica, examina o impacto da pandemia da COVID-19 nas posturas dos grupos armados em dois dos conflitos significativos na África: a República Centro-Africana (RCA) e a República Democrática do Congo (RDC). Essa seleção se justifica pela diversidade de grupos armados, pelos fatores de influência e pelas dinâmicas de conflito que representam. Ambos apresentam, também, características contrastantes nas respostas dos múltiplos grupos armados ao apelo de cessar-fogo e à própria pandemia, apesar de compartilharem elementos estruturais similares como a presença de grandes operações de paz multidimensionais da ONU (OPs) e períodos eleitorais no recorte temporal estabelecido.

A problemática central deste estudo envolve a compreensão das posturas adotadas pelos principais grupos armados durante a pandemia nos conflitos selecionados, buscando entender como este choque externo interagiu com dinâmicas preexistentes de conflito. A pergunta que orienta a pesquisa é: quais fatores podem estar relacionados às diferentes posturas adotadas pelos grupos armados durante a pandemia? Esta questão se desdobra em aspectos relacionados às variações na violência, às adaptações nas estratégias e às possíveis mudanças nas motivações desses grupos durante o período. O estudo parte do pressuposto de que as respostas dos grupos armados à pandemia não podem ser explicadas por fatores isolados, mas devem ser analisadas considerando a interação complexa entre suas motivações preexistentes, capacidades organizacionais, relações com populações locais e o novo contexto criado pela crise sanitária.

Esta dissertação se fundamenta em um quadro conceitual teórico que conduz as observações das práticas desses grupos no terreno, caracterizando-se como dedutiva ao buscar explicar suas posturas a partir de fatores previamente identificados na literatura. O estudo considera tanto os fatores estruturais preexistentes quanto as novas dinâmicas introduzidas pela pandemia. Desse modo, a relevância desta dissertação reside não apenas em sua contribuição para a compreensão das dinâmicas de conflito durante crises sanitárias globais, mas também no entendimento mais amplo de como choques externos podem influenciar o comportamento de grupos armados.

Argumentamos que, à medida que os esforços dos governos e das operações de paz se concentraram em responder à pandemia, certos grupos armados exploraram novas oportunidades, que variavam de acordo com a natureza do conflito e seu ambiente operacional. Ao examinar as variações na violência durante a pandemia, bem como as motivações e atividades dos principais grupos armados nos conflitos selecionados, pretendemos observar se e, em caso positivo, como os atores do conflito aproveitaram as condições criadas pela pandemia para legitimar suas ações e atingir seus objetivos.

Esta dissertação está organizada em nove seções. Após esta introdução, a segunda seção desenvolve o quadro conceitual-teórico, fundamentando a análise nas teorias de conflito, violência e comportamento de grupos armados. A terceira seção apresenta o desenho de pesquisa, detalhando o método, a seleção dos casos, o modelo de análise e as limitações do estudo. A análise sistêmica de conflitos apresentada nesta seção oferece uma visão mais ampla e integrativa das dinâmicas dos conflitos. A quarta apresenta a operacionalização da análise, uma visão integrativa das dinâmicas observadas por meio do mapeamento do sistema e seus indicadores. A quinta e sexta seção dedicam-se ao estudo dos casos da RCA e da RDC individualmente, exploram os conflitos regionais e a atuação específica dos grupos armados nesses contextos. Por fim, a sétima seção conclui acerca das variações na violência durante a pandemia e as motivações dos grupos armados nos casos estudados.

2 QUADRO CONCEITUAL-TEÓRICO

O desenvolvimento do quadro conceitual-teórico parte de conceitos mais amplos sobre conflitos e guerras civis, avança para a compreensão específica da violência nestes contextos, e culmina na análise dos grupos armados e suas dinâmicas.

Os conflitos armados contemporâneos representam um desafio complexo para estudiosos e formuladores de políticas. Enquanto as causas que levam ao surgimento de guerras civis têm sido extensivamente estudadas, as dinâmicas que moldam a violência durante estes conflitos permanecem menos compreendidas. Esta distinção é crucial: os fatores estruturais que criam condições para o início de uma guerra civil podem ser fundamentalmente diferentes daqueles que influenciam como a violência se manifesta e evolui, uma vez que o conflito está em andamento.

Compreender esta diferença é especialmente relevante no contexto africano, cujos conflitos, aparentemente locais, frequentemente se entrelaçam em dinâmicas regionais mais amplas. Mas, as guerras civis na África raramente se limitam a disputas binárias entre governo e rebeldes. Em vez disso, envolvem múltiplos atores armados operando através de fronteiras porosas, respondendo tanto a condições estruturais históricas quanto a oportunidades e pressões conjunturais.

2.1 Guerras civis e conflitos regionais

Os conceitos convencionais que permeiam os estudos sobre conflitos internacionais são frequentemente utilizados para categorizar e diferenciar atores em contextos de conflito. No entanto, para Heathershaw e Lambach (2008) essas categorias podem não captar adequadamente a complexidade e a diversidade dos atores envolvidos. De maneira que, a forma como nomeamos e categorizamos os atores em um conflito pode ter mais a ver com a prática discursiva do que com qualquer separação prática real entre eles.

O termo ‘conflito’ tem diversos significados e perspectivas. Uma visão mais ampla de conflito foi oferecida por Pinzo e Midgley (2000), que o definiram como uma situação em que duas ou mais partes percebem uma incompatibilidade em seus interesses, necessidades, valores etc. Freund (1995) enfatizou que o conflito existe em um espectro, desde desentendimentos mais leves até confrontos intensos, como guerras. Rummel (1991) apresentou uma definição alternativa, descrevendo-o como um estado de equilíbrio entre vetores de poder social em suas diversas manifestações. Para Huntington (1996) a base para futuros e fatídicos confrontos

civilizacionais estaria enraizada em uma arena global caracterizada por mudanças de poder e incertezas de hierarquias em constante transformação. Nesse caso, as civilizações são consideradas os principais atores no cenário global. Sob argumento que o poder cultural segue o poder político, ele enfatizou a importância dos valores e da identidade cultural na dinâmica do conflito. No entanto, para Avrunch (2009) essa perspectiva encarou as culturas como entidades estáveis, homogêneas, indiferenciadas, duradouras, essenciais e totalizantes, uma simplificação cognitiva diante da complexidade do mundo.

Em um contexto mais amplo, é importante que as Relações Internacionais (RI) considerem uma série complexa de elementos que definem seus parâmetros ontológicos (Lischer, 2003; Mthembu-Salter, 2006). Isso requer a análise dos agentes que operam no sistema de relações internacionais, além do enfoque centrado nos Estados, e incluindo também atores com *status* político ou orientação religiosa não estatal, que interagem com os primeiros e desempenham um papel na influência sobre a formação das estruturas (Charountaki, 2018; Omenma; D'Amato, 2022). Uma guerra convencional envolve Estados e suas forças armadas como atores principais. No entanto, é imprescindível a esse estudo reconhecer que, na África, a maioria das guerras é 'não convencional' (O'Neill, 2001).

O entendimento de processos históricos e sociais mais amplos é necessário para a compreensão de como uma ordem social é construída e sustentada (Neocleous, 2013). Para Gros (2009), a guerra deve ser examinada como um fenômeno histórico. Essa perspectiva desafiou as noções tradicionais de guerra e violência, destacando o surgimento de novas formas e meios de conflito. Os denominados 'estados de violência' revelaram uma dinâmica subjacente de poder e de luta (Gros, 2009). Novos atores entraram na arena, às vezes disputando o controle na ausência de um Estado funcional (Neocleous, 2013). Destacou-se, nessa condição, a atomização dos atores, a dispersão geográfica do combate, a perpetuação indefinida e a linha tênue entre combatentes e criminosos (Gros, 2009). Assim, os grupos armados não estatais são o maior desafio à autoridade e à credibilidade dos Estados africanos no século XXI (Ikelegbe, 2010; Merz, 2010; Podder, 2012; Speiser; Handy, 2007). Isso porque as insurgências usam a força e os meios políticos para manter, alterar ou minar a base da legitimidade política (O'Neill, 2001).

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, houve uma maior ocorrência de guerras civis em comparação com guerras interestatais (Giroux; Lanz; Sguaitamatti, 2009). Esta mudança no panorama global dos conflitos coincide com o surgimento de novos tipos de atores armados não estatais, que desafiam categorias tradicionais de análise.

A compreensão contemporânea das guerras civis vai além do simples confronto entre governo e insurgentes. Uma contribuição fundamental para entender a complexidade dos conflitos contemporâneos veio de Cederman e Vogt (2017), que mostraram como as guerras civis modernas envolvem uma rede intrincada de atores não estatais. Esta complexidade é particularmente evidente na África, onde as fronteiras coloniais artificiais frequentemente dividem grupos étnicos e criam dinâmicas transfronteiriças de conflito (Herbst, 2000).

Segundo Shesterinina e Livesey (2024), à medida que os mecanismos institucionais da sociedade falham e a vida diária se torna mais violenta, o potencial de conflito social aumenta. As crises econômicas e o agravamento da pobreza exacerbam essas tensões, levando a uma mudança da desordem civil para a guerra civil, muitas vezes desencadeada por eventos fora do controle das autoridades nacionais. Essas dinâmicas incluem redes complexas de atores estatais e não estatais, interesses econômicos transnacionais e disputas identitárias sobrepostas (Kaldor, 2012). Tal realidade é claramente observável tanto na RCA quanto na RDC, onde os grupos armados frequentemente operam através das fronteiras e mantêm conexões com atores em países vizinhos.

A dimensão regional dos conflitos, destacada por Buzan e Wæver (2003), é especialmente pertinente para nossa análise. Os autores enfatizaram que os complexos regionais de segurança na África são significativamente influenciados por atores subestatais, que frequentemente têm tanto impacto quanto os próprios Estados na proliferação de conflitos. O conceito de ‘complexos de segurança’ engloba comunidades de segurança e formações de conflito (Aradau *et al.*, 2006; Buzan, Barry; Wæver, 2003). Esta perspectiva nos ajuda a compreender como as respostas dos grupos armados à pandemia da COVID-19 podem ter sido influenciadas não apenas por dinâmicas locais, mas também por considerações regionais mais amplas.

Definimos, portanto, guerras civis como conflitos multifacetados que transcendem fronteiras, combinam desafios à legitimidade estatal e redes transnacionais, e envolvem uma complexa teia de atores e dinâmicas locais e internacionais de poder.

2.1.1 Fatores estruturais e causas

A análise das causas dos conflitos tem evoluído de explicações monocausais para entendimentos mais nuançados que reconhecem a interação de múltiplos fatores. Burton (1990) estabeleceu um marco importante ao identificar necessidades humanas básicas, valores e interesses como fatores fundamentais dos conflitos.

Uma das discussões mais influentes contrapõe explicações baseadas em ‘ganância’ e ‘queixas’ como motivadores fundamentais do conflito (Gurr, 1970). As explicações baseadas em queixas percebem os conflitos internos como respostas às injustiças socioeconômicas e políticas (Collier; Hoeffler; Rohner, 2009; Vinci, 2006). Por outro lado, interpretações centradas na ganância atribuem as guerras civis à busca de lucros por indivíduos, particularmente em um sentido materialista. Uma terceira lógica minimiza os motivos e se concentra nas oportunidades que permitem que os atores participem da mobilização violenta (Cederman; Vogt, 2017)

Como observou Weinstein (2007), a disponibilidade de recursos pode influenciar fundamentalmente como grupos armados se organizam e se comportam, mesmo quando suas origens estão relacionadas a queixas étnicas ou políticas. Collier e Hoeffler (2004), por outro lado, argumentaram que fatores econômicos e oportunidades de predação são mais determinantes para a eclosão de guerras civis do que queixas políticas ou sociais. Estas perspectivas enfatizam como o acesso a recursos naturais, a pobreza e os baixos custos de oportunidade para o recrutamento podem facilitar a emergência de grupos armados. No contexto africano, esta visão ajuda a explicar por que regiões ricas em recursos naturais, como o leste da RDC, frequentemente se tornam focos de conflito prolongado.

Em contraposição, Cederman, Gleditsch e Buhaug (2013) apresentaram evidências de que desigualdades horizontais, especialmente aquelas que afetam grupos étnicos específicos, são fatores cruciais para entender a mobilização para o conflito. Os autores argumentaram que queixas relacionadas à exclusão política e econômica de grupos identitários específicos, somadas às verticais que se categorizam dentro do próprio grupo, podem criar condições propícias para a violência organizada.

Uma terceira perspectiva, desenvolvida por Fearon e Laitin (2003), enfatizou a importância da fragilidade estatal. Para estes autores, a incapacidade do Estado de manter o controle efetivo sobre seu território e sua população é um fator mais determinante que ganância ou queixas. Esta fragilidade institucional herdada interage de forma complexa com a disputa por recursos naturais, como argumentado por Ross (2004) em sua análise sobre como diferentes tipos de recursos podem influenciar tanto o início quanto a duração dos conflitos. A presença de recursos valiosos pode fornecer tanto motivação quanto meios para sustentar rebeliões armadas.

Sendo assim, a realidade dos conflitos contemporâneos sugere que estas diferentes perspectivas não são mutuamente excludentes, mas frequentemente se reforçam mutuamente. Esta complexa interação de fatores ajuda a explicar por que choques externos, como uma

pandemia, podem ter impactos diferentes dependendo do contexto específico do conflito e das características dos grupos armados envolvidos. A próxima seção explorará como estas dinâmicas se manifestam especificamente no contexto das guerras civis contemporâneas.

2.1.2 Dinâmicas de conflito

As dinâmicas das guerras civis contemporâneas envolvem processos complexos que vão além dos confrontos armados. Ramsbotham, Woodhouse e Miall (2005) identificaram cinco dimensões nas quais um conflito pode se transformar: contexto, estrutura, questões, atores e aspectos pessoais ou grupais. Esta perspectiva multidimensional é crucial para nossa análise, pois ajuda a compreender como a pandemia da COVID-19 pode ter afetado diferentes aspectos das dinâmicas de conflito.

Em guerras civis territoriais, grupos buscam a secessão ou o aumento do controle sobre um território específico. Balcells e Kalyvas (2014) diferenciaram conflitos irregulares, caracterizados pela guerra de guerrilha entre exércitos nacionais e rebeldes levemente armados, e conflitos convencionais, com adversários fortemente armados e linhas de batalha claras. Nos conflitos civis criminais identifica-se o uso da violência não por razões políticas, mas por motivos práticos e muitas vezes individualistas. Grupos descontentes, especialmente jovens marginalizados, recorrem à violência em busca de benefícios pessoais, como controle de território ou vingança. Todos os civis correm o risco de serem afetados, independentemente de sua afiliação política. A violência é instrumental, usada para alcançar objetivos imediatos, sem considerar as consequências a longo prazo. Resolver esses conflitos requer mais do que soluções políticas; é necessário abordar as causas socioeconômicas e psicossociais subjacentes (Chabal; Daloz, 1999; Cook; Lounsbery, 2017; Justino; Brück; Verwimp, 2013).

As guerras civis frequentemente oscilam e permanecem instáveis (Francisco, 2009). A violência em conflitos pode variar em intensidade, desde protestos violentos até genocídios e terrorismo (Justino; Brück; Verwimp, 2013). Nesse sentido, é importante distinguir a guerra civil da vitimização civil, como terrorismo, terror de estado, assassinatos em massa e genocídio, embora essas formas de violência política possam ocorrer em guerras civis. Além disso, para Valentino (2014) a violência não estatal, como tumultos e distúrbios comunitários, deve ser excluída da definição de guerra civil, pois não aborda o envolvimento direto do Estado no combate.

Desse modo, no estudo de guerras civis é crucial entender os diferentes níveis de interação entre aqueles que compõem o conflito. No contexto africano, Buzan e Wæver (2003)

destacaram a importância particular da dinâmica subestatal na definição da segurança regional. Aqui, os grupos interagem para desenvolver relações pessoais, símbolos compartilhados e interesses comuns. Isso porque esses grupos e suas interações formam uma parte significativa do tecido social em que o conflito se desenrola (Shesterinina; Livesey, 2024). As relações, tanto amigáveis quanto hostis, entre atores subestatais e estatais influenciam significativamente a dinâmica do conflito regional (Buzan, Barry.; Wæver, 2003). Esta observação é especialmente relevante para entender como grupos armados na RCA e na RDC operam dentro de sistemas mais amplos. Como veremos nas próximas seções, estas dinâmicas interagem com outros fatores, como a fragilidade estatal e as estratégias específicas dos grupos armados, para moldar suas respostas a mudanças significativas em seu ambiente operacional.

2.1.3 Estados fragilizados

A condição de fragilidade estatal representa um elemento crucial para a compreensão das dinâmicas de conflito contemporâneas na África. Lemay-Hébert (2009) observou que conceitos acabam sendo frequentemente aceitos sem análise crítica mais aprofundada. Essa falta de clareza conceitual se reflete na proliferação de terminologias como ‘Estado colapsado’, ‘Estado falido’, ‘Estado frágil’ e ‘Estado fraco’.

Fearon e Laitin (2003) interpretaram o ‘Estado fraco’ como condição facilitadora para guerras civis. Esta perspectiva foi contestada por Cederman e Girardin (2007), que argumentaram que tal abordagem negligenciava uma das principais causas das guerras civis: o conflito étnico. Buhaug (2006) expandiu esta análise ao adicionar outras características que poderiam afetar a estabilidade interna, como o tamanho do território e a diversidade étnica.

Para teorias nacionalistas, as tensões indutoras de conflitos tendem a surgir onde as fronteiras estatais não coincidem, especialmente onde os grupos etnonacionalistas estão expostos a governos estrangeiros (Gellner, 1983). Varin e Abubakar (2017), por outro lado, enfocam a dinâmica dos atores não estatais violentos atrelada ao contexto local. Os autores descreveram que, ainda que cada país seja único, existem características compartilhadas que podem promover um ambiente ‘facilitador’ no qual grupos armados podem prosperar. A falha ou inexistência de contratos sociais entre o Estado e a sociedade é um dos principais motores para o seu surgimento. Nessa condição, civis organizados ao longo de linhas étnicas, religiosas, econômicas e políticas se armam e desafiam o monopólio legal do Estado sobre o uso da violência (Cederman; Vogt, 2017).

Desse modo, a questão da legitimidade do Estado emerge como particularmente relevante quando esta é percebida como ameaçada ou ausente. Clements (2014) argumentou que os cidadãos reconhecem e apoiam atores políticos e instituições que prestam serviços essenciais para seu bem-estar individual e coletivo. McLoughlin (2015) destacou que o grau em que o Estado atende às necessidades diárias dos cidadãos desempenha um papel importante em sua avaliação subjetiva do Estado. Van De Walle e Scott (2011) complementaram esta análise ao mostrar que, em ambientes frágeis, a prestação de serviços é crucial para a penetração do Estado, envolvendo o estabelecimento de controle, presença e autoridade. De maneira que em Estados frágeis, onde há falta de vontade política e/ou capacidade para fornecer serviços adequados, atores não estatais (incluindo grupos armados) frequentemente emergem como provedores alternativos. O alto grau de autonomia local atribuí às comunidades e aos atores locais relativa independência do Estado central (Omenma; D'Amato, 2022; Rosenthal *et al.*, 2020). Nestas situações, os princípios tradicionais de legitimação, baseados em estruturas tribais, anciãos ou senhores da guerra, podem prevalecer sobre os princípios legais e racionais. Nessas condições, afirma-se que muitas vezes distinguir atores não estatais de atores estatais pode ser problemático. Isso porque, tratando-se de segurança internacional, atores não estatais podem desempenhar funções consideradas públicas (Kruck; Schneiker, 2017).

Sendo assim, a capacidade institucional de um Estado é crucial na prevenção de conflitos (Buhaug, 2006). Isso inclui a capacidade de dissuadir, detectar e deter movimentos antagônicos. Para ele, a força do grupo armado em relação ao Estado é um fator determinante para o surgimento de conflitos. De maneira que a frequência de agitação doméstica está inversamente relacionada à força do Estado. O monopólio estatal do uso da força seria garantido apenas por sua capacidade de dissuadir potenciais adversários. Desse modo, regimes transitórios e institucionalmente inconsistentes e países empobrecidos são responsáveis pela grande maioria das guerras civis contemporâneas (Collier; Hoeffler, 2004; Fearon; Laitin, 2003; Hegre *et al.*, 2001).

A força econômica também desempenha um papel significativo, com altos padrões de vida e baixas taxas de desemprego aumentando os custos de se juntar a grupos rebeldes (Buhaug, 2006). Estados ricos são mais capazes de iniciar reformas para reduzir as queixas de grupos marginalizados, enquanto a pobreza e a corrupção diminuem os custos de oportunidade da rebelião (Collier; Hoeffler, 2004). À medida que os conflitos ultrapassam o controle governamental e envolvem cada vez mais várias entidades não estatais, torna-se imperativo compreender as complexidades locais e reavaliar as regras de engajamento desatualizadas. Nesses contextos, civis organizados de acordo com linhas étnicas, religiosas, econômicas e

políticas pegaram em armas, desafiando o monopólio do Estado sobre a violência (Varin; Abubakar, 2017).

Giroux, Lanz e Sguaitamatti (2009) afirmaram que alguns países africanos poderiam ser classificados como Estados fracos, no sentido de que seus governos são incapazes de entregar ‘bens políticos’ a toda a população. Esses bens incluem, principalmente, segurança, mas também benefícios como um sistema legal funcional, cuidados de saúde, educação e infraestrutura crítica. Gurr (2015), por outro lado, apontou que é comum afirmar que muitos dos Estados africanos estabelecidos após as independências desenvolveram estruturas institucionais fracas e permaneceram principalmente sob o controle de líderes autocráticos. Por isso, esses são frequentemente descritos como Estados fracos devido à sua autoridade limitada sobre a sociedade, restrita pela falta de recursos humanos e financeiros, e influenciados por pressões domésticas e internacionais.

Vários estudos sugerem, pois, que essa fraqueza institucional dos regimes está intimamente ligada a conflitos políticos generalizados, frequentemente de natureza revolucionária. No entanto, Gurr (2015) fez uma ressalva a relatividade do conceito de fraqueza, sendo dependente do poder de grupos concorrentes e do ambiente cultural. Huntington (2018) propôs que a adaptabilidade de um governo é um indicador vital de sua institucionalização e força. Nos últimos cinquenta anos, a maioria dos governos africanos pós-independência mostrou notável resiliência na manutenção da soberania nacional, impedindo movimentos separatistas bem-sucedidos (com exceção da Etiópia e do Sudão) e evitando desafios significativos de grupos revolucionários. Estudiosos como Jackson e Rosberg (1986) atribuem a resistência dos Estados africanos em meio à instabilidade à presença de organizações regionais que atuaram como mecanismos para manter o legado colonial e inibir os movimentos em direção à autodeterminação após a independência.

Esta compreensão da fragilidade estatal é fundamental para nossa análise das respostas dos grupos armados à pandemia. Uma vez que conflitos não são apenas fenômenos coletivos, mas também são moldados por interações complexas entre diferentes níveis sociais, políticos e econômicos, envolvendo uma gama diversificada de grupos armados estudados na próxima seção.

2.2 Violência em guerras civis

Enquanto a seção anterior explorou as características estruturais e dinâmicas das guerras civis como fenômeno político-social mais amplo, esta seção foca especificamente na violência

como uma dimensão particular destes conflitos. Esta distinção é importante porque, embora toda guerra civil envolva violência, a maneira como esta violência se manifesta, suas lógicas subjacentes e seus padrões de variação constituem um campo de estudo próprio.

Os conflitos representam um fenômeno coletivo complexo, em que dinâmicas políticas, sociais, econômicas e culturais interagem e são impactadas por diferentes formas de violência. Além das causas das guerras civis, a partir dos anos 2000, estudos se concentraram na dinâmica durante as guerras civis. A violência geralmente envolve motivos privados, oportunistas e pessoais. É mais pronunciada em áreas onde nenhuma parte do conflito desfruta de controle territorial total ou apoio civil (Kalyvas, 2006a; Valentino, 2014), e principalmente perpetrada por ambos os governos (Valentino, 2014) para erradicar o apoio a rebeldes (Valentino; Huth; Balch-Lindsay, 2004) e grupos rebeldes dotados de recursos naturais (Weinstein, 2007). A dinâmica também inclui a capacidade de mobilização e lealdades dos rebeldes, que variam no tempo e no espaço de acordo com as circunstâncias (Kalyvas; Kocher, 2007), geografia, etnia e ideologia (Gates, 2002), bem como estruturas pré-guerra (Staniland, 2014). Finalmente, atores externos como operações de manutenção da paz podem desencadear mudanças na dinâmica do conflito (Speiser; Handy, 2007).

Entendemos que a violência em guerras civis não é apenas um subproduto do conflito, mas um instrumento estratégico que segue lógicas próprias. Justino, Brück e Verwimp (2013) argumentaram que as dinâmicas da violência influenciam e são influenciadas por normas de interação entre indivíduos, famílias e grupos, criando padrões específicos que podem se distinguir significativamente das causas iniciais ou objetivos declarados do conflito. Esse aspecto foi tratado por Kalyvas (2006a), ao mostrar que a violência em guerras civis segue uma lógica própria, que não pode ser compreendida apenas pela análise das causas estruturais ou das motivações declaradas dos atores.

Há, no entanto, um desafio inerente à diferenciação empírica entre entidades “Estatais” e “não estatais”. As forças estatais normalmente não são rotuladas como grupos “violentos”, desde que o uso da força seja considerado legítimo pela sociedade. Além disso, uma entidade ou indivíduo pode possuir armas sem necessariamente ser visto como violento. É relevante mencionar que a definição abrangente de “violência” incorpora não apenas agressão física armada, mas também manifestações não armadas, como violência sexual, ou seja, pode se materializar de diversas maneiras, além da utilização de armamento (Idler, 2019). Por isso, o termo “não estatal” (encontrado em “grupos violentos não estatais”) é utilizado como uma categoria analítica que diz respeito ao comportamento e não à identidade ou associação formal. Ela engloba ações que estão completamente fora do domínio do Estado, bem como a conduta

não estatal (informal) de atores estatais que podem desafiar o monopólio legítimo do Estado sobre a violência ou desafiar as normas legais. Isso inclui situações em que os militares, por exemplo, se envolvem em atividades ilícitas.

Desse modo, a violência coletiva tem sido uma característica comum dos principais processos políticos (Tilly, 1999). Sob essa análise, a violência não é uma anomalia ou desvio, mas um recurso político que diferentes atores podem mobilizar de forma instrumental enquanto competem por posições e influência dentro do sistema político (Oberschall, 1973). Mas, a hierarquia desses objetivos disputados em um conflito pode mudar ao longo do tempo, afetando os padrões e a intensidade da violência (Mitchell, 2016). Esta perspectiva é particularmente relevante para entender como choques externos podem alterar as dinâmicas da violência ao modificar os cálculos estratégicos dos atores envolvidos.

A proposta apresentada aqui oferece uma abordagem valiosa para entender a natureza da violência dentro do próprio sistema de conflito. Seguindo abordagem semelhante à de Justino; Brück; Verwimp (2013), o enfoque da violência aqui proposto é particularmente instrumental. Do ponto de vista metodológico, focar na violência nos permite quebrar os conflitos e examinar suas mudanças sutis ao longo do tempo e do espaço, bem como em países ou anos específicos (Brück; De Groot; Bozzoli, 2012; Weinstein, 2007). Ao investigar esses efeitos diferenciados da violência em diferentes indivíduos e contextos, podemos identificar mais facilmente as relações causais entre as variáveis e os mecanismos subjacentes que impulsionam essa causalidade (Justino; Brück; Verwimp, 2013).

Não partimos do estudo dos efeitos da violência. Em vez disso, o foco é entender por que a violência ocorre e como ela afeta a dinâmica política. Entendemos a violência como um meio para atingir objetivos, que tanto produz efeitos quanto é afetada por fatores externos (em perdas ou ganhos) (Kalyvas, 2003, 2006b; Keen, 2000). Neste contexto, a pandemia atuou como um choque externo que potencialmente alterou tanto as dinâmicas de violência quanto as motivações em conflitos já existentes. E, sendo a violência como meio para efeitos, entendemos a pandemia como o efeito para os meios. Por isso, estudo das motivações por trás das guerras civis é, portanto, tão importante quanto o estudo da violência, pois as alterações em ambas durante a pandemia emergiram de conflitos civis em andamento. Desse modo, na nossa abordagem, a violência é interpretada por meio de eventos violentos e fatores relacionados à motivação da mobilização em guerras civis.

Em vez de assumir que a guerra civil é causada por fatores meramente domésticos, este estudo pretende investigar até que ponto os mecanismos transnacionais podem afetar os níveis de violência em uma guerra civil. Geralmente, os resultados sugerem que em estudos que

enfocam o surgimento de guerras civis, sua abordagem não pode ser reduzida a um modelo de ‘sistema fechado’ e que tanto as queixas (por exemplo, étnicas) como as oportunidades contêm uma importante dimensão transnacional (Cederman; Vogt, 2017).

O corpus existente é constituído por estudos que iniciam sua análise a partir do estopim da violência, investigando sua subsequente escalada. Este estudo propõe uma abordagem que visa compreender os efeitos do pedido de cessar-fogo e das medidas de reconciliação em um contexto já permeado pela violência, analisando a propagação de uma crise desencadeada por atores internacionais. Buscamos entender como essa variação é influenciada por motivações prévias, as quais indicaram uma significativa repercussão tanto em âmbito internacional quanto para as forças externas que operam na região. Mas, esse enfoque permite também investigar os possíveis efeitos, tanto relacionados à variação quanto à estabilização das atividades dos grupos armados. Esta compreensão teórica da violência como fenômeno complexo e multifacetado estabelece a base para analisar, nas próximas seções, seus padrões específicos de manifestação, os fatores que influenciam suas variações e as dinâmicas que levam à sua intensificação ou redução.

2.2.1 Padrões e variações da violência

Como apresentado anteriormente, a violência em guerras civis manifesta-se através de padrões complexos que revelam uma lógica subjacente em sua aplicação. Longe de ser caótica ou aleatória, a violência apresenta variações sistemáticas que refletem tanto as estratégias deliberadas dos atores quanto as circunstâncias em que operam.

Um dos *insights* mais significativos sobre estes padrões veio da observação de que a violência varia sistematicamente de acordo com o controle territorial. Kalyvas (2006a) afirmou que em áreas onde o controle é disputado, os atores tendem a empregar violência mais indiscriminada, buscando estabelecer dominância através do terror. Em contrapartida, nas regiões onde exercem controle mais estável, a violência torna-se mais seletiva e estratégica, visando manter a ordem estabelecida. Esta dinâmica territorial da violência foi posteriormente enriquecida por Balcells (2017), que observou como diferentes fases do conflito produzem padrões distintos de violência, ressaltando a importância da dimensão temporal na análise destes padrões.

A base material dos grupos armados emerge como outro fator crucial na determinação dos padrões de violência. Weinstein (2007) identificou que grupos com acesso abundante a recursos naturais ou apoio externo substancial tendem a exercer violência mais indiscriminada

contra civis, enquanto grupos mais dependentes de apoio popular local apresentaram maior contenção. Wood (2014) expandiu esta análise ao indicar que a natureza da violência também varia qualitativamente, desde ações estratégicas visando controle populacional até violência oportunista motivada por ganhos individuais.

Esta variação nos padrões de violência não se limita apenas aos grupos rebeldes. Valentino (2014) documentou como forças estatais frequentemente adaptam seus padrões de violência em resposta às táticas insurgentes, com governos aumentando a violência contra civis em áreas suspeitas de apoiar rebeldes. Esta dinâmica de ação e reação contribui para criar ciclos de violência que podem se autorreforçar, como posteriormente analisado por Carey, Mitchell e Lowe (2013) em seu estudo sobre o uso de milícias pró-governo.

A compreensão destes padrões estabelece a base necessária para examinar como fatores situacionais e conjunturais específicos podem influenciar estas variações da violência em diferentes contextos de conflito.

2.2.2 Fatores situacionais e conjunturais

A manifestação da violência em guerras civis é profundamente influenciada por fatores situacionais e conjunturais que moldam o ambiente nos quais os atores armados operam. Estes fatores incluem não apenas condições materiais imediatas, mas também elementos contextuais mais amplos que afetam as decisões estratégicas dos grupos armados.

As características geográficas e demográficas do território emergiram como fatores fundamentais na análise da violência em guerras civis. Buhaug (2006) afirmou que países grandes e etnicamente diversos tendem a experimentar padrões distintos de violência, pois contêm um maior número de grupos periféricos potencialmente marginalizados e terrenos remotos que favorecem a insurgência. Este aspecto geográfico interage com fatores demográficos, de maneira que características territoriais específicas facilitam ou constroem diferentes tipos de violência (Gates, 2002).

As condições econômicas também exercem uma influência significativa sobre os padrões de violência. Holtermann (2011) observou que a maioria das guerras civis ocorreu em países economicamente menos desenvolvidos, não apenas porque a pobreza facilita o recrutamento rebelde devido ao baixo custo de oportunidade, mas também porque a baixa capacidade estatal oferece oportunidades políticas e militares para organizar a insurgência. No entanto, o autor alertou que a pobreza por si só não é suficiente para explicar a violência, ela precisa interagir com outros fatores estruturais.

Associado a essa condição, aspectos políticos emergem como outro fator crucial. Walter (2014) identificou que instituições políticas fracas e falta de transparência governamental aumentam significativamente a probabilidade de violência. Em contextos nos quais as elites governamentais não oferecem explicações ao público e a participação política é limitada, a violência tende a se tornar um meio provável de expressão política. Esta dinâmica é exacerbada em situações em que há rápidas mudanças demográficas ou estruturas de poder consolidadas que resistem a reformas.

Os fatores internacionais também desempenham um papel significativo. Jackson e Rosberg (1986) mostraram como organizações regionais e intervenções externas podem alterar significativamente as dinâmicas de violência, seja contendo ou exacerbando conflitos existentes. Esta dimensão internacional é particularmente relevante no contexto africano, dada a presença das OPs, fronteiras porosas e redes transnacionais que amplificam ou modificam padrões locais de violência.

A interação entre estes diversos fatores cria condições específicas que podem intensificar ou mitigar a violência em diferentes momentos do conflito. Esta compreensão dos fatores situacionais e conjunturais estabelece a base para analisar as dinâmicas de intensificação da violência, que examinaremos na próxima seção.

2.2.3 Dinâmicas de intensificação

A escalada da violência em guerras civis revela padrões complexos que vão além da simples intensificação de confrontos armados. Este processo envolve transformações profundas nas relações entre os atores em conflito, nas percepções mútuas e nas próprias estruturas sociais que sustentam a violência.

O debate entre ‘ganância’ e ‘queixa’ como motivadores de conflito, desenvolvido por Collier e Hoeffler (2004) e posteriormente expandido por Cederman, Gleditsch e Buhaug (2013), ofereceram ferramentas analíticas valiosas para nossa investigação. Enquanto a perspectiva da ‘ganância’ enfatiza cálculos econômicos e oportunistas, que podem ter sido alterados pela pandemia, a abordagem das ‘queixas’ destaca como desigualdades horizontais e injustiças percebidas podem motivar a ação coletiva violenta. Essa análise mais abrangente dispõe de três lógicas explicativas principais. A primeira lógica foca nas queixas, entendendo os conflitos como respostas a injustiças socioeconômicas e políticas profundamente enraizadas. A segunda enfatiza a ganância, cuja motivação central seria a busca por lucros materiais por indivíduos ou grupos específicos. A terceira destaca as oportunidades, ou seja, as condições

objetivas que tornam viável a mobilização violenta. Em nossos casos de estudo, essas dimensões são observáveis: alguns grupos podem ter visto na pandemia uma oportunidade para ganhos materiais, enquanto outros podem tê-la utilizado para legitimar queixas preexistentes contra o Estado.

O processo de intensificação frequentemente começa com mudanças sutis na dinâmica do conflito. Ações inicialmente limitadas podem gradualmente evoluir para violência mais generalizada à medida que os atores testam limites e adaptam suas estratégias. Mitchell (2016) observou este fenômeno ao estudar como conflitos aparentemente contidos podem rapidamente escalar através de diferentes mecanismos: desde o aumento direto de ações violentas até a entrada de novos atores no conflito, passando pela mobilização crescente de recursos e pela polarização progressiva entre as partes.

Esta escalada é frequentemente alimentada por um processo paradoxal de aprendizado e adaptação. Como Schock e Demetriou (2018) indicaram em sua análise de diversos conflitos, grupos armados tendem a repetir e expandir táticas que consideram bem-sucedidas. Um grupo que consegue controlar território através de violência seletiva, por exemplo, pode gradualmente aumentar a intensidade e escopo de suas ações, acreditando que mais violência trará mais resultados. No entanto, esta mesma lógica pode ocasionalmente produzir o efeito oposto, levando à moderação quando os custos de ações mais intensas se tornam evidentes.

A dimensão psicológica desempenha um papel crucial neste processo. O impacto emocional intenso dos conflitos, como observado por Mouly e Cécile (2022), pode criar ciclos viciosos em que a violência inicial leva à desumanização do adversário, que por sua vez facilita níveis ainda maiores de violência. Esta dinâmica ajuda a explicar por que conflitos podem continuar escalando mesmo quando as condições objetivas sugeririam uma desescalada.

Paradoxalmente, tentativas de conter a violência podem acabar exacerbando-a. Coleman et al. (2006) documentaram como intervenções mal calculadas no sistema de conflito produzem frequentemente resultados opostos aos pretendidos. Esta observação é particularmente relevante para entender como choques externos podem afetar de maneiras inesperadas os níveis de violência em conflitos existentes.

2.3 Grupos armados em conflito

A transformação das dinâmicas de conflito nas últimas décadas colocou os grupos armados no centro da análise sobre guerras civis. No contexto africano, em que a autoridade estatal frequentemente compete com formas alternativas de poder, estes grupos emergem não

apenas como desafiadores militares, mas como atores políticos complexos que redefinem as próprias noções de autoridade e legitimidade.

A conceituação destes grupos apresenta desafios significativos para os estudiosos de conflitos. Shesterinina e Livesey (2024) propuseram uma definição que captura a complexidade destes atores: coletividades de indivíduos que se autodenominam como organizações coletivas, utilizando nomes específicos para se identificar e se estruturando através de comandos e controles formais, com a intenção explícita de usurpar poder político através do uso da violência. No entanto, esta definição apenas começa a capturar a complexidade destes atores. Na prática, os grupos armados frequentemente apresentam características fluidas e adaptativas, modificando suas estruturas organizacionais de acordo com necessidades operacionais e objetivos políticos em constante evolução. Uma compreensão da ordem social e da dinâmica da segurança permanece insuficiente sem considerar os comportamentos de atores não estatais fora da jurisdição do Estado (Idler, 2019).

Nesse estudo 'grupo armado' foi definido como um grupo com capacidade de comandar autoridade e direcionar forças para cumprir uma determinada missão que inclui certas estruturas organizacionais e regras internas, uma capacidade de recrutar e treinar novos combatentes e uma capacidade de lançar operações (ICRC, 2021). Usamos os termos 'atores armados' e 'grupos armados' para nos referirmos a organizações (estatais e não estatais) que foram protagonistas em episódios de violência durante a pandemia.

Um aspecto crucial destacado por Idler (2019) é que a natureza não estatal destes atores os torna complexos sujeitos e objetos na produção de conhecimento. Suas identidades podem ser fluidas ao longo do tempo, e as fronteiras entre diferentes tipos de grupos frequentemente são turvas. Varin e Abubakar (2017) complementaram esta análise ao indicar que estes grupos não compartilham necessariamente a mesma ideologia ou motivos - alguns podem operar para minar o Estado, enquanto outros são impelidos por necessidades econômicas. Ademais, a dimensão transnacional destes grupos adiciona outra camada de complexidade à análise, esta realidade desafia não apenas a autoridade estatal tradicional, mas também nossa compreensão convencional sobre como conflitos se desenvolvem e se mantêm.

O conflito entre grupos que disputam poder e recursos limitados é um aspecto contínuo da existência social. Keen (1998) e Lubkemann (2008) argumentaram que os conflitos representam uma parte racional do equilíbrio social, especialmente em contextos em que instituições estatais são frágeis. Coleman, Bui-Wrzosinska e Nowak (2008) aprofundaram esta compreensão ao enfatizar que a negociação de poder é um componente fundamental dos conflitos. Alguns desses conflitos se manifestam em confrontos físicos entre os grupos,

enquanto outros culminam em ataques diretos a grupos específicos (Gurr, 2015). Os conflitos violentos são normalmente entendidos como um fenômeno coletivo. As dinâmicas políticas, sociais, econômicas e culturais e as normas de interação entre indivíduos, famílias e grupos influenciam e são impactadas por conflitos violentos.

Sendo assim, a sobrevivência emerge como uma preocupação fundamental destas organizações, influenciando profundamente seus comportamentos e escolhas estratégicas. Para garantir sua continuidade, os grupos armados constantemente se adaptam e se modificam, além de estratégias e táticas, suas estruturas organizacionais, respondendo tanto a pressões imediatas quanto a objetivos de longo prazo. Esta flexibilidade estrutural, como observado por Staniland (2014), permite que eles respondam efetivamente a mudanças no ambiente político e social, mesmo quando enfrentam adversidades significativas.

A compreensão inicial destes aspectos fundamentais dos grupos armados — sua natureza adaptativa, busca por legitimidade e complexidade organizacional — estabelece a base necessária para uma análise mais detalhada de suas diferentes tipologias e características específicas, que serão exploradas nas próximas seções.

2.3.1 Tipologias e características

A análise das tipologias e características dos grupos armados constitui um elemento fundamental para compreender suas diferentes respostas à pandemia. A complexidade destes atores exige uma categorização cuidadosa que, embora reconheça a fluidez de suas identidades, nos permita identificar padrões distintivos em seu comportamento e organização.

A literatura existente sobre guerra civil carece de uma compreensão consistente acerca da formação de grupos armados. Os estudiosos diferenciaram as origens dos grupos armados das guerras civis em que eles se envolvem, destacando os fundamentos estruturais dos conflitos civis em fatores econômicos, sociais e políticos. Embora grupos armados possam explorar as queixas decorrentes desses fatores, o processo pelo qual esses grupos emergem ou como esses fatores levam à dinâmica do conflito, que resulta em guerra civil, ainda não é claro (Shesterinina; Livesey, 2024).

Em uma pesquisa inicial sobre os aspectos organizacionais da violência em guerras civis, Weinstein (2007) traçou uma conexão entre a formação de grupos armados e os fatores que influenciam a composição das facções rebeldes, enfatizando particularmente os recursos materiais destacados em análises estruturais anteriores de conflitos civis. Ele destacou como a experiência inicial dos líderes rebeldes, seja nas esferas econômica ou social, influencia o tipo

de organizações que eles estabelecem e o nível de violência que praticam, atraindo indivíduos com diferentes níveis de comprometimento e permitindo diferentes formas de controle sobre combatentes e populações civis. No entanto, apesar das diferenças nas estruturas organizacionais, vários grupos armados foram sustentados por fontes de financiamento semelhantes. Além disso, a abordagem focada em doações aborda o aspecto organizacional, uma vez que grupos armados já estão estabelecidos e engajados na violência, enquanto as origens desses grupos precedem esse estágio de ‘viabilidade’, definido como o ponto em que uma facção rebelde começa a representar uma ameaça mínima ao governo dominante. Os recursos disponíveis para a iniciação da violência são de particular relevância neste contexto.

Os processos de mobilização são frequentemente desconsiderados na literatura atual. Oberschall (1973) e Tilly (1999) destacaram a natureza dinâmica dos processos de mobilização, enfatizando que os grupos desenvolvem seus recursos, estratégias e táticas ao longo do tempo. Presumivelmente, o sucesso de grupos insurgentes é influenciado por sua dinâmica e não por suas características estáticas. No entanto, os estudos empíricos geralmente ignoram a dinâmica de grupo e falham em analisar sistematicamente as características do poder estabelecido, seja governamental ou não. É razoável supor que os recursos, interesses e dinâmicas da outra parte no conflito tenham um impacto significativo nos resultados do conflito, de forma semelhante às características dos grupos contestadores (Gurr, 2015).

Os grupos rebeldes representam uma das categorias mais tradicionais de atores armados não estatais. Sua característica definidora, segundo Varin e Abubakar (2017), é a busca por mudanças políticas, sociais ou econômicas significativas através do desafio armado ao governo estabelecido. O que distingue estes grupos de outras formações armadas é sua aspiração à legitimidade política. Esta busca por legitimidade se manifesta de várias formas: adoção de estruturas militares formais, estabelecimento de códigos de conduta, e frequentemente, tentativas de prover serviços básicos em territórios sob seu controle.

Por isso, um aspecto crucial dos grupos rebeldes é sua relação com recursos e apoio externo. Embora frequentemente afirmem contar com apoio popular, muitos dependem significativamente de suporte internacional ou controle de recursos naturais para sustentar suas operações. Esta base material, como mostrado por Weinstein (2007), influencia diretamente seus padrões de comportamento em relação à população civil e suas estratégias de sobrevivência.

As milícias representam uma categoria distinta de grupos armados, com estruturas e práticas operacionais específicas. Estas organizações se distinguem por sua origem frequentemente local e sua tendência a expressar apoio ou oposição a regimes políticos

específicos. O que torna as milícias particularmente interessantes para nossa análise é sua composição heterogênea (uma mistura de ex-soldados, jovens armados, e às vezes criminosos) unidos frequentemente por identidades étnicas ou religiosas compartilhadas (Varin; Abubakar, 2017).

Uma característica fundamental das milícias é sua agilidade em formar e dissolver alianças conforme necessário. Esta flexibilidade estratégica está frequentemente ligada à sua busca por acesso a recursos materiais em suas comunidades de origem. As milícias podem exercer controle monopolístico sobre a violência em áreas específicas, mas seus interesses são geralmente mais localizados que os dos grupos rebeldes. Um aspecto crucial de sua operação é a proteção de identidades particulares — sejam elas regionais, étnicas ou religiosas — frequentemente apresentando seus objetivos como autodefensivos contra a predação de grupos rivais (Asatryan, 2022; Hills, 1997; Schneckener, 2017; Varin; Abubakar, 2017).

A categorização de grupos como terroristas representa um desafio conceitual e político significativo. Como observaram Hoffman (2017) e Schmid (2011), a designação de um grupo como terrorista frequentemente reflete mais decisões políticas e interesses estatais do que características objetivas. Reconhecendo esta complexidade, podemos identificar um conjunto de grupos que empregam estratégias e objetivos específicos, caracterizados principalmente pelo uso sistemático da violência para disseminar medo e instabilidade. Uma característica distintiva destes grupos é sua crescente operação através de redes transnacionais, permitindo cooperação em nível internacional, compartilhamento de recursos e coordenação de ações em múltiplos países (Kurtulus, 2017; Miller; Bhungalia, 2022; Varin; Abubakar, 2017).

Outra categoria que merece atenção especial são os grupos étnicos armados. Estes se diferenciam por sua forte base identitária e frequentemente complexa relação com territórios específicos. Denny e Walter (2014) argumentaram que estes grupos se formam ao longo de linhas étnicas preexistentes, mas sua mobilização frequentemente responde a objetivos políticos e econômicos contemporâneos. A etnicidade serve tanto como base de recrutamento quanto como fonte de legitimidade para suas ações (Barth, 1997; Brubaker; Laitin, 1998).

É crucial notar que estas categorias não são mutuamente excludentes e nem estáticas. Um mesmo grupo pode apresentar características de múltiplas categorias ou transitar entre elas ao longo do tempo. Como observado por Idler (2019), as identidades destes grupos são fluidas e suas categorias externas podem mudar conforme as circunstâncias evoluem. Esta fluidez é particularmente evidente nos casos da RCA e RDC, nos quais grupos frequentemente adaptam suas características e alianças em resposta a mudanças no ambiente político e securitário.

A compreensão destas diferentes tipologias e suas características distintivas é fundamental para nossa análise das respostas dos grupos armados à pandemia. Como veremos nas próximas seções, as características organizacionais, bases de legitimidade e relações com populações locais influenciaram diretamente sua capacidade de adaptação e escolha de estratégias durante a crise sanitária.

2.3.2 Legitimidade e atuação

A legitimidade emerge como um elemento crucial na operação dos grupos armados, influenciando diretamente suas estratégias e capacidade de manutenção do poder. Para este estudo, compreendemos ‘legitimidade’ como o reconhecimento da autoridade de um ator armado em diferentes níveis: local, através do consentimento e aceitação das populações sob seu controle; nacional, pela capacidade de estabelecer sistemas de governança paralela e interagir com instituições estatais; e internacional, mediante o reconhecimento por outros atores e a habilidade de estabelecer conexões transfronteiriças. Esta dimensão se torna ainda mais complexa no contexto africano, no qual diferentes formas de autoridade frequentemente coexistem e competem.

A questão da legitimidade é, ademais, controversa no contexto africano, cuja autoridade tem sido frequentemente imposta de cima para baixo e a força tem sido mal utilizada e explorada pelo governo (Duyvesteyn, 2017; Podder, 2012). Apesar disso, no campo da teoria das RI, o Estado é reconhecido como o legítimo detentor da força, o que torna os grupos armados como praticantes ilegítimos da violência, por definição (Miroiu, 2020; Podder, 2017). O Estado africano, independentemente de sua aceitação local, é reconhecido globalmente como o único representante legal de sua população e, portanto, tem o direito de rotular seus adversários como ilegais (Varin; Abubakar, 2017).

Embora certas formas e casos de violência possam ser considerados válidos, outros podem ser vistos como ilegítimos. A legitimidade dos atos violentos é frequentemente objeto de debate, o que nos leva a não diferenciar entre violência legítima e ilegítima em nossa abordagem, pois conflitos violentos podem legitimar (e legalizar) uma variedade de formas violentas. Assim, a determinação da violência legítima ou ilegítima pode carecer de objetividade, com algumas formas sendo percebidas como qualquer uma delas (Podder, 2017; Schlichte; Schneekener, 2015). Este estudo acentua a faceta subjetiva da legitimidade, já que a resolução de conflitos violentos e a sustentabilidade dos processos de paz também dependem

das percepções de legitimidade dos indivíduos, em vez de definições externas (Justino; Brück; Verwimp, 2013).

No cenário africano contemporâneo, os conflitos armados podem ser amplamente categorizados em conflitos políticos ou criminosos. Os conflitos políticos giram em torno de lutas pelo poder consideradas legítimas pelas populações envolvidas, enquanto os conflitos criminosos são motivados por interesses privados e normalmente carecem de legitimidade política (Chabal; Daloz, 1999). Um conflito político pode se transformar em um conflito criminoso ao perder sua legitimidade, embora nem todos os participantes possam perceber a violência como desejável ou aceitável (Chabal; Daloz, 1999; Cook; Lounsbery, 2017).

Schlichte e Schneckener (2015) estabeleceram uma distinção fundamental ao identificar duas fontes principais de legitimidade para grupos armados. A primeira, de natureza simbólica, envolve as narrativas e justificativas que os grupos constroem para validar suas ações. Estas podem incluir discursos de libertação, proteção de minorias étnicas, ou resistência contra injustiças históricas. A segunda fonte baseia-se no desempenho prático do grupo - sua capacidade de prover serviços, manter ordem e oferecer alguma forma de governança nas áreas sob seu controle. Esta dualidade entre legitimidade simbólica e prática frequentemente cria tensões no comportamento dos grupos armados (Schlichte; Schneckener, 2015).

A dimensão simbólica da legitimidade frequentemente se manifesta através de narrativas de justiça, proteção e representação. Os grupos armados desenvolvem discursos que conectam suas ações a questões mais amplas de identidade, direitos e autodeterminação (Schlenker; Iturralde, 2006). No contexto africano, estas narrativas frequentemente se entrelaçam com histórias de marginalização étnica ou religiosa, criando quadros de mobilização étnica, ou seja, estruturas narrativas que justificam a ação armada como necessária para a proteção de grupos específicos (Cederman; Wimmer; Min, 2010).

O aspecto performativo da legitimidade, por outro lado, está intimamente ligado à capacidade dos grupos de prover governança em áreas sob seu controle (Albert, 2022; Zürn, 2018). Como mostrado por Arjona (2017), grupos armados frequentemente estabelecem sistemas elaborados de administração local, oferecendo serviços básicos, mediação de conflitos e proteção contra outros atores violentos. Esta provisão de governança não é apenas um meio de ganhar apoio popular - ela também representa uma forma de contestar diretamente a legitimidade do Estado ao mostrar capacidade superior de administração local. Por isso, a relação entre legitimidade e controle territorial merece atenção especial. Kalyvas (2006a) mostrou que a capacidade de um grupo de exercer controle efetivo sobre um território influencia diretamente suas estratégias de legitimação. Em áreas de controle consolidado, grupos tendem

a investir mais em estruturas de governança e relações com a população local. Em contrapartida, em áreas contestadas, a legitimidade frequentemente deriva mais da capacidade de oferecer proteção contra ameaças imediatas. Outro aspecto particularmente relevante se manifesta na relação dos grupos com as populações locais. Mcloughlin (2015) mostrou que em ambientes onde o Estado é ausente ou ineficaz, grupos armados podem ganhar legitimidade ao assumir funções tradicionalmente estatais. Isto pode incluir a provisão de segurança, resolução de disputas locais, e até mesmo serviços básicos como saúde e educação. Esta dinâmica se tornou especialmente visível durante a pandemia, quando alguns grupos buscaram legitimar sua autoridade através do envolvimento em medidas de resposta à crise sanitária.

A discussão acerca da dimensão temporal da legitimidade merece atenção especial. Como Van De Walle e Scott (2011) argumentaram, a capacidade de um ator não estatal de manter legitimidade ao longo do tempo depende não apenas de suas ações imediatas, mas de sua habilidade de adaptar-se a mudanças contextuais significativas. A categorização desses grupos violentos não estatais como entidades separadas sofre mudanças ao longo do tempo, levando ao estabelecimento de novas conexões, exploração de oportunidades e subsequentes alterações em seus objetivos, membros e métodos. Esse processo evolutivo é facilitado pela globalização, em que as redes exibem características temporárias, mas promovem também colaborações de longo prazo. Consequentemente, grupos que exploram recursos locais podem participar de negociações transfronteiriças, aproveitando os avanços nas redes de comunicação e transporte, por meio das quais, por exemplo, obtém lucros que permitem a aquisição de recursos necessários para mantê-los ativos (Varin; Abubakar, 2017).

Nesse contexto, uma nova complexidade surge quando aspectos internacionais são adicionados ao contexto. Grupos armados podem buscar reconhecimento internacional, seja através de alianças com atores externos, da participação em processos de paz, ou da adoção de normas internacionais de conduta militar. Como observado por Kruck e Schneiker (2017), em contextos de segurança internacional, a distinção entre atores estatais e não estatais pode se tornar problemática, especialmente quando grupos armados desempenham funções consideradas ‘públicas’. Esta ambiguidade pode tanto fortalecer quanto enfraquecer a legitimidade do grupo, dependendo do contexto e da percepção dos diferentes atores envolvidos. Ou seja, essa busca por legitimidade internacional pode às vezes entrar em conflito com suas bases locais de apoio, criando situações em que diferentes fontes de legitimidade exigem ações potencialmente contraditórias (Staniland, 2014).

Como observado, a tradução da legitimidade em padrões de comportamento e estratégia revela aspectos interessantes sobre como os grupos armados operam e se adaptam. Esta relação

entre legitimidade e atuação é particularmente relevante no contexto africano, em que a autoridade é frequentemente contestada e renegociada. A questão da violência exemplifica bem esta complexidade. Como Justino, Brück e Verwimp (2013) mostraram, embora certas formas de violência possam ser consideradas legítimas por algumas audiências, outras podem ser vistas como ilegítimas, mesmo quando praticadas pelo mesmo grupo. Esta distinção não é meramente teórica, ela afeta diretamente como os grupos escolhem empregar a violência e como justificam suas ações perante diferentes públicos.

A compreensão destes diferentes aspectos da legitimidade é crucial para nossa análise de como grupos armados responderam à pandemia. O surgimento de uma crise sanitária global criou tanto desafios quanto oportunidades para diferentes estratégias de legitimação, que podem ter influenciado diretamente os comportamentos e escolhas táticas de alguns grupos. Segundo Varin e Abubakar (2017), seus comportamentos são, muitas vezes, guiados por uma lógica instrumental, na qual a busca por poder, recursos e segurança molda suas ações, esse comportamento é formado por um conjunto de poderes, de expectativas, de valores e de convenções. Tal conjunto influencia como esses grupos definem seus interesses e tomam decisões.

2.3.3 Comportamentos e estratégias

O comportamento dos grupos armados reflete uma complexa interação entre suas aspirações políticas (como controle territorial, reconhecimento internacional, participação em processos de paz etc.), necessidades estruturais de funcionamento (como recrutamento, logística, financiamento, comando e controle etc.) e constrangimentos operacionais (como pressão militar adversária, limitações geográficas, acesso a recursos e armamentos etc.). Para compreender como estes grupos respondem a mudanças em seu ambiente, como uma pandemia, é essencial analisar as condições estratégicas que orientam suas ações. A natureza não estatal desses atores os torna complexos sujeitos e objetos na produção de conhecimento (Kruck; Schneiker, 2017). O estudo das atividades, atitudes e motivações de atores armados não estatais levantaram uma série de temas controversos e com repercussão sobre como as ações desses grupos nos conflitos são retratados e interpretados globalmente (Baybars-Hawks; Uzunoglu, 2018).

Para Herbst (2000), o conceito de territorialidade estrita, centrado nas capitais, é uma construção europeia. Antes da colonização, a África carecia de Estados-nação coesos, e as demarcações territoriais impostas resultaram em países com fronteiras porosas e dinâmicas

transnacionais fluidas. Estas características continuam influenciando como os grupos armados operam e se adaptam a mudanças contextuais. Mas, um aspecto particularmente interessante do comportamento destes grupos é sua capacidade de desenvolver geografias alternativas de poder. Isto envolve não apenas o controle físico do território, mas a criação de redes de influência que transcendem fronteiras formais (Idler, 2019). Esta dimensão transnacional do comportamento dos grupos é especialmente relevante no contexto africano, no qual fronteiras porosas facilitam a formação de alianças e redes de apoio regionais. Essas redes alternativas de poder envolvem não apenas o controle físico do território, mas a criação de sistemas de influência que frequentemente transcendem fronteiras formais. Esta dimensão transnacional do comportamento é particularmente relevante para compreender como grupos mantêm sua influência mesmo em situações de pressão intensa (Staniland, 2014). Assim, as relações com atores externos também moldam significativamente os padrões de atuação dos grupos. Brinkerhoff (2011) notou que grupos armados frequentemente precisam equilibrar demandas e expectativas de múltiplas audiências - desde populações locais até atores internacionais. Este dilema de legitimidade compreende um equilíbrio delicado que influencia desde suas escolhas táticas até suas estratégias de comunicação e governança.

Na comunicação, Hoffmann et al. (2020) documentaram como grupos armados desenvolvem narrativas complexas que servem múltiplos propósitos: justificar suas ações, mobilizar apoio, intimidar adversários e construir legitimidade. Estas narrativas são adaptadas para diferentes audiências e frequentemente evoluem em resposta a mudanças contextuais. A relação com recursos materiais influencia significativamente os padrões de comportamento. Weinstein (2007) mostrou como o acesso a diferentes tipos de recursos pode levar a padrões distintos de comportamento em relação à população civil. Grupos dependentes de apoio popular tendem a desenvolver estratégias mais sofisticadas de governança local, enquanto aqueles com acesso a recursos naturais ou apoio externo substancial podem adotar abordagens mais coercitivas, devido à menor dependência de apoio popular.

No que tange às estratégias de sobrevivência, Shesterinina e Livesey (2024) observaram que grupos armados constantemente adaptam suas estruturas e táticas não apenas para enfrentar ameaças imediatas, mas para garantir sua continuidade a longo prazo. Esta adaptabilidade se manifesta em múltiplos níveis: estrutural, operacional e política.

A dimensão temporal do comportamento estratégico dos grupos armados merece atenção especial. Wood (2014) identificou que grupos armados desenvolvem repertórios de adaptação, como conjuntos de práticas e estratégias que evoluem ao longo do tempo em resposta a mudanças em seu ambiente operacional. Esta evolução não é linear, mas reflete um

processo contínuo de aprendizado e adaptação estratégica. O processo decisório destes grupos também segue padrões identificáveis. Segundo Staniland (2014), as decisões dos grupos armados são racionais dentro do contexto específico em que operam, mesmo quando podem parecer contraproducentes para observadores externos. Esta racionalidade situada influencia desde escolhas táticas imediatas até planejamento estratégico de longo prazo.

Isso nos leva a compreender as estratégias de mobilização e recrutamento, uma vez que estão associadas ao comportamento dos grupos. Gates (2002) mostrou que grupos armados desenvolvem sistemas complexos nos quais recursos materiais, ideológicos e sociais são mobilizados para manter e expandir suas operações. O sucesso desta mobilização frequentemente depende da capacidade do grupo de alinhar seus objetivos declarados com as aspirações das comunidades locais. Kalyvas e Kocher (2007) estudaram como grupos armados frequentemente alternam entre diferentes repertórios de violência. Esta alternância não é aleatória, mas responde a cálculos estratégicos sobre custos e benefícios de diferentes formas de ação em contextos específicos. Os autores identificaram padrões distintos de violência seletiva e indiscriminada que correspondem a diferentes objetivos estratégicos.

A análise destes padrões de comportamento e estratégia estabelece fundamentos importantes para compreendermos como grupos armados respondem a mudanças significativas em seu ambiente operacional, tema que será explorado na próxima seção sobre choques externos em conflitos.

2.4 Choques externos em conflitos

Choques externos podem alterar significativamente as dinâmicas de violência em conflitos existentes. Choques externos são eventos significativos e não antecipados que perturbam as dinâmicas existentes em sistemas de conflito. Estes podem incluir desastres naturais (como terremotos, tsunamis e furacões), crises sanitárias (como epidemias e pandemias), choques econômicos (como crises financeiras globais) ou mudanças políticas internacionais significativas que afetam regiões em conflito. Os impactos destes choques manifestam-se através de múltiplos mecanismos. A forma como estes mecanismos interagem pode intensificar e, portanto, modificar dinâmicas de conflito existentes (Bazzi; Blattman, 2011; Bergholt, 2010; Brancati, 2007; Cervellati; Sunde; Valmori, 2017; Reeder; Reeder, 2014; Schlenker; Iturralde, 2006).

Por isso, a natureza e velocidade do choque são cruciais para compreender seus impactos. Choques súbitos, como desastres naturais, tendem a provocar respostas imediatas e

frequentemente intensificam rapidamente a competição por recursos escassos (Brancati, 2007). Em contrapartida, choques graduais, como uma pandemia, permitem maior tempo para avaliação e adaptação estratégica, embora possam ter impactos mais duradouros nas dinâmicas do conflito. Pape e Price (2024) estabeleceram essa distinção, uma vez que afeta como atores armados processam informações e adaptam suas estratégias. Em choques de início lento, os autores identificaram três fases distintas de resposta: uma fase inicial de avaliação e cautela, na qual grupos tendem a reduzir operações para avaliar o impacto do choque; uma fase de ajuste, na qual se desenvolvem novas rotinas operacionais; e uma fase de recuperação, na qual alguns grupos podem intensificar atividades para aproveitar vulnerabilidades persistentes.

Segundo Moyer e Kaplan (2020), choques externos podem afetar conflitos através de múltiplos mecanismos: impactando o crescimento econômico, alterando dinâmicas demográficas, afetando a capacidade estatal e modificando relações comerciais. Os autores projetaram que choques significativos podem aumentar substancialmente a probabilidade de novos conflitos. Soma-se a isso, Basedau e Deitch (2021) identificaram quatro desafios principais que emergem de choques externos: dificuldades econômicas e competição por recursos; deterioração da relação entre cidadãos e Estado; proliferação de desinformação; e alterações nos padrões de violência. Sendo assim, a forma como grupos armados respondem a estes desafios varia significativamente dependendo de suas características organizacionais e objetivos estratégicos.

As próximas seções exploram dois aspectos cruciais dos choques externos: seus impactos específicos nas dinâmicas de violência e como grupos armados respondem e se adaptam a estas perturbações sistêmicas. Esta análise é fundamental para compreender como eventos externos podem alterar significativamente o comportamento de grupos armados e as dinâmicas mais amplas dos conflitos em que estão inseridos.

2.4.1 Impactos nas dinâmicas de violência

A literatura sobre desastres naturais e violência militante geralmente indica que choques súbitos aumentam a competição por recursos escassos, elevando os níveis de violência e guerra civil (Brancati, 2007; Nel; Righarts, 2008). No entanto, Pape e Price (2024) argumentam que choques de desenvolvimento lento, como uma pandemia, produzem padrões distintos. Em sua fase inicial, grupos militantes tendem a priorizar a coleta de informações e proteção de capacidades, frequentemente reduzindo operações mesmo diante de aparentes oportunidades.

Durante a fase de "anormalidade persistente", os atores são forçados a ajustar suas atividades às restrições impostas pela crise (Pape; Price, 2024, p. 644, tradução nossa). Como observado por Ide (2021), grupos armados podem modular seus níveis de violência baseados não apenas em cálculos sobre suas capacidades, mas também considerando como suas ações podem aumentar as consequências do choque externo para o grupo e seus apoiadores. Neat e Desmidt (2020) identificaram que choques externos podem impactar as dinâmicas de violência através de quatro mecanismos principais: 1) intensificação de dificuldades econômicas e competição por recursos; 2) erosão da coesão social; 3) proliferação de desinformação; e 4) mudanças nos padrões de violência doméstica e de gênero

Segundo Rosenthal *et al.* (2020), choques externos podem alterar significativamente o equilíbrio de poder entre grupos armados e autoridades estatais. Em contextos em que o Estado já mostrava fragilidade, crises podem acelerar processos de erosão da autoridade estatal, criando vácuos de poder que grupos armados buscam preencher. Isso porque o comportamento dos grupos armados durante choques externos é fortemente influenciado por cálculos de oportunidade (Brancati, 2007). Quando instituições estatais estão enfraquecidas por uma crise, alguns grupos podem intensificar operações para expandir controle territorial ou influência política. Outros, como observado por Ide (2021), podem adotar uma postura mais cautelosa, priorizando a preservação de recursos e capacidades.

Esta dinâmica é particularmente relevante em contextos em que múltiplos grupos armados competem por influência. Para Gordon (2015), choques externos podem levar tanto à intensificação de conflitos existentes quanto à formação de novas alianças entre grupos anteriormente rivais, dependendo de como a crise afeta seus interesses e capacidades relativas. Berman *et al.* (2020), por exemplo, identificaram um efeito ambíguo através do mecanismo da renda: por um lado, a redução de oportunidades econômicas pode diminuir o custo de oportunidade individual para violência e protestos; por outro, Estados com recursos limitados tornam-se 'prêmios' menos atrativos para serem conquistados. Além disso, quando crises reduzem significativamente os recursos disponíveis em uma região, grupos armados enfrentam um dilema estratégico: por um lado, menos recursos disponíveis podem reduzir sua capacidade operacional; por outro, a escassez pode intensificar competição e criar novas oportunidades para controle territorial. Este dilema frequentemente resulta em comportamentos aparentemente contraditórios, em que grupos podem simultaneamente reduzir certas operações enquanto intensificam outras.

Conforme Mehrl e Thurner (2021), a forma com que choques externos podem afetar diferentemente grupos depende de sua posição no sistema de conflito. Grupos mais

estabelecidos, com controle territorial significativo, enfrentaram o desafio de manter estruturas de governança em meio à crise. Grupos menores ou mais recentes precisaram equilibrar oportunidades de expansão com limitações operacionais impostas pelo choque.

A alteração nas dinâmicas de legitimidade durante choques externos merece atenção especial. Um aspecto crucial identificado por Bloem e Salemi (2021) é como crises podem criar oportunidades para grupos armados contestarem a legitimidade estatal. A capacidade ou incapacidade do Estado de responder efetivamente a um choque pode alterar fundamentalmente as percepções de legitimidade entre as populações locais.

Um aspecto particularmente relevante para nossa análise é como estes grupos equilibram diferentes imperativos estratégicos em momentos de crise. Moyer e Kaplan (2020) identificaram que grupos armados frequentemente precisam escolher entre explorar novas oportunidades surgidas da fragilidade estatal e manter sua legitimidade perante populações locais. Esta tensão foi especialmente visível durante a pandemia, quando grupos precisaram decidir entre intensificar atividades militares ou envolver-se em respostas à crise sanitária.

2.4.2 Respostas dos grupos armados

As adaptações comportamentais dos grupos armados não ocorrem no vácuo, mas em resposta às dinâmicas mais amplas dos conflitos em que estão inseridos. A interação entre comportamento individual dos grupos e dinâmicas sistêmicas do conflito cria padrões complexos de ação e reação que merecem análise detalhada.

O trabalho de Coleman *et al.* (2006) é particularmente relevante aqui, mostrando como organizações armadas, mesmo sendo racionais-burocráticas em sua estrutura, são forçadas a ajustar suas operações antigas às restrições impostas por crises. Giroux, Lanz e Sguaitamatti (2009) propuseram um modelo analítico que distinguiu entre a dinâmica do conflito (ações e eventos) e os cálculos mais profundos das partes em conflito, baseados em incentivos materiais, quadros normativos e outras pré-condições estruturais. Este modelo é particularmente útil para nossa dissertação, pois ajuda a explicar como diferentes grupos armados podem responder de maneiras distintas a um mesmo choque externo.

Na pandemia da COVID-19 as medidas das OPs para controlar a disseminação do vírus introduziram complexidades operacionais adicionais. Muitos programas existentes foram suspensos ou reduzidos, e rotações, repatriações, bem como novas implantações militares e policiais, foram adiadas (Guterres, 2020d). A ONU reorientou seu alcance comunitário para

abordar os novos desafios impostos pela pandemia (UN, 2020b), mudando os fatores que influenciam a dinâmica do conflito e o comportamento de grupos armados.

Por isso, em situações de crise ou mudança significativa, os padrões de comportamento dos grupos armados revelam aspectos particularmente interessantes de sua adaptabilidade estratégica. Pape e Price (2024) identificaram que, diante de choques externos como a pandemia, grupos armados tendem a passar por fases distintas de adaptação: uma fase inicial de avaliação e cautela, seguida por um período de ajuste às novas condições, e finalmente uma fase de estabilização ou transformação de suas práticas. Esta adaptação estratégica se manifesta em múltiplos níveis: organizacional, operacional e político.

No nível organizacional, grupos podem reorganizar suas estruturas de comando e controle para responder a novas ameaças ou oportunidades (Pape; Price, 2024). Breslawski (2022) analisou como grupos armados responderam à pandemia da COVID-19, identificando variações significativas nas respostas organizacionais: alguns grupos estabeleceram instalações de isolamento e tratamento, outros intensificaram campanhas de recrutamento aproveitando o descontentamento social crescente. A capacidade de adaptação organizacional emerge como fator crítico. West (2020) documentou como grupos com estruturas mais flexíveis conseguiram manter operações mesmo sob restrições severas, adaptando táticas e modificando estruturas de comando. A pandemia revelou que grupos com maior capacidade adaptativa tenderam a emergir fortalecidos da crise.

A gestão de recursos durante choques externos também influencia significativamente as dinâmicas dos grupos armados. Moyer e Kaplan (2020) identificaram que a redução na atividade econômica e quedas nos preços de commodities tiveram consequências devastadoras para meios de subsistência individuais e receitas governamentais. Grupos armados precisaram adaptar suas estratégias de financiamento e controle territorial em resposta a estas mudanças. Como observado por Basedau e Deitch (2021), durante a pandemia, alguns grupos aproveitaram a retração do Estado para expandir seu controle territorial e seu acesso a recursos, enquanto outros focaram em consolidar posições existentes e proteger recursos já controlados.

A literatura recente explorou como certos grupos tiraram vantagem da pandemia. Grupos armados estatais e não estatais usaram a falta de atenção da comunidade internacional para “obter vantagem estratégica, restringir direitos humanos, perseguir grupos minoritários, suprimir dissidências, dismantelar estruturas econômicas informais, explorar poderes de emergência” (Gordon, 2024, p. 12, tradução nossa), entre outros. Por exemplo, grupos salafistas-jihadistas como o Boko Haram usaram a pandemia para espalhar desinformação, o que “poderia afetar o cumprimento das comunidades com as medidas de saúde pública

prescritas” (Bukarti, 2020, tradução nossa). O grupo somali al-Shabaab “lançou uma instalação de isolamento e tratamento para tratar todas as pessoas, incluindo seus combatentes”, acelerou ataques, recrutou membros e trabalhou para obter apoio público (West, 2020, tradução nossa).

Mesmo que esses exemplos estejam relacionados a grupos e contextos específicos, eles ilustram como alguns grupos armados adaptaram suas estratégias para explorar tanto a crise sanitária direta quanto os efeitos socioeconômicos indiretos da pandemia. Assim, à medida que os Estados e as capacidades de manutenção da paz ficaram sobrecarregados pela gestão da crise sanitária, os impactos econômicos tensionaram as relações Estado-sociedade (Brancati; Birnir; Idlbi, 2023) e as desigualdades relacionadas à saúde potencialmente aprofundaram as queixas existentes (Haer; Demarest, 2020), a pandemia forneceu um novo ambiente no qual as oportunidades foram exploradas por grupos armados para promover seus objetivos (Bloem; Salemi, 2021). Por outro lado, as respostas do governo à COVID-19 também criaram dinâmicas de conflito. Medidas rigorosas de bloqueio destinadas a controlar a disseminação do vírus exacerbaram as tensões e queixas existentes e (Brancati; Birnir; Idlbi, 2023), às vezes, aumentaram a violência estatal (ACLED, 2023). Embora a aplicação de restrições tenha levado ao aumento da presença estatal em algumas áreas, o que pode restringir temporariamente a mobilidade e as capacidades de recrutamento dos grupos armados (Basedau; Deitch, 2021), a presença foi reduzida em outras e criou oportunidades para os grupos armados aumentarem suas atividades. Além disso, o impacto econômico das medidas restritivas prejudicou as relações entre o Estado e a sociedade e aumentou potencialmente as oportunidades de recrutamento para grupos armados (UN, 2020g).

Em geral, os grupos armados abordaram a COVID-19 com uma gama diversificada de respostas, como promover medidas preventivas; restringir o movimento; garantir a segurança dos trabalhadores humanitários; declarar um cessar-fogo; entregar alimentos ou medicamentos; desenvolver infraestrutura para a COVID; criar uma força-tarefa; e adiar ou isentar pagamentos de impostos (Breslawski, 2022). A literatura também abordou a securitização da questão por certas elites africanas, bem como por grupos terroristas que justificaram sua causa com base em critérios religiosos e exploraram a pandemia para expandir suas atividades através das fronteiras (Hassan, 2022).

No nível operacional, podem modificar suas táticas e padrões de atividade (Pape; Price, 2024). As mudanças nos padrões de violência durante choques externos também refletem adaptações táticas seletivas (Neat; Desmidt, 2021). Grupos armados frequentemente modificam não apenas a intensidade, mas também a natureza de suas ações violentas em resposta às novas condições operacionais. Estas adaptações podem incluir mudanças nos alvos escolhidos, nos

métodos empregados e nos objetivos estratégicos perseguidos. Durante crises prolongadas, grupos também podem enfrentar desafios significativos em termos de recrutamento, logística e manutenção de redes de apoio (Fiedler; Mross; Adeto, 2021). Nesse aspecto, a dimensão regional do comportamento dos grupos faz-se relevante. Basedau e Deitch (2021) observaram que grupos com conexões transnacionais frequentemente adaptam suas estratégias em resposta a mudanças em múltiplos contextos nacionais simultaneamente. Esta dimensão transfronteiriça do comportamento se tornou particularmente relevante durante a pandemia, quando restrições de movimento e mudanças nas dinâmicas regionais forçaram adaptações significativas nas operações dos grupos.

O impacto nos padrões de mobilização é igualmente significativo. Gordon (2024) observou que grupos armados frequentemente precisam adaptar suas estratégias de recrutamento e mobilização. No entanto, paradoxalmente, estas mesmas dificuldades podem criar oportunidades para grupos que conseguem adaptar suas estruturas e estratégias (Fiedler; Mross; Adeto, 2021). As restrições impostas por uma crise podem dificultar métodos tradicionais de recrutamento, levando grupos a desenvolverem novas abordagens, incluindo maior uso de redes sociais e tecnologias digitais (Gordon, 2024).

No nível político, podem ajustar suas narrativas e formas de interação com populações locais Pape e Price (2024). Hassan (2022) estudou como grupos armados adaptaram suas narrativas e estratégias de comunicação durante a pandemia, alguns enquadrando a crise como oportunidade para deslegitimar o Estado, outros apresentando-se como provedores alternativos de governança e proteção.

2.5 Fatores de influência

A compreensão dos fatores que influenciam o comportamento dos grupos armados é fundamental para analisar suas respostas a mudanças contextuais significativas, como uma pandemia. A literatura sobre conflitos e guerras civis revela uma complexa interação de elementos que moldam tanto as decisões estratégicas quanto as capacidades operacionais destes grupos.

Esta multiplicidade de fatores se manifesta em diferentes níveis. No nível estrutural, encontramos elementos materiais e institucionais que estabelecem as condições básicas para a operação dos grupos. No nível político, observamos fatores relacionados à governança, legitimidade e relações de poder. No nível social e identitário, emergem elementos culturais, étnicos e religiosos que influenciam tanto a mobilização quanto as estratégias dos grupos.

Kriesberg e Dayton (2012) estabeleceram uma base importante ao identificar que conflitos são moldados por fatores internos e externos que interagem de maneiras complexas. Burton (1990) expandiu esta compreensão ao mostrar como necessidades, valores e interesses fundamentais influenciam não apenas o surgimento de conflitos, mas também seu desenvolvimento e as estratégias adotadas pelos atores envolvidos. Para Burton (1990), a legitimidade das instituições emerge como fator crucial nesta dinâmica: quando compartilhadas, estas tendem a prevenir conflitos. No entanto, quando há contestação, a frustração pode ser instrumentalizada em discursos e ações, enquanto a supervalorização de valores grupais afeta o recrutamento e a construção da imagem do 'outro'. Ademais, condições de escassez (relações de soma zero) tendem a intensificar conflitos, enquanto a distribuição desigual de capacidades de dominação influencia as possibilidades de ganhos através do conflito (Burton, 1990; Kriesberg; Dayton, 2012).

Para sistematizar nossa análise, organizamos estes fatores em três categorias principais que permitem examinar como diferentes elementos interagem para moldar o comportamento dos grupos armados: fatores estruturais e materiais, fatores político-institucionais, e fatores identitários e sociais. Esta categorização, embora analiticamente útil, reconhece que, na prática, estes fatores frequentemente se sobrepõem e interagem.

2.5.1 Estruturais e materiais

Os fatores estruturais e materiais estabelecem as condições fundamentais que determinam a capacidade operacional dos grupos armados e suas opções estratégicas. Collier, Hoeffler e Rohner (2009) identificaram dois elementos cruciais para a viabilidade da insurgência: fatores financeiros (PIB e renda) e militares. Esta base material, segundo os autores, não apenas possibilita a insurgência, mas também influencia significativamente os padrões de comportamento dos grupos.

A disponibilidade e o controle de recursos naturais emergem como fatores particularmente significativos. Ross (2004) mostrou que diferentes tipos de recursos podem afetar conflitos de maneiras distintas. Recursos facilmente extraíveis e transportáveis, como diamantes ou drogas, tendem a prolongar conflitos por proverem financiamento contínuo. Recursos fixos, como petróleo, frequentemente motivam tentativas de separação territorial.

A geografia desempenha um papel fundamental nas operações dos grupos armados. Buhaug (2006) estabeleceu que países grandes e etnicamente diversos contêm mais grupos periféricos e terrenos remotos que favorecem a insurgência. Esta dimensão espacial interage

com aspectos demográficos criando condições territoriais específicas que facilitam ou constroem as operações dos grupos. Weinstein (2007) estabeleceu uma correlação significativa entre recursos disponíveis e padrões de comportamento: grupos com abundância de recursos tendem a exercer mais violência indiscriminada, enquanto grupos dependentes de apoio popular desenvolvem relações mais complexas com comunidades locais.

Não obstante, a distribuição espacial dos recursos também influencia os padrões de comportamento dos grupos. Stewart (2008) identificou que desigualdades horizontais na distribuição de recursos entre grupos podem intensificar conflitos e moldar estratégias de mobilização. Em contextos em que recursos são geograficamente concentrados, grupos podem adotar estratégias territoriais específicas para garantir seu controle.

Dessa forma, as condições econômicas locais também exercem influência significativa. Holtermann (2011) observou que a pobreza facilita o recrutamento devido ao baixo custo de oportunidade econômica, enquanto a baixa acessibilidade e capacidade do Estado oferecem oportunidades políticas e militares para organizar a insurgência. No entanto, o autor enfatizou que a pobreza isoladamente não explica a violência, ela precisa interagir com outros fatores estruturais.

A infraestrutura e redes de apoio constituem outro elemento estrutural crucial. Cederman e Vogt (2017) documentaram como o acesso à infraestrutura de transporte, comunicações e logística afeta significativamente a capacidade operacional dos grupos armados. Grupos com acesso a redes de apoio transfronteiriças, por exemplo, mostraram maior resiliência e capacidade de sustentação de operações a longo prazo. Por isso, também destacamos o papel da tecnologia e armamentos. Walter (2014) mostrou que o acesso a diferentes tipos de armamentos e tecnologia não apenas afeta a capacidade militar dos grupos, mas também influencia suas escolhas táticas e estratégicas. Grupos com acesso a armamentos mais sofisticados tendem a desenvolver estruturas organizacionais mais complexas e adotar táticas mais elaboradas.

2.5.2 Político-institucionais

Os fatores político-institucionais são fundamentais para compreender o ambiente em que os grupos armados operam e como adaptam suas estratégias. Como apontado, a força das instituições políticas influencia significativamente as dinâmicas de conflito Walter (2014). Em contextos de instituições fracas, em que a elite governamental não oferece explicações ao

público e a participação política é limitada, a probabilidade de violência aumenta consideravelmente.

A legitimidade política emerge como fator crucial. Segundo Schlichte e Schneckener (2015), grupos armados frequentemente operam em contextos em que a autoridade estatal é contestada. A fragilidade da legitimidade estatal cria oportunidades para grupos estabelecerem formas alternativas de autoridade, particularmente em áreas onde o Estado tem presença limitada.

O nível de centralização do poder também influencia significativamente as dinâmicas de conflito. Cederman, Gleditsch e Buhaug (2013) mostraram que estruturas políticas altamente centralizadas, especialmente em Estados etnicamente diversos, podem exacerbar tensões e criar condições propícias para insurgência. A exclusão política de grupos específicos frequentemente serve como catalisador para mobilização armada.

As relações entre atores políticos locais e internacionais constituem outro fator relevante. Buzan e Wæver (2003) identificaram como organizações regionais e interferências internacionais podem alterar significativamente o equilíbrio de poder local, afetando tanto a capacidade quanto as estratégias dos grupos armados. A capacidade de governança do Estado emerge como fator determinante. Aembe e Dijkzeul (2018) mostraram que em Estados fragilizados, em que há falta de vontade política ou capacidade para fornecer serviços adequados, grupos armados frequentemente assumem funções governamentais. Esta substituição do Estado na provisão de serviços básicos pode fortalecer significativamente a posição política destes grupos.

O nível de transparência e *accountability* nas instituições políticas também influencia as dinâmicas de conflito. Walter (2009) observou que países com baixa transparência e limitada participação pública na política tendem a experimentar ciclos recorrentes de violência. Esta vulnerabilidade é especialmente pronunciada em contextos com instituições políticas fracas, rápidas mudanças demográficas e assimetrias significativas de poder entre as partes em conflito. Isso porque as partes precisam da disposição de informações para negociação, o que muitas vezes não ocorre, pois estão em locais que dispõem de dados imprecisos. A falta de mecanismos efetivos para resolução política de disputas e dificuldades em estabelecer acordos críveis pode levar grupos a perceberem a violência como única opção viável para alcançar seus objetivos.

Os sistemas de patronagem e redes clientelistas constituem outro fator significativo. Em contextos em que recursos e oportunidades são distribuídos através de redes informais de poder, grupos armados podem desenvolver estruturas paralelas de patronagem. McLoughlin (2015) mostrou que o grau em que o Estado atende às necessidades diárias dos cidadãos influencia

diretamente sua avaliação subjetiva da legitimidade estatal. Por isso, a interação entre instituições formais e informais também merece atenção. Stel e Ndayiragije (2014) identificaram que em áreas de limitada presença estatal, princípios tradicionais de legitimação, baseados em estruturas tribais ou senhoriais, podem prevalecer sobre princípios legais e racionais. Esta dualidade institucional frequentemente cria espaços que grupos armados podem explorar para estabelecer autoridade alternativa.

2.5.3 Identitários e sociais

Os fatores identitários e sociais são fundamentais para compreender as bases de mobilização e legitimação dos grupos armados. Cederman, Wimmer e Min (2010) mostraram que conflitos étnicos frequentemente envolvem uma constelação complexa de atores, motivos e ações coletivas. A etnicidade serve tanto como base para recrutamento quanto como fonte de legitimidade para ações violentas.

Como observa Horowitz (2000), esta dimensão étnica influencia não apenas a mobilização de recursos e apoio, mas também as táticas de ação dos grupos, mesmo em situações de assimetria de capacidades. A etnia, intrinsecamente ligada a elementos culturais como língua, religião e tradições (Nagel, 1994), torna-se assim um fator crucial na dinâmica dos conflitos armados. Seul (1999) tratou da importância das competições de identidade, mesmo quando fatores políticos e econômicos estão em jogo, considerando essas como necessidades psicológicas básicas do ser humano com enfoque na religião. Toft (2007) identificou como crenças religiosas podem motivar e justificar ações de grupos armados, especialmente quando combinadas com controle de recursos naturais. A dimensão religiosa frequentemente transcende fronteiras nacionais, facilitando a formação de redes transnacionais de apoio. Gubler e Selway (2012) aprofundaram esta análise ao mostrar que a etnicidade, quando combinada com outros fatores como religião, classe socioeconômica e região geográfica, aumenta significativamente o sucesso no recrutamento. Os autores observaram que sociedades com identidades transversalizadas (em que diferentes marcadores identitários se cruzam) tendem a ser menos propensas a guerras civis.

A dimensão social das desigualdades também influencia significativamente os conflitos. Stewart (2008) enfatizou que desigualdades horizontais — diferenças sistemáticas entre grupos culturalmente definidos — podem intensificar tensões e facilitar mobilização. Estas desigualdades operam em múltiplas dimensões: econômica, política, social e cultural. A memória coletiva e narrativas históricas também moldam significativamente o comportamento

dos grupos. Dessa forma, líderes e seguidores poderiam possuir motivações distintas, mas que se fortaleceriam em desigualdades identificadas (políticas, econômicas e sociais) entre grupos culturalmente definidos. Cederman, Gleditsch e Buhaug (2013) identificaram como experiências históricas de marginalização ou conflito podem ser mobilizadas para justificar e sustentar violência contemporânea. Estas narrativas frequentemente interagem com desigualdades horizontais existentes, criando ressentimentos estruturados. Nesse aspecto, Mayer (2000) argumentou que o desafio não está na existência do conflito, mas em como ele é gerenciado. O autor identificou três níveis de análise: percepção (crenças sobre incompatibilidade de interesses), sentimentos, e ações. As causas dos conflitos envolvem falhas de comunicação, emoções, valores e estruturas (contexto político, recursos e aspectos legais). A história, segundo Mayer (2000), pode atuar como impulso para o conflito, sendo frequentemente instrumentalizada por elites para justificar ações. O autor distingue ainda entre interesses (tangíveis, procedimentais e psicológicos) e necessidades (baseadas em identidade), sendo estas últimas mais duradouras e frequentemente associadas a conflitos mais intensos e de difícil resolução.

Por isso, a coesão social e as redes comunitárias exercem influência significativa na formação e manutenção de grupos armados. Staniland (2014) mostrou como redes sociais pré-existent afetam a capacidade de mobilização e as lealdades dos grupos. Em sociedades com fortes laços comunitários, grupos armados frequentemente emergem de e são sustentados por estruturas sociais existentes. Grupos armados frequentemente exploram estruturas sociais existentes que marginalizam jovens, particularmente em contextos em que oportunidades econômicas são limitadas. Holtermann (2011) mostrou como a combinação de juventude marginalizada e falta de perspectivas econômicas cria um terreno fértil para recrutamento. As estruturas familiares e de parentesco também influenciam significativamente as dinâmicas de conflito. Em sociedades em que laços familiares e clânicos são fortes, grupos armados frequentemente se organizam ao longo dessas linhas de parentesco, afetando tanto seus padrões de recrutamento quanto suas estratégias operacionais.

O papel das normas culturais e valores tradicionais emergem como fatores cruciais na formação de identidades coletivas que influenciam conflitos. Stewart (2008) observou que aspectos culturais não necessariamente levam a conflitos por si só, mas quando combinados com causas políticas e/ou econômicas, podem intensificar significativamente as tensões. Isto é particularmente relevante em sociedades em que diferentes sistemas de valores coexistem, criando potenciais pontos de fricção que grupos armados podem explorar. Além disso, grupos armados frequentemente aproveitam sistemas educacionais fracos ou polarizados para

promover narrativas particulares. Gurr (2015) mostrou como a educação pode tanto mitigar quanto exacerbar tensões identitárias, dependendo de como diferentes grupos são representados e incluídos nos sistemas educacionais.

As dinâmicas urbano-rurais também influenciam significativamente os padrões de conflito identitário. Áreas rurais, frequentemente marginalizadas em termos de desenvolvimento e representação política, podem se tornar terreno fértil para mobilização baseada em identidade. Esta dimensão espacial da identidade frequentemente se sobrepõe a outras formas de marginalização (Cederman; Gleditsch; Buhaug, 2013).

Destarte, os fatores mencionados dentro da bibliografia selecionada foram esquematizados conforme mostrou a tabela 1. Eles foram estruturados em três grupos que abarcaram fatores de naturezas distintas. O primeiro grupo versou sobre fatores estruturais e materiais que abarcassem condições de recursos e o efeito desses fatores na cooperação local, nos modos de operações e seleções de táticas. O segundo grupo tratou fatores políticos-institucionais e trabalhou com os polos de conflito e resolução e englobam fatores predominantemente políticos-associativos, ou seja, não necessariamente materiais ou tangíveis. Por fim, o último grupo reuniu fatores identitários e sociais, e que inferissem em consequências nessa esfera, tais como a insurgência e perduração de conflitos, o recrutamento dos grupos rebeldes, os recursos e oportunidades, na mobilização e nas suas capacidades. a propensão ao combate e à negociação

Tabela 1 – Fatores de análise aos grupos armados

Fatores	Implicações	Elemento	Fundamentação teórica
ESTRUTURAIS MATERIAIS	Controle de recursos	Recursos naturais	Ross (2004), Toft (2007), Weinstein (2007)
		Território e geografia	Buhaug (2006), Fearon e Laitin (2003)
		Capacidade militar	Walter (2014), Holtermann (2012) e Cederman e Vogt (2017)
		Rotas comerciais	Ross (2004), Weinstein (2007)
	Viabilidade	Financiamento	Collier, Hoeffler e Rohner (2009)
		Recrutamento	Weinstein (2007), Gubler e Selway (2012), Gordon (2024) e Fiedler, Mross e Adeto (2021)
		Meios militares	Collier, Hoeffler e Rohner (2009)

		Apoio externo	Weinstein (2007) e Cederman e Vogt (2017)
		Capacidade de sobrevivência	Weinstein (2007)
		Força de reação do governo	Collier, Hoeffler e Rohner (2009)
	Estrutura econômica	Pobreza	Holtermann (2012)
		Oportunidade econômica	Cederman, Gleditsch e Buhaug (2013)
		Desemprego	Buhaug (2006)
		PIB e renda	Collier, Hoeffler e Rohner (2009)
		Acesso a recursos	Weinstein (2007)
	Capacidade organizacional	Estrutura de comando	Weinstein (2007)
		Redes de apoio	Burton (1990) e Fiedler, Mross e Adeto (2021)
	Estrutura operacional	Sistema próprio de administração	Weinstein (2007)
		Capacidade adaptativa	Horowitz (2000) e Fiedler, Mross e Adeto (2021)
		Autonomia operacional	Weinstein (2007)
		Infraestrutura (transporte, comunicação e logística)	Cederman e Vogt (2017)
		Tecnologia	Cederman e Vogt (2017), e Walter (2014)
	Aspectos geográficos	Terreno	Buhaug (2006)
		Demografia	Fearon e Laitin (2003) e Buhaug (2006)
		Contingentes populacionais	Holtermann (2012)
	Dinâmicas de poder	Distribuição de capacidades	Kriesberg e Dayton (2009)
		Assimetria de forças	Horowitz (2000)
		Relações de soma zero	Kriesberg e Dayton (2009) e Burton (1990)
	Aspectos econômicos	Custo-benefício	Cederman, Gleditsch e Buhaug (2013)
		Ganhos materiais	Collier, Hoeffler e Rohner (2009)
		Exploração de recursos	Weinstein (2007)
	Condições estruturais	Fragilidade estatal	Fearon e Laitin (2003)
		Acessibilidade e perspectiva	Holtermann (2012)
		Instituições disfuncionais	Stewart (2011)
	Recursos e capacidades	Abundância de recursos	Weinstein (2007)
		Redes de financiamento	Collier, Hoeffler e Rohner (2009)
	Fatores Organizacionais	Origem do grupo	Weinstein (2007)
		Estrutura organizacional	Weinstein (2007)
		Padrões de violência	Weinstein (2007)
	Condições Sociais	Pobreza estrutural	Holtermann (2012)
		Desenvolvimento econômico	Collier, Hoeffler e Rohner (2009)

POLÍTICO- INSTITUCIONAIS		Infraestrutura local	Fearon e Laitin (2003)
	Aspectos Territoriais	Áreas remotas	Buhaug (2006)
		Grupos periféricos	Fearon e Laitin (2003)
		Controle de fronteiras	Cederman e Vogt (2017)
	Governança	Instituições políticas	Walter (2014, 2009)
		Transparência	Walter (2014)
		Participação política	Burton (1990), Stewart (2011)
		Processos decisórios	Mayer (2000)
	Capacidade Estatual	Força institucional	Kriesberg e Dayton (2009)
		Legitimidade	Stewart (2011), McLoughlin (2015) e Schlichte e Schneckener (2015)
		Controle efetivo	Mayer (2000)
		Provisão de serviços	Stewart (2011)
	Exclusão	Desigualdades horizontais políticas	Stewart (2011) e Cederman, Gleditsch e Buhaug (2013)
		Desigualdades horizontais econômicas	Stewart (2011) e Cederman, Gleditsch e Buhaug (2013)
		Desigualdades horizontais sociais	Stewart (2011) e Cederman, Gleditsch e Buhaug (2013)
		Desigualdades verticais	Cederman, Gleditsch e Buhaug (2013)
		Status cultural	Stewart (2011)
	Representação	Acesso ao poder	Walter (2014)
		Reconhecimento político	Stewart (2011)
		Participação institucional	Walter (2009)
	Comunicação	Falhas de comunicação	Mayer (2000)
		Narrativas públicas	Burton (1990)
		Discursos legitimadores	Stewart (2011)
	Estruturas de poder e governança	Consistência	Kriesberg e Dayton (2009)
		Adaptabilidade	Fiedler, Mross e Adeto (2021)
		Estabilidade	Burton (1990)
		Integração	Walter (2014)
		Sistemas paralelos	Stewart (2011)
		Administração local	Mayer (2000)
		Prestação de serviços	Burton (1990)
	Informação	Transparência de dados	Walter (2009)
		Disponibilidade	Walter (2014)
		Precisão	Walter (2009)
	Legitimidade Política	Reconhecimento institucional	Walter (2014)
		Autoridade exercida	Stewart (2011)
		Aceitação popular	Mayer (2000)

	Mediação	Capacidade negocial	Walter (2009)
		Disposição ao diálogo	Burton (1990)
		Acordos críveis	Walter (2009)
	Controle institucional	Capacidade governamental	Walter (2014)
		Controle das elites	Walter (2009)
		Instituições legais	Walter (2014)
	Relações Políticas	Participação pública	Walter (2014)
		Representatividade	Stewart (2011)
		Inclusão política	Cederman, Gleditsch e Buhaug (2013)
	Dimensões do poder	Autoridade local	Walter (2014)
		Capacidade coercitiva	Stewart (2011)
		Legitimidade política	Kriesberg e Dayton (2009)
		Demografia política	Walter (2009)
		Instituições políticas fracas	Walter (2014)
	Exclusão Política	Marginalizações	Stewart (2011)
		Desigualdades múltiplas	Cederman, Gleditsch e Buhaug (2013)
		Acesso ao poder	Stewart (2011)
	Identidade	Etnia	Cederman, Wimmer e Min (2010)
		Religião	Seul (1999), Toft (2007)
		Necessidades grupais	Burton (1990), Mayer (2000)
IDENTITÁRIOS SOCIAIS	E Identidade Aspectos Psicossociais	Língua	Gubler e Selway (2012)
		Região geográfica	Gubler e Selway (2012)
		Frustração	Kriesberg e Dayton (2009)
		Queixas	Cederman, Gleditsch e Buhaug (2013) e Gurr (1970)
		Ganância	Collier, Hoeffler e Rohner (2009) e Gurr (1970)
	Aspectos Psicossociais História memória e	Ressentimento	Mayer (2000)
		Conflitos passados	Cederman, Wimmer e Min (2010)
		Narrativas de legitimação	Mayer (2000)
	História memória e Necessidades básicas	Traumas coletivos	Seul (1999)
		Segurança	Burton (1990)
		Reconhecimento	Burton (1990)
		Identidade	Burton (1990), Mayer (2000)
	Necessidades básicas Mobilização	Justiça	Burton (1990)
		Liderança	Gubler e Selway (2012)
		Redes Sociais	Cederman, Wimmer e Min (2010)
		Solidariedade grupal	Horowitz (2000)

	Valores	Características do grupo	Burton (1990)
		Processos grupais	Kriesberg e Dayton (2009)
		Supervalorização	Burton (1990)
	Interesses	Tangíveis	Mayer (2000)
		Procedimentais	Mayer (2000)
		Psicológicos	Mayer (2000)
	Competição Identitária	Rivalidades étnicas	Seul (1999)
		Competição religiosa	Toft (2007)
		Transversalidade étnica	Gubler e Selway (2012)
	Percepções	Incompatibilidades	Mayer (2000)
		Necessidades e interesses	Burton (1990)
		Valores divergentes	Kriesberg e Dayton (2009)
	Construção identitária	Experiência de combate	Gubler e Selway (2012)
		Identidade etnolinguística	Gubler e Selway (2012)
		Classificações socioeconômicas	Gubler e Selway (2012)
	Mobilização social	Frustração coletiva	Horowitz (2000)
		Queixas genuínas	Burton (1990)
		Instrumentalização	Kriesberg e Dayton (2009)
	Aspectos culturais Motivações	Instituições compartilhadas	Kriesberg e Dayton (2009)
		Valores culturais	Seul (1999)
		Propósito coletivo	Mayer (2000)
	Aspectos culturais	Necessidades duradouras	Burton (1990)
		Interesses transitórios	Mayer (2000)
	Dinâmicas sociais	Coesão grupal	Cederman, Wimmer e Min (2010) e Gubler e Selway (2012)
		Redes de apoio	Gubler e Selway (2012)
		Estruturas comunitárias	Horowitz (2000)
	Competências Psicológicas	Necessidades básicas	Seul (1999)
		Competição identitária	Seul (1999)
		Fatores religiosos	Toft (2007)
	Dimensões Históricas	Experiências prévias	Cederman, Wimmer e Min (2010) e Weinstein (2007)
		Memória coletiva	Horowitz (2000)
		Narrativas históricas	Burton (1990)
	Dimensões Históricas	Percepções de incompatibilidade	Mayer (2000)
		Sentimentos coletivos	Mayer (2000)
		Respostas emocionais	Kriesberg e Dayton (2009)

Fonte: Elaborado pela autora

Em suma, a literatura sobre conflitos e guerras civis apresenta causas de conflitos sociais, como necessidades, valores e interesses (Burton, 1990; Kriesberg; Dayton, 2012). Ganância, relações de custo-benefício (Collier; Hoeffler, 2004), queixas (Gurr, 1970), oportunidades (Posen, 1993; Tilly, 1978) e fraqueza dos Estados (Fearon; Laitin, 2003) estão entre as causas potenciais de conflito. O conflito baseado em identidade permanece, embora os conflitos etnonacionalistas frequentemente envolvam uma constelação de atores, motivos e ações coletivas (Cederman; Wimmer; Min, 2010). A viabilidade importa, pois a motivação, os meios financeiros e militares são essenciais para sustentar o conflito. Religião, diferenças socioeconômicas, geografia, liderança rebelde, mobilização e recursos naturais também são fatores a serem considerados em guerras civis (Gubler; Selway, 2012; Holtermann, 2011; Ross, 2004; Toft, 2007; Weinstein, 2007). Esta abordagem amplia nossa compreensão ao considerar não apenas os elementos internos de um conflito, mas também as interações e influências externas que moldam seu desenvolvimento e desfecho.

2.6 Lacuna de pesquisa

A análise do impacto de choques externos em conflitos e no comportamento de grupos armados ganhou nova relevância com a pandemia da COVID-19. Antes da pandemia, estudos sobre choques externos focavam principalmente em desastres naturais súbitos ou crises econômicas pontuais. A literatura existente, como mostrado por Brancati (2007) e Nel e Righarts (2008), sugeria que tais choques tendiam a aumentar a violência através da intensificação da competição por recursos.

No entanto, a pandemia apresentou características distintas como choque externo: seu desenvolvimento gradual, seu alcance global e seu impacto simultâneo em múltiplas dimensões da sociedade criaram condições sem precedentes para análise. As previsões iniciais, como as de Moyer e Kaplan (2020), sugeriram que a pandemia poderia levar a um aumento significativo de novos conflitos. As primeiras produções eram trabalhos focados na segurança humana, direitos humanos e populações vulneráveis (por exemplo, Carreiras *et al.*, 2020). Além de artigos sobre as funções civil e de logística das OPs frente a pandemia (por exemplo, de Coning, 2020; Makosso, 2020), e as possíveis consequências da crise e tendências para as operações frente as dificuldades impostas, especialmente em relação a situação econômica e humanitária (Makosso, 2020). Estudos posteriores, como os de Bloem e Salemi (2021) e Ide (2021), começaram a revelar padrões mais complexos de resposta. Contrariando algumas expectativas

iniciais, observou-se que grupos armados responderam à pandemia de maneiras diversas e frequentemente contraditórias.

Embora estudos recentes tenham começado a documentar as respostas dos grupos armados à pandemia, permanecem lacunas significativas na compreensão teórica deste fenômeno. Mehrl e Thurner (2020) observaram que, até agosto de 2020, não foi possível identificar um impacto global significativo na intensidade dos conflitos. No entanto, sua análise também revelou uma heterogeneidade considerável nas respostas, sugerindo a necessidade de investigar mais profundamente os fatores que explicam estas variações. Basedau e Deitch (2021) apontaram que, embora existam diversos mecanismos teóricos ligando a pandemia à violência, o conhecimento empírico permanece limitado. A literatura atual carece de uma análise sistemática que explique por que grupos armados em contextos similares adotaram posturas diferentes durante a crise. Nossa dissertação contribui para preencher estas lacunas ao analisar as posturas de diferentes grupos armados na RCA e RDC durante a pandemia da COVID-19, permitindo identificar fatores explicativos que podem informar nossa compreensão mais ampla sobre como grupos armados respondem a choques externos significativos.

3 DESENHO DE PESQUISA

O desenho de uma pesquisa representa o planejamento sistemático de como investigar um problema científico específico. No caso deste estudo, buscamos compreender por que grupos armados na RCA e RDC adotaram diferentes posturas durante a pandemia da COVID-19, mesmo quando operando em contextos aparentemente similares. Esta questão fundamental exigiu uma abordagem metodológica que permitisse capturar tanto a complexidade dos sistemas de conflito quanto as nuances nas respostas dos diferentes grupos.

A originalidade e contribuição metodológica desta dissertação reside em três aspectos principais. Primeiro, na aplicação da análise sistêmica para compreender como um choque externo gradual (a pandemia) afetou sistemas de conflito existentes - uma abordagem que difere significativamente de estudos anteriores focados em choques súbitos. Segundo, no desenvolvimento de um modelo analítico que permite examinar simultaneamente fatores estruturais, comportamentais e contingenciais que influenciam as respostas dos grupos armados. Terceiro, na combinação de diferentes níveis de análise (local, nacional e regional) para construir uma compreensão mais completa das dinâmicas observadas.

3.1 Análise sistêmica como método

A escolha da análise sistêmica como método reflete a natureza complexa e interconectada dos conflitos estudados. Esta abordagem, como definida por Wils *et al.* (2006), permite examinar como diferentes elementos de um sistema interagem e se influenciam mutuamente, criando dinâmicas que não podem ser compreendidas através da análise isolada de suas partes.

No contexto específico de nossa pesquisa, a análise sistêmica oferece três vantagens metodológicas cruciais: 1) examinar os grupos armados como parte de sistemas mais amplos de conflito, considerando como suas ações são influenciadas por e influenciam outros atores e seu ambiente operacional; 2) analisar como choques externos (como a pandemia) propagam-se através de diferentes níveis e componentes do sistema, afetando tanto estruturas quanto comportamentos; e 3) fornece ferramentas para identificar padrões gerais e variações específicas, ajudando a explicar por que grupos em contextos similares podem desenvolver respostas distintas ao mesmo estímulo externo.

Os conflitos violentos são fenômenos complexos e multifacetados que são influenciados por interações em vários domínios sociais, políticos, econômicos e culturais (Justino; Brück;

Verwimp, 2013). Esses conflitos em cenários práticos são processos intrincados e em constante mudança, e nem sempre aderem a uma trajetória previsível de desenvolvimento (Mouly; Cécile, 2022). Além disso, mudanças políticas ou econômicas em nível macro nos sistemas regionais e internacionais em que os conflitos intraestatais estão situados servem como um tipo diferente de disruptor estrutural (Miall; Ramsbotham; Woodhouse, 2005). De acordo com Lederach (1996), o conflito representa um fenômeno multifacetado que pode remodelar o curso dos eventos, a dinâmica das relações nas quais o conflito está inserido e até mesmo os indivíduos envolvidos no conflito. Essa transformação pode resultar em modificações dentro das partes, como divisões ou a introdução de novos atores no conflito.

Além disso, as motivações e percepções das partes envolvidas podem sofrer mudanças. Da mesma forma, as questões centrais do conflito podem sofrer alterações, com novas fontes de discórdia surgindo ou com as questões existentes diminuindo em importância, ou sendo resolvidas. Mitchell (2016) observou que, em situações de conflito, é comum que a hierarquia dos objetivos disputados mude, com novos entrando em jogo e influenciando as ações de uma ou de todas as partes. De maneira que o que antes era considerado crucial e digno de qualquer sacrifício, pode diminuir em importância com o tempo, dando origem a novos objetivos e avaliações. Schock e Demetriou (2018) ressaltaram a influência do aprendizado nas escolhas estratégicas feitas por movimentos engajados em conflitos. No entanto, apesar do potencial de aprendizado e adaptação, as partes podem ficar presas em um ciclo de conflito devido ao intenso impacto emocional associado à situação, em que qualquer desvio dos objetivos estabelecidos é visto como uma perda inaceitável (Mitchell, 2016).

As relações entre as partes em conflito também passam por transformações ao longo do tempo, com potencial de melhoria por meio de medidas como construção de confiança ou deterioração, levando a uma dinâmica mais equilibrada ou desequilibrada. Os relacionamentos entre as partes são significativamente impactados pelos seus comportamentos e atitudes, que podem flutuar e interagir dinamicamente. A desumanização da outra parte pode aumentar a violência direta e, por sua vez, o aumento da violência pode desumanizar ainda mais os adversários (Mouly; Cécile, 2022). Mitchell (2016) descreveu seis maneiras pelas quais um conflito pode se intensificar: por meio da escalada do comportamento violento, do envolvimento de mais atores, da mobilização de recursos adicionais, da polarização das partes, da desassociação e do aprisionamento, o que dificulta a mudança de posição.

Clausewitz (2017), apesar de focar na guerra interestatal, indicou a importância de contemplar os numerosos e diversos componentes entrelaçados. Os principais componentes abrangem os objetivos ou incentivos políticos das partes envolvidas, a natureza dos governos e

nações envolvidas, as conexões políticas que todos os participantes mantêm uns com os outros, os recursos humanos e materiais acessíveis e implantáveis, a estruturação do estabelecimento militar dos países implicados e as possíveis repercussões políticas do conflito (Mei, 2018).

Trazendo essa perspectiva para os debates atuais, pode-se deduzir que os interesses dos Estados exercem uma influência significativa no curso dos eventos em nível global, embora não sejam os únicos fatores determinantes. Waltz (1979) refutou as ideologias reducionistas. Para ele, formular uma teoria para a política internacional apenas examinando os comportamentos do Estado em nível nacional ou sua organização política interna é inadequado. Mais elementos são necessários para abordar questões essenciais, como ‘o que instiga guerras’. De acordo com essa noção, os Estados ainda são percebidos como ‘parte do todo’ e seus interesses permanecem pertinentes. No entanto, existem vários outros elementos que contribuem para sua conduta e interações.

Nesse contexto, unidades, interesses, políticas domésticas e uma infinidade de outros fatores se fundem para formar o que é conhecido como estrutura. Essa estrutura se torna o ponto focal do exame. Consequentemente, alterações nos sistemas (estruturas) elucidam as discrepâncias nos resultados políticos internacionais (Waltz, 1979). Para Waltz (1979), a estrutura afeta indiretamente o comportamento dentro do sistema. Mesmo que sua estrutura seja analisada, a previsão de resultados permanece indefinida. No entanto, ajuda a compreender os fatores que direcionam os eventos em uma direção específica. Os conflitos intraestatais progredem em um meio mais amplo, compreendendo supersistemas (como transnacionais, regionais, globais) que influenciam sua evolução.

De acordo com a teoria dos sistemas, todo sistema recebe entrada externa e emite saída para o ambiente (Domenici; Littlejohn, 2001). Nesse contexto, em nosso estudo, levaremos em consideração apenas os insumos externos relevantes aos fatores que afetam a dinâmica interna dos sistemas de conflito explorados. Todos os conflitos intraestatais, mesmo aqueles predominantemente transformados por forças internas, não são desprovidos de influências externas, tendo sido moldados em diferentes graus pelas circunstâncias regionais e globais, bem como pela intervenção de terceiros, em diferentes fases de sua transição (Dudouet, 2006; Ferreira, 2010; Mumford, 2013).

Assim, além das forças impessoais das estruturas globais, o envolvimento de agências externas em conflitos internos também atua como impulsionadores de mudança, semelhante à estrutura hierárquica de tomada de decisão entre as partes em um conflito. Segundo Dudouet (2006) entidades externas se envolvem e interferem nos níveis I — órgãos internacionais e governos estrangeiros, II — mediadores, representantes de ONGs, organizações humanitárias

e de desenvolvimento — e III diásporas, movimentos populares transnacionais, redes criminosas etc. Azar (1990) enfatizou as intervenções internacionais como um elemento crucial que influencia o início de conflitos sociais prolongados. Ele destacou o impacto duradouro das histórias coloniais em vários países em desenvolvimento, cujas demarcações arbitrárias de fronteiras foram impostas em regiões que abrigam diversos grupos étnicos, resultando em Estados-nação fragmentados, sem identidade coesa e unidade cívica. Além disso, as estratégias neocoloniais das economias emergentes, como o alinhamento informal de facções políticas e militares com autoridades poderosas, muitas vezes levam à perda de independência e à formulação de políticas separadas das necessidades reais da população (Dudouet, 2006).

Países vizinhos também têm interesse em alimentar ou resolver conflitos internos, pois frequentemente refletem disputas mais amplas ou queixas históricas. Embora esses atores às vezes possam intensificar os conflitos, eles também podem aproveitar sua influência para preparar o caminho para a redução do conflito (Dudouet, 2006). Apoiadores da parte dominante em um conflito, devido às suas conexões estreitas ou controle de recursos, podem encorajar essa parte a se envolver em negociações com o lado mais fraco. Grupos armados não estatais podem buscar alianças transfronteiriças para compensar sua inferioridade estratégica e obrigar um governo relutante a dialogar (Dudouet, 2006; Ferreira, 2010; Mumford, 2013).

Ademais, a dinâmica de um conflito, como um todo, é frequentemente influenciada pela dinâmica interna de seus elementos constituintes, mostrando assim que intervenções externas ou envolvimento de terceiros podem não causar mudanças diretamente, ao contrário das suposições de alguns modelos. Sendo assim, a resposta do conflito à intervenção externa pode se manifestar de várias maneiras. Primeiro, resistindo completamente à intervenção e mantendo o *status quo*. Segundo, exibindo uma resposta exagerada a uma intervenção aparentemente insignificante, embora na direção desejada. Terceiro, evoluindo para um caminho totalmente imprevisível, independentemente da intervenção. Quarto, reagindo em proporção às ações e planos dos intervenientes. Esses resultados destacam a complexidade e a imprevisibilidade inerentes aos conflitos quando partes externas interferem (Coleman *et al.*, 2006).

Uma abordagem dinâmica dos conflitos, portanto, implica que, à medida que as mudanças se desenrolam a partir das intrincadas interações de elementos internos e externos, resultados específicos podem se tornar imprevisíveis (Coleman *et al.*, 2006). Isso pode parecer um tanto ambíguo à primeira vista, sem clareza e especificidade. A essência da estrutura e seu impacto na política internacional colocam uma questão desafiadora ao estudo (Francisco, 2009). As teorias sistêmicas oferecem perspectivas valiosas quando vistas como abordagens em vez de explicações diretas da causalidade. Em vez de fornecer razões para os eventos,

servem para guiar nosso pensamento no desenvolvimento de teorias e processos de raciocínio. Por isso, entendemos que é preciso analisar cada guerra civil como um sistema, onde facções opostas se envolvem em conflitos com comunicação direta mínima, mas interação continuamente no campo de batalha (Francisco, 2009).

Além das queixas estruturais, é essencial considerar os atores sociais e seus processos estratégicos de tomada de decisão, juntamente com os recursos à sua disposição. Isso inclui estruturas para explicação (enquadramento) e estruturas para mobilização, bem como as oportunidades e restrições contextuais (Schock; Demetriou, 2018). Por meio da análise sistêmica, pretendemos observar esses fatores e, ao mesmo tempo, considerar diferentes níveis de análise. A exploração desse fenômeno abrange os níveis micro (individual), meso (grupo) e macro (nacional e internacional). Mais uma vez, enfatizando o enfoque no nível meso em unir agências individuais e estruturas abrangentes. Isso esclarece a interação dinâmica entre estrutura e agência em processos de mobilização coletiva que levam a resultados diversos (Mouly; Cécile, 2022).

Um ‘sistema’, segundo Wils *et al.* (2006) é definido como uma entidade composta por ‘elementos’ distintos, mas que não deve ser entendida simplesmente como a soma dessas partes individuais. Os sistemas exibem limites e subsistemas de permeabilidade variável, cada um cumprindo funções específicas e exibindo padrões únicos de interação. O valor das abordagens sistêmicas não está em replicar a complexidade dos sistemas, mas em simplificar e entender essa complexidade (Wils *et al.*, 2006). Senge (1990) enfatizou a arte do pensamento sistêmico em descobrir as estruturas subjacentes que impulsionam a mudança.

Desse modo, a análise de sistemas, como abordagem fundamental, aprimora nossa compreensão e fornece *insights* para lidar com vários conflitos violentos entre grupos, sobretudo ao abordar conflitos que envolvem sistemas de identidade, território, segurança e governança (Wils *et al.*, 2006). Sua base provém do conceito tradicional de equilíbrio na compreensão do mundo, enquanto as noções de integração predominantes nos estudos regionais estão enraizadas na exploração histórica dos aspectos comunitários da sociedade internacional, particularmente durante a era entre guerras. No entanto, existem disparidades significativas entre a teoria dos sistemas e as ideologias anteriores, notadamente em sua natureza interdisciplinar, inspirando-se em paralelos biológicos e cibernéticos em vez de analogias mecanicistas. Essa abordagem combina metodologias analíticas com uma estrutura de proposições teóricas para oferecer uma compreensão abrangente de questões complexas (Banks, 1969).

O uso da análise sistêmica como metodologia representa essencialmente uma forma estruturada de pensamento racional aplicada a problemas complexos. Envolve dividi-lo em segmentos gerenciáveis, concentrando-se em cada segmento sequencialmente ou em grupos para entender sua essência. Ao elucidar cada parte individualmente, uma compreensão holística do fenômeno é gradualmente construída. Nos casos em que um problema parece inescrutável inicialmente, a compreensão parcial ainda pode ser alcançada por meio de técnicas como tratar temporariamente certos aspectos como ‘caixas pretas’, dissecar um subsistema coerente ou limitar a análise a um nível específico, reconhecendo a existência de outras camadas de complexidade. A busca de uma verdade suprema ou de um conhecimento completo sobre um problema pode ser ilusória a partir dessa perspectiva, mas o propósito da investigação é definido com base em objetivos específicos, como determinar o nível apropriado de análise, identificar subsistemas ou designar áreas a serem temporariamente excluídas (Banks, 1969).

As hipóteses resultantes da análise apresentam uma explicação do cenário político e, apesar de sua natureza ampla inicial, podem ser consideradas como estabelecendo as bases para uma estrutura teórica abrangente da política global. O foco principal dessa estrutura conceitual abrangente está em um ponto de vista holístico: um exame abrangente do comportamento, em que os indivíduos são vistos como sistemas que interagem com o ambiente (seja social, psicológico ou físico), e qualquer unidade social, de uma família pequena a uma nação inteira, pode ser examinada usando a mesma metodologia, com ajustes feitos aumentando o nível de análise. Um sistema, quando visto em sua totalidade, compreende uma infinidade de componentes interagindo dentro de limites definidos, com o ambiente circundante delineado de forma circular. Todos os elementos impactam ou são impactados pelo sistema (Banks, 1969).

Atualmente, os principais conflitos na África, a mencionar na RCA e na RDC, são complexos. Isso quer dizer que precisam ser interpretados considerando atores além dos internos e que tenham efeito sobre estes. Esses conflitos compreendem uma série de subsistemas, de tal maneira que uma alteração em um deles surte efeito no outro, dinâmicas se alteram e, muitas vezes, os resultados obtidos não são os esperados. Essa condição torna-se essencialmente importante ao estudo presente ou futuro. Tratando-se, assim, de análises sistêmicas de conflito, em termos dos contextos em que ocorrem, das tratativas em questão, das relações que as moldam, dos processos que se desenrolam e dos resultados que obtêm das interações que ocorrem entre as várias estruturas e os atores envolvidos, bem como entre os próprios atores, que são complexos e variados (Aguilar, 2018a).

Pelos atuais conflitos africanos apresentarem dinâmicas altamente fluidas que mudam ao longo do tempo, variando ao longo do chamado ‘ciclo de conflito’ em níveis de intensidade

e de violência, isso os caracteriza como sistemas dinâmicos de conflito. Um sistema dinâmico é descrito como uma coleção de componentes relacionados (como crenças, atitudes e ações) que se alteram e se desenvolvem ao longo do tempo. Cada elemento é afetado por outros componentes de maneiras diferentes. O sistema como um todo muda ao longo do tempo como resultado desses impactos recíprocos. As intenções, atitudes e comportamentos de cada parte, entre outros fatores, variam ao longo do tempo de forma a influenciar o padrão geral de interações (positivas ou negativas). Como resultado, mudanças em qualquer aspecto de uma relação dependem dos efeitos de vários outros elementos. Uma gama extremamente ampla de fenômenos relacionados ao conflito foi conceituada e estudada usando as regras que descrevem a evolução dos sistemas dinâmicos (emoção, estereótipos, mudança de atitude, cooperação *versus* competição em dilemas sociais etc.) (Aguilar, 2018b; Coleman *et al.*, 2006). Há uma grande diversidade nas relações entre os grupos armados existentes, bem como o surgimento de novos grupos devido ao baixo nível de institucionalização desses atores. As facções exibem extrema flexibilidade em termos de normas de aliança, o que também é resultado da falta de clareza dos objetivos reais de cada grupo (Corradi, 2023; Gómez-Uribe, 2024).

Assim, embora seja extremamente difícil, do ponto de vista factual, explicar todas as possíveis causas e dinâmicas presentes nesses conflitos complexos, deve haver um esforço para analisar, de forma sistêmica e abrangente, os contextos, os fatores, os atores e as dinâmicas envolvidos (Aguilar, 2018a). A interação entre as condições estruturais preexistentes e as transformações provocadas por guerras regionalizadas leva à formação de sistemas regionais de conflito. Assim, o foco da análise sociológica está na relação entre estruturas, dinâmicas e resultados cuja compreensão permite a melhor visualização possível do conflito e, conseqüentemente, as melhores formas de intervenção possíveis. Uma análise deve reconhecer essas fases e entender melhor as dinâmicas e os eventos que ocorreram em cada uma delas. Uma das ferramentas utilizadas, chamada de "mapeamento de conflitos", permite a visualização das partes envolvidas, dos pontos em questão (por exemplo, estruturas) e da dinâmica em jogo em um determinado momento de um conflito (Aguilar, 2018b). Ao aplicar a análise sistêmica aos nossos estudos, começamos a vislumbrar as interações complexas entre os fatores locais e os contextos regionais e globais. Essa abordagem nos permitiu compreender melhor como as condições e dinâmicas externas podem influenciar diretamente o comportamento dos grupos armados em nível local.

3.1.1 Fundamentos da abordagem

A análise sistêmica como método para compreender conflitos armados tem suas raízes em uma longa tradição de pensamento sistêmico nas ciências sociais. Como documentado por Banks (1969), esta abordagem surgiu da necessidade de desenvolver ferramentas analíticas capazes de capturar a complexidade de fenômenos sociais interconectados, particularmente em contextos de conflito.

Os fundamentos da análise sistêmica aplicada a conflitos partem do princípio de que eventos violentos não podem ser compreendidos isoladamente, mas devem ser analisados como parte de um sistema mais amplo de interações. Wils *et al.* (2006) definiram um ‘sistema’ como uma entidade composta por elementos distintos que não pode ser entendida simplesmente como a soma de suas partes individuais. No contexto de conflitos armados, estes elementos incluem atores, estruturas, recursos e dinâmicas que interagem de maneiras complexas. Ansorg (2011) desenvolveu esta perspectiva ao aplicá-la especificamente a conflitos regionais, mostrando como a violência se difunde através de sistemas interconectados. Sua abordagem enfatiza a importância de considerar não apenas as dinâmicas internas dos conflitos, mas também suas conexões com processos regionais e globais mais amplos.

Um aspecto fundamental da análise sistêmica é sua ênfase na natureza dinâmica dos conflitos. Como argumentado por Coleman *et al.* (2006), conflitos não são estados estáticos, mas processos em constante evolução, influenciados por múltiplos fatores que interagem ao longo do tempo. Esta perspectiva dinâmica é particularmente relevante para compreender como choques externos, como a pandemia da COVID-19, podem interagir com, e transformar os, sistemas de conflito existentes.

Um princípio fundamental da análise sistêmica é a identificação de diferentes níveis de análise e suas interações. Körppen, Schmelzle e Wils (2008) argumentaram que sistemas de conflito operam simultaneamente em múltiplos níveis - local, nacional, regional e global - com eventos em cada nível potencialmente afetando os outros. Esta característica multinível é particularmente relevante para compreender conflitos africanos contemporâneos, cujas dinâmicas locais frequentemente se entrelaçam com processos regionais e globais mais amplos. A identificação de subsistemas e suas interrelações constitui outro elemento fundamental da abordagem. Segundo Miall, Ramsbotham e Woodhouse (2005), conflitos complexos frequentemente contêm múltiplos subsistemas - político, econômico, social, militar - que, embora distintos, influenciam-se mutuamente de maneiras significativas. A análise destes

subsistemas e suas interações permite uma compreensão mais profunda de como mudanças em uma área do conflito podem produzir efeitos em outras.

A adoção destes fundamentos teóricos tem implicações metodológicas significativas para o estudo de conflitos armados. Em primeiro lugar, como argumenta Ansorg (2014), a análise sistêmica requer uma abordagem multi-método que combine diferentes tipos de dados e níveis de análise. Isso significa integrar dados quantitativos sobre incidentes violentos com análises qualitativas de processos e relações, bem como considerar tanto eventos localizados quanto padrões mais amplos de interação regional. Por isso, uma implicação metodológica crucial é a necessidade de mapear e documentar as interconexões entre diferentes elementos do sistema. Aguilar (2018b) enfatizou que este mapeamento deve ir além da simples identificação de atores para incluir suas relações, recursos, motivações e padrões de comportamento. No contexto de conflitos africanos contemporâneos, isso significa rastrear não apenas ações violentas, mas também fluxos de recursos, redes de apoio e conexões transfronteiriças.

A abordagem sistêmica reconhece ainda a importância crucial do contexto histórico e estrutural. Aguilar (2018a) enfatizou que sistemas de conflito não existem no vácuo, mas são profundamente influenciados por estruturas históricas, sociais e culturais preexistentes. Esta perspectiva histórica-estrutural é essencial para compreender como padrões de violência se desenvolvem e se mantêm ao longo do tempo. Como argumentado por Coleman (2011), a análise sistêmica vai além do estudo de atores individuais para examinar os padrões de relacionamento e interdependência que caracterizam o sistema como um todo. Esta ênfase nas relações é particularmente útil para compreender como diferentes grupos armados interagem entre si e com outros atores no sistema de conflito. A capacidade de adaptação e transformação dos sistemas é também um elemento central desta abordagem. Segundo Mitchell (2016), sistemas de conflito são inerentemente dinâmicos, capazes de se adaptar a mudanças em seu ambiente e de se transformar em resposta a novos desafios ou oportunidades. Esta perspectiva é crucial para entender como sistemas de conflito respondem a choques externos como a pandemia da COVID-19.

3.1.2 Aplicação a conflitos regionais

A aplicação da análise sistêmica a conflitos regionais requer uma compreensão específica de como sistemas de violência operam além das fronteiras nacionais. Como documentado por Ansorg (2011), conflitos regionais são caracterizados por redes complexas de

violência interconectada que envolvem diversos atores subestatais, nacionais e transnacionais em áreas geograficamente definidas de insegurança.

Buzan e Wæver (2003) forneceram um *framework* importante para esta aplicação através de seu conceito de ‘complexos regionais de segurança’. Eles argumentam que as dinâmicas de segurança em regiões específicas são moldadas por padrões distintos de amizade e inimizade entre diferentes atores, criando sistemas regionais com características próprias. Esta perspectiva é particularmente relevante para a análise de conflitos na RCA e RDC, onde as interações entre diferentes grupos armados frequentemente transcendem fronteiras nacionais.

A aplicação da análise sistêmica a conflitos regionais também deve considerar o papel de recursos naturais e rotas comerciais. Giroux, Lanz e Sguaitamatti (2009) mostraram como o controle sobre recursos e rotas de comércio cria padrões específicos de competição e cooperação entre grupos armados em diferentes países. Estas dinâmicas econômicas são fundamentais para compreender como diferentes conflitos se interconectam. Sendo assim, outro aspecto crucial da aplicação regional é a análise de redes transfronteiriças de apoio e mobilização. Thompson (1973) enfatizou como estas redes podem sustentar e amplificar conflitos locais, criando sistemas regionais de violência que são mais resistentes a tentativas de resolução focadas apenas em contextos nacionais. Conforme documentado por Herbst (2000), as fronteiras coloniais na África frequentemente dividiram grupos étnicos entre diferentes países, criando dinâmicas específicas de solidariedade e mobilização que transcendem limites nacionais.

Um elemento crucial na aplicação regional é a análise das instituições estatais e sua capacidade de controle territorial. Ansorg (2014) argumentou que a fragilidade estatal em regiões fronteiriças cria condições particulares para a emergência e sustentação de sistemas regionais de conflito. Esta perspectiva é fundamental para compreender como a ausência de controle estatal efetivo em certas áreas permite que grupos armados estabeleçam redes de operação transfronteiriças. Assim, a análise das economias políticas regionais emerge como outro aspecto fundamental. Goodhand e Hulme (1999) enfatizaram como sistemas regionais de conflito frequentemente desenvolvem suas próprias lógicas econômicas, com redes de comércio ilícito e exploração de recursos naturais criando interdependências entre diferentes zonas de conflito. Por isso, a dimensão internacional dos conflitos regionais também requer atenção específica, sobretudo em nosso estudo. Lischer (2003) e Mthembu-Salter (2006) mostraram como intervenções internacionais — sejam elas através de operações de paz ou apoio a grupos específicos — podem alterar significativamente as dinâmicas regionais de conflito. A presença simultânea da Missão das Nações Unidas para a Estabilização na República Democrática do

Congo (MONUSCO) na RDC e da Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização na República Centro-Africana (MINUSCA) na RCA exemplifica como atores internacionais podem influenciar e ser influenciados por dinâmicas regionais de conflito.

3.1.2.1 Níveis de análise

A operacionalização da análise sistêmica nesta dissertação ocorre através de uma estrutura metodológica em níveis interconectados. Para compreender como este método é aplicado, é útil visualizar o conflito como um sistema composto por diferentes camadas que interagem continuamente.

No nível micro, analisamos as características específicas dos grupos armados — suas estruturas organizacionais, bases de recursos, e relações com populações locais. No nível meso, focamos nas interações entre diferentes atores dentro do sistema de conflito. Isto inclui as relações entre grupos armados, forças governamentais, e OPs. Esta camada de análise é crucial para entender como a posição de um grupo dentro do sistema mais amplo influencia suas escolhas estratégicas. No nível macro, examinamos como fatores estruturais e choques externos afetam todo o sistema. A pandemia representa um choque particular neste nível, mas sua influência é mediada por condições estruturais preexistentes como fragilidade estatal, dinâmicas regionais e redes transnacionais.

Esta abordagem em múltiplos níveis nos permite identificar não apenas o que os grupos fizeram durante a pandemia, mas entender por que diferentes grupos responderam de maneiras distintas. Ao mapear as interações entre diferentes elementos do sistema, podemos construir uma compreensão mais rica e nuançada das dinâmicas observadas. Sem desconsiderar os aspectos micro de mobilização, focar em grupos armados como entidades organizacionais no nível meso é uma escolha estratégica que permite examinar a dinâmica interconectada entre os aspectos micro e macro dos conflitos. As estruturas estabelecidas por esses grupos têm um impacto significativo tanto nos indivíduos sob sua influência quanto na progressão geral do conflito. Várias ações, como recrutamento e doutrinação de membros, coesão ou fragmentação interna, competição, alianças com outras entidades armadas, violência contra civis, governança, resposta à repressão estatal e aos seus esforços de contrainsurgência e engajamento com iniciativas internacionais são elementos-chave que ressaltam o papel crucial dos grupos armados na análise de conflitos. No entanto, essa ênfase nas organizações armadas não implica ignorar outros fatores que contribuem para a violência da guerra civil, incluindo interações com adversários estatais e não estatais, integração social e contextos culturais mais amplos. Os

grupos podem operar dentro de redes complexas envolvendo outros atores não estatais, estatais, civis e estrangeiros, cujas interações moldam continuamente a dinâmica do conflito. Ao centralizar o foco nos grupos armados, pode-se compreender melhor as intrincadas relações que se desenrolam nas guerras civis. Além disso, do ponto de vista metodológico, organizações armadas dispõem uma natureza distinta e identificável. A decisão de focar em grupos armados também é metodologicamente viável, uma vez que esses grupos são facilmente identificáveis por definição (Shesterinina; Livesey, 2024).

3.1.2.2 Identificação de subsistemas

A identificação de subsistemas em conflitos regionais pode ser compreendida através da análise de diferentes núcleos de interação que compõem o sistema maior de conflito. Coleman *et al.* (2006) propuseram que os subsistemas devessem ser identificados não por categorias predefinidas, mas pelos padrões de interação que emergem da própria dinâmica do conflito. Ansorg (2011) argumentou que diferentes subsistemas (político, econômico, social e militar) interagem para criar dinâmicas específicas de violência.

No subsistema político, é crucial identificar como diferentes grupos armados estabelecem e mantêm autoridade em seus territórios. O relatório de Lischer (2003) mostrou como estas estruturas de governança paralela frequentemente se estendem além de fronteiras nacionais, criando redes regionais de poder.

O subsistema econômico envolve a análise de como recursos naturais, rotas comerciais e redes de financiamento sustentam conflitos regionais. Mthembu-Salter (2006) evidenciou como a economia política do conflito frequentemente cria interdependências entre diferentes zonas de violência.

O subsistema social requer atenção especial às redes de identidade e solidariedade que transcendem fronteiras nacionais. Como documentado por Ansorg (2014), laços étnicos, religiosos e comunitários frequentemente servem como base para mobilização e apoio a grupos armados em diferentes países. Na região dos Grandes Lagos, por exemplo, comunidades transfronteiriças desempenham papel crucial na formação de alianças e antagonismos entre diferentes grupos armados.

O subsistema militar compreende não apenas as capacidades bélicas dos grupos armados, mas também suas estratégias operacionais e padrões de violência. Goodhand (1999) mostrou como táticas e métodos de guerra frequentemente se difundem através de redes regionais, com grupos aprendendo e adaptando técnicas uns dos outros. Esta difusão de

capacidades militares é particularmente evidente na maneira como grupos armados na RCA e RDC desenvolveram e compartilharam táticas de controle territorial e exploração de recursos.

O subsistema de legitimidade e governança emerge como outro elemento crucial. Mthembu-Salter (2006) evidenciou como grupos armados desenvolvem sistemas paralelos de autoridade que frequentemente se sobrepõem e competem com estruturas estatais formais. Estes sistemas de governança paralela podem criar zonas de autoridade que transcendem fronteiras nacionais, estabelecendo novas geografias de poder no contexto regional.

A interação entre estes diferentes subsistemas cria dinâmicas complexas que não podem ser compreendidas isoladamente. Por exemplo, o controle de recursos minerais (subsistema econômico) frequentemente se entrelaça com questões de identidade étnica (subsistema social) e capacidade militar (subsistema militar) para produzir padrões específicos de violência e governança em diferentes partes do sistema regional.

3.1.2.3 Construção das hipóteses

A problemática central deste estudo envolve a compreensão das posturas adotadas pelos principais grupos armados durante a pandemia nos conflitos selecionados, buscando entender como este choque externo interagiu com dinâmicas preexistentes de conflito. Exploramos duas guerras civis na RCA e RDC e em cada uma delas buscamos identificar: 1) variações no nível de violência; 2) os principais atores responsáveis pelos ataques; e 3) o comportamento desses grupos durante a pandemia. A pergunta que orienta a pesquisa é: o que pode explicar as diferentes posturas adotadas pelos grupos armados durante a pandemia?

Nossa investigação parte do entendimento de que as respostas dos grupos armados à pandemia refletem uma complexa interação entre suas motivações preexistentes, interesses estratégicos e o novo contexto criado pela crise sanitária. A primeira hipótese sugere que as posturas adotadas pelos grupos armados durante a pandemia foram significativamente influenciadas por seus objetivos e interesses estratégicos previamente estabelecidos, com a crise sanitária atuando mais como uma oportunidade para avançar agendas existentes do que como um fator determinante de novas motivações. A segunda hipótese propõe que os grupos armados pudessem ter instrumentalizado o contexto da pandemia de diferentes formas para fortalecer sua legitimidade e posição nos conflitos. Isso inclui tanto a possibilidade de alinhamento com discursos globais de cooperação contra a pandemia quanto o aproveitamento das fragilidades expostas pela crise para questionar a legitimidade estatal e fortalecer suas próprias narrativas de governança alternativa.

3.2 Seleção dos casos

Nossa fundamentação teórica sobre grupos armados e choques externos em conflitos, combinada com a abordagem sistêmica, orientou a seleção dos casos deste estudo. A teoria nos mostrou que para compreender como grupos armados respondem a choques externos, precisamos examinar sistemas de conflito nos quais possamos observar a interação entre diferentes atores, estruturas e dinâmicas ao longo do tempo.

Como apresentado na literatura, as respostas dos grupos armados são influenciadas por múltiplos fatores, desde características estruturais até condições contextuais. Desse modo, nossa seleção de casos buscou maximizar a variação nestes fatores enquanto manteve certas condições constantes para permitir um estudo significativo. Em decorrência da avaliação preliminar dos níveis de violência nas operações de paz multidimensionais da ONU desdobradas na África obtida através da investigação de Iniciação Científica realizada sob apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), os casos da RCA e RDC emergiram como particularmente adequados para nossa análise por três razões fundamentais.

Primeiro, ambos representam conflitos prolongados. A RCA, com sua história de golpes e guerras civis desde 1960, e a RDC, com suas duas grandes guerras civis e persistente violência no leste, oferecem a profundidade histórica necessária para examinar como sistemas de conflito estabelecidos respondem a novos choques externos. A diversidade de atores e dinâmicas nestes casos permite uma análise sistêmica rica: na RCA, a interação entre milícias Anti-balaka e grupos ex-Séléka, com atores internacionais; na RDC, a heterogeneidade de grupos armados com diferentes interesses, combinada com dinâmicas regionais e disputas por recursos,

Segundo, ambos tinham operações de paz da ONU ativas e passaram por processos eleitorais durante a pandemia, oferecendo uma oportunidade de analisar como grupos armados responderam quando múltiplos fatores de pressão afetaram o sistema de conflito simultaneamente.

Terceiro, durante a pandemia da COVID-19 estes casos apresentaram variações significativas na violência, e dinâmicas contrastantes nas respostas dos grupos armados - enquanto na RDC os grupos não acataram o cessar-fogo e intensificaram atividades, na RCA alguns grupos declararam adesão formal. Isso nos permite aplicar a análise sistêmica para examinar como diferentes elementos do sistema de conflito - desde características organizacionais dos grupos até fatores contextuais mais amplos - interagem para produzir respostas distintas ao mesmo choque externo.

Figura 1 — As localizações da RCA e RDC no continente africano



Fonte: CENTRAL [...], (2020)

Esta seleção de casos nos permite contribuir de forma original para a literatura sobre grupos armados e choques externos, oferecendo uma análise de como diferentes elementos do sistema de conflito respondem a perturbações significativamente semelhantes.

3.3 Modelo de análise

O modelo de análise desta pesquisa foi estruturado para examinar como diferentes elementos dos sistemas de conflito interagem para produzir variações nas respostas dos grupos armados à pandemia. Este modelo se baseia em nossa compreensão teórica de que o comportamento dos grupos armados emerge da interação complexa entre as suas características estruturais, o ambiente em que operam e as dinâmicas mais amplas do conflito.

Nossa análise se desenvolve através de duas dimensões principais: uma conceitual e outra operacional. A dimensão conceitual estabelece as categorias analíticas que utilizamos para examinar os grupos armados e suas respostas ao choque externo. A dimensão operacional define como estas categorias são observadas e analisadas empiricamente.

3.3.1 Conceituação das variáveis

As variáveis em nossa análise foram selecionadas para capturar tanto os aspectos comportamentais quanto contextuais que influenciam as respostas dos grupos armados, ou seja, capturar tanto as posturas observáveis dos grupos quanto os fatores que podem ter influenciado

estas posturas. Nossa variável dependente são as posturas adotadas pelos grupos durante a pandemia, enquanto as variáveis independentes englobam os diversos fatores que podem ter influenciado estas posturas.

A escolha destas variáveis deriva diretamente de nossa fundamentação teórica sobre comportamento de grupos armados e da literatura sobre respostas a choques externos. Esta seleção nos permite examinar não apenas o que os grupos fizeram durante a pandemia, mas compreender os fatores que moldaram suas escolhas.

Nossa variável dependente — as posturas dos grupos armados durante a pandemia — engloba um conjunto de comportamentos e decisões observáveis. Isto inclui não apenas suas ações militares diretas, mas também suas estratégias de governança, relações com populações locais e narrativas públicas. Por exemplo, quando um grupo decide aderir ao cessar-fogo ou, alternativamente, intensificar suas operações, esta decisão representa uma postura específica em resposta ao contexto pandêmico.

A variável independente — a influência da pandemia nas motivações, interesses e posturas — visa capturar os múltiplos fatores que podem influenciar as decisões dos grupos armados. Os fatores incluem: 1) organizacionais (características internas dos grupos como sua estrutura de comando, base de recursos e capacidade operacional), uma vez que a forma como um grupo é organizado pode afetar significativamente sua capacidade de adaptar-se a novos desafios; 2) contextuais (elementos do ambiente em que os grupos operam, incluindo relações com outros atores, dinâmicas territoriais e condições socioeconômicas locais), porque, por exemplo, o nível de controle territorial de um grupo pode influenciar sua decisão de manter ou alterar operações durante uma crise; e 3) históricos (padrões de comportamento observáveis e relações estabelecidas que podem predispor grupos a certas respostas), entendendo que a história prévia de um grupo em lidar com crises ou sua relação histórica com outros atores pode influenciar suas decisões durante a pandemia.

A operacionalização destas variáveis requer uma abordagem sistemática que nos permita observar e analisar concretamente como diferentes fatores influenciaram as posturas dos grupos armados. Dentre os diversos indicadores possíveis para análise dos fatores da variável independente, selecionamos aqueles que melhor se adequam aos objetivos desta dissertação e permitem uma observação mais precisa do fenômeno estudado.

Para fatores organizacionais, examinamos: a) estruturas de comando e controle através da análise de documentos e relatórios sobre a organização interna dos grupos; b) base de recursos através do mapeamento de fontes de financiamento e controle territorial; c) capacidade

militar através da análise de padrões de operações e tipos de armamentos utilizados; d) redes de apoio e alianças através do mapeamento de relações com outros atores.

Para fatores contextuais, analisamos: a) dinâmicas territoriais através do mapeamento de áreas de controle e disputa; b) condições socioeconômicas locais através de indicadores de desenvolvimento e impacto da pandemia; c) relações com população local através de relatórios sobre interações entre grupos e comunidades; d) presença de forças estatais e internacionais através do mapeamento de operações militares e de paz.

Para fatores históricos, consideramos: a) padrões prévios de comportamento através da análise histórica das ações dos grupos; b) relações estabelecidas com outros atores através do mapeamento de alianças e conflitos anteriores; c) experiências anteriores com crises através da análise de respostas a situações similares.

Para a operacionalização destas variáveis desenvolvemos um processo de análise em três etapas que nos permite examinar tanto as manifestações diretas quanto as interações mais sutis entre as variáveis. Na primeira etapa, estabelecemos uma linha de base pré-pandemia para cada grupo armado. Isto envolve mapear suas características organizacionais, padrões de comportamento e relações estabelecidas antes do início da crise sanitária. Por exemplo, ao analisar um grupo na RCA, examinamos seus padrões históricos de violência, suas relações com outros atores e sua base de legitimidade local. Esta linha de base nos permite identificar mudanças significativas durante a pandemia. Na segunda etapa, analisamos as mudanças observáveis durante a pandemia. Isto inclui não apenas alterações no comportamento violento, mas também adaptações em estruturas organizacionais, narrativas públicas e relações com populações locais. Por exemplo, quando um grupo altera seus padrões de operação ou desenvolve novas formas de interação com comunidades locais, estas mudanças são documentadas e analisadas em relação às condições pré-existentes. Na terceira etapa, examinamos as interações entre diferentes variáveis para compreender como elas se influenciam mutuamente. Por exemplo, como a base de recursos de um grupo interage com condições contextuais locais para influenciar suas decisões estratégicas durante a pandemia. Esta análise nos permite identificar padrões mais amplos e compreender melhor os mecanismos que levam a diferentes posturas.

Esta análise em três etapas nos permite desenvolver uma compreensão mais profunda e matizada de como grupos armados respondem a choques externos. Ao examinar como diferentes variáveis interagem ao longo do tempo, podemos identificar não apenas o que os grupos fizeram, mas entender por que certas escolhas foram feitas em momentos específicos. Por exemplo, quando observamos um grupo que modifica sua postura durante a pandemia,

nossa análise considera simultaneamente múltiplos fatores. Se um grupo possui recursos substanciais e controle territorial estabelecido, isto pode influenciar sua capacidade de manter operações mesmo durante uma crise. Ao mesmo tempo, sua história prévia de relações com a população local pode afetar sua decisão de envolver-se ou não em medidas de resposta à pandemia.

Ao examinar estas interações, nossa análise contribui para uma compreensão mais ampla de como sistemas de conflito respondem a perturbações significativas. Isto é particularmente relevante para entender não apenas a atual pandemia, mas também como grupos armados podem responder a futuros choques externos.

4 OPERACIONALIZAÇÃO DA ANÁLISE

A operacionalização de nossa análise sistêmica requer um conjunto estruturado de procedimentos que nos permita examinar como diferentes elementos do sistema de conflito interagem e se transformam ao longo do tempo. Esta seção detalha como operacionalizamos cada aspecto de nossa análise para construir uma compreensão robusta das respostas dos grupos armados à pandemia.

Nessa dissertação, desenvolvemos uma estrutura operacional que nos permite observar, documentar e analisar sistematicamente como grupos armados responderam à pandemia e quais fatores influenciaram suas escolhas. O mapeamento das interações entre diferentes elementos do sistema de conflito constitui o primeiro passo de nossa análise operacional. Este mapeamento envolve identificar e documentar sistematicamente: 1) interações entre grupos armados e outros atores (forças governamentais, operações de paz, populações locais); 2) padrões de cooperação e conflito entre diferentes grupos armados; 3) relações entre dinâmicas locais e regionais; 4) conexões entre eventos específicos e mudanças nas posturas dos grupos. Este processo envolve identificar e documentar como diferentes elementos do sistema de conflito se relacionam e influenciam mutuamente ao longo do tempo. Organizamos o mapeamento em três níveis:

O mapeamento das interações na análise sistêmica se estrutura em três níveis fundamentais: micro, meso e macro. Isso permite examinar como diferentes elementos do sistema interagem e se influenciam mutuamente através de múltiplas escalas. No nível micro, são as interações que ocorrem no âmbito individual e local. Isto inclui como membros individuais dos grupos armados interagem com populações locais, como decisões são tomadas dentro das estruturas de comando, e como relações pessoais e redes sociais influenciam o comportamento do grupo. No nível meso, o foco de nossa análise, focamos nas interações entre diferentes grupos e organizações dentro do sistema de conflito. Este nível é crucial para compreender como grupos armados se relacionam entre si, com forças governamentais, e com outros atores institucionais como operações de paz. Aqui, examinamos padrões de cooperação e conflito, alianças temporárias, e competição por recursos e território. No nível macro, foca como fatores estruturais mais amplos e dinâmicas regionais influenciam o comportamento dos grupos. Isto inclui examinar como condições políticas e econômicas internacionais, mudanças em políticas regionais, e transformações em redes transnacionais afetam as decisões e capacidades dos grupos armados. A pandemia, como choque externo, opera primariamente neste nível, mas seus efeitos se propagam através dos outros níveis do sistema.

Na operacionalização este mapeamento multinível, utilizamos uma combinação de fontes e métodos que nos permite capturar interações em diferentes escalas. Nossa dissertação foca principalmente no nível meso, embora reconheçamos a importância dos níveis micro e macro para uma compreensão completa do sistema, existem limitações significativas no acesso a dados nestes níveis.

Para identificar e analisar como a pandemia afetou os sistemas de conflito estudados, desenvolvemos um conjunto de indicadores específicos que nos permitem rastrear mudanças significativas ao longo do tempo. Estes indicadores foram selecionados com base em nossa fundamentação teórica sobre como choques externos podem afetar diferentes aspectos de um sistema de conflito.

Os primeiros indicadores focam em mudanças estruturais no sistema. Isto inclui alterações em padrões de controle territorial, modificações nos comandos dos grupos, e transformações nas redes de apoio e recursos. Por exemplo, quando um grupo armado altera sua presença territorial ou modifica suas estruturas organizacionais em resposta à pandemia, estas mudanças são documentadas e analisadas como parte de nossa compreensão das transformações sistêmicas. O segundo conjunto de indicadores engloba mudanças nas dinâmicas de interação entre atores. Observamos alterações nos padrões de cooperação e conflito entre grupos, modificações nas relações com populações locais, e transformações nas interações com forças estatais e internacionais. Estas mudanças são particularmente importantes para compreender como a pandemia afetou o equilíbrio de poder dentro do sistema. O terceiro grupo de indicadores foca em adaptações nas estratégias e táticas dos grupos. Isto inclui mudanças nos padrões de violência, alterações nas formas de governança local, e modificações nas narrativas e discursos públicos. Estas adaptações nos ajudam a compreender como os grupos responderam estrategicamente às novas condições impostas pela pandemia.

Para compreender as motivações que influenciaram as diferentes posturas dos grupos armados durante a pandemia, desenvolvemos um conjunto sistemático de indicadores que nos permite examinar tanto motivações declaradas quanto inferidas através do comportamento observado. Também estabelecemos três categorias principais. Primeiro, observamos motivações relacionadas a recursos e capacidades operacionais. Grupos armados frequentemente tomam decisões baseadas em suas necessidades materiais e capacidades organizacionais. Rastreamos como o acesso a recursos, capacidade de mobilização e necessidades operacionais influenciam suas escolhas durante a pandemia. Por exemplo, se um grupo intensifica atividades em áreas ricas em recursos durante a crise, isto pode indicar motivações materiais específicas. A segunda categoria foca em motivações ligadas à

legitimidade e apoio popular. Grupos armados frequentemente baseiam suas decisões na necessidade de manter ou expandir sua legitimidade junto a populações locais. Isto inclui examinar como grupos enquadram suas ações em narrativas públicas. Na terceira categoria examinamos motivações estratégicas, que se relacionam aos objetivos de longo prazo dos grupos. Por exemplo, quando um grupo armado declara adesão ao cessar-fogo, analisamos se esta decisão se alinha com seus objetivos políticos mais amplos ou representa uma adaptação tática temporária. Isto envolve examinar declarações públicas, documentos internos quando disponíveis, e padrões de comportamento que possam indicar objetivos estratégicos.

A análise das adaptações dos atores é fundamental para compreender como grupos armados responderam ao contexto da pandemia. Por adaptações, entendemos as mudanças observáveis em comportamento, estratégia e organização que os grupos implementaram em resposta às novas condições impostas pela crise sanitária.

Nossa análise examina adaptações em três dimensões principais. Na organizacional, observamos como os grupos modificaram suas estruturas internas e processos operacionais. Por exemplo, alguns grupos podem ter alterado suas cadeias de comando, modificado procedimentos de recrutamento ou desenvolvido novos protocolos para operações durante a pandemia. Estas adaptações organizacionais frequentemente refletem tanto constrangimentos práticos quanto escolhas estratégicas mais amplas. Na operacional, analisamos mudanças nas táticas e nos padrões de atividade dos grupos. Isto inclui alterações em padrões de mobilidade, modificações em estratégias de controle territorial e adaptações em práticas de governança local. Um grupo pode, por exemplo, ter reduzido operações em larga escala enquanto intensificava formas mais localizadas de controle, ou desenvolvido novas formas de exercer influência que não dependam de presença física direta. Na estratégica, examinamos como os grupos adaptaram seus objetivos e abordagens de longo prazo. Isto envolve analisar mudanças em narrativas públicas, modificações em relações com outros atores e transformações em objetivos declarados. Estas adaptações estratégicas são particularmente importantes porque podem indicar mudanças mais profundas na forma como os grupos entendem e respondem a seu ambiente operacional.

Nossa análise sistêmica dos comportamentos e padrões de violência dos grupos armados requer indicadores que nos permitam examinar tanto mudanças quantificáveis quanto transformações qualitativas em suas ações. Esta abordagem se alinha com nossa compreensão teórica de que o comportamento dos grupos emerge da interação complexa entre diferentes elementos do sistema de conflito. Os indicadores de comportamento e violência foram desenvolvidos para operar principalmente no nível meso de nossa análise, focando nas ações

organizacionais dos grupos e suas interações com outros atores do sistema. Esta escolha metodológica reflete tanto nossa ênfase nas dinâmicas organizacionais quanto as limitações práticas no acesso a dados nos níveis micro e macro.

Em suma, selecionamos fatores que permitiriam entender os comportamentos do grupo e a escalada/desescalada da violência. Primeiro, verificamos as motivações dos grupos para recorrer ao conflito armado, incluindo necessidades, valores e/ou interesses; reclamações; ganância e queixas; oportunidades; identidade (etnia e/ou religião); recursos naturais; viabilidade (financiamento; meios militares; mobilização/recrutamento); e a reação de governos e/ou atores externos (por exemplo, operações de manutenção da paz). Segundo, verificamos se e como os grupos exploraram a pandemia para promover seus objetivos, incluindo a disseminação de des(informações), ataques, recrutamento, campanhas de apoio público e expansão de atividades. Finalmente, examinamos possíveis explicações para o comportamento dos grupos: motivos pessoais oportunistas; geografia e controle territorial; apoio civil; controle de recursos naturais; etnia; ideologia; e atores externos.

Para capturar padrões de violência, utilizamos primariamente dados do *Armed Conflict Location and Event Data Project* (ACLED), que nos permitiu rastrear: frequência e distribuição temporal dos ataques; natureza das ações violentas (batalhas, violência contra civis, distúrbios); padrões geográficos de atividade; e interações violentas entre diferentes atores do sistema. Esta análise essencialmente quantitativa é complementada por uma avaliação qualitativa que examina a natureza e o propósito da violência. Por exemplo, observamos se um aumento na frequência de ataques representa uma expansão estratégica ou uma resposta defensiva a mudanças no ambiente operacional. Para operacionalizar estes indicadores o escopo temporal de nossa análise está estruturado em três períodos distintos definidos pelos principais desenvolvimentos da pandemia na África: O período pré-pandêmico (janeiro de 2019 a fevereiro de 2020) estabelece padrões de conflito de linha de base antes do surgimento da COVID-19. O período pandêmico (março de 2020 a dezembro de 2021), foco de nosso estudo, começa com a declaração de pandemia global da OMS, as respostas iniciais do governo e o apelo de cessar-fogo do SGNU, abrangendo a fase principal das restrições e adaptações relacionadas à pandemia. O período pós-pandêmico (janeiro de 2022 a dezembro de 2022) representa a transição para o gerenciamento da endemia, o que nos permite identificar quais mudanças nos padrões de violência persistiram após o auge da crise.

A necessidade de limitações em pesquisas sobre grupos violentos reside em reconhecer a fluidez das percepções externas e das identidades desses grupos ao longo do tempo. As percepções externas sobre esses grupos podem variar amplamente entre diferentes

observadores, o que é influenciado por fatores como cultura, ideologia e experiências individuais. Além disso, as categorias externas atribuídas a esses grupos são válidas apenas em um determinado momento e refletem uma visão específica e momentânea, e podem mudar conforme as circunstâncias evoluem. Desse modo, a análise foi compreendida dentro do recorte temporal estabelecido, entre março de 2020, a partir do apelo pelo cessar-fogo a dezembro de 2021, durante o período mais crítico da crise pandêmica. No entanto, como mencionado, padrões de atuação em anos anteriores serão considerados para a construção de um quadro explicativo.

Para isso, o ACLED foi particularmente útil, pois nos permitiu filtrar os dados por local, período e tipo de violência. Os tipos de violência foram reduzidos para se concentrar em batalhas e violência contra civis. Os subeventos foram filtrados para se concentrar em confrontos armados, ataques, mudanças na atividade ou estrutura de grupos armados, a reconquista de territórios por governos, a conquista de território por atores não estatais e bombardeios/artilharia/ataques de mísseis. Os tipos de atores foram reduzidos a forças estatais, forças rebeldes, milícias políticas, milícias identitárias e forças externas (Raleigh *et al.*, 2010).

A coleta de dados sobre os grupos armados no âmbito das OPs também é importante. Os relatórios do SGNU para o CSNU sobre as operações, os relatórios do painel de peritos (*panel of experts*, em inglês) e documentos do Departamento de Operações de Paz, além de handbooks oficiais da ONU como *Handbook on United Nations Multidimensional Peacekeeping Operations* (2003) e *The UN Security Council Handbook* (2019), os mandatos aprovados para a continuação das missões pelo CSNU durante os anos de 2020 e 2021, fornecem registros oficiais cruciais sobre a evolução dos conflitos e o comportamento dos grupos armados. Estes documentos são particularmente valiosos por oferecerem uma perspectiva institucional consistente ao longo do período estudado. Capítulos de livros, artigos acadêmicos e *briefs* de *think tanks* também auxiliaram na compreensão dos seus contextos e suas especificidades. As fontes secundárias foram obtidas a partir de portais como SciELO, Periódicos Capes, *Google Scholar*, *Oxford Journals*, *Journal Citation Reports* (JCR), *iLibrary*, dentre outros.

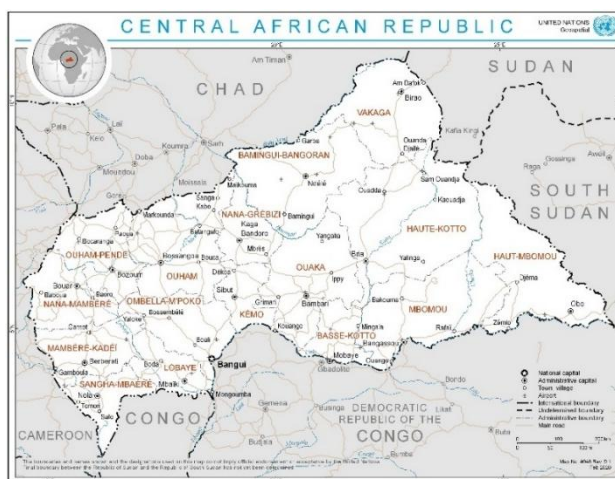
Para complementar e verificar as informações obtidas através destas fontes principais, a pesquisa envolveu coleta de dados em dois países. No Brasil, foram realizadas entrevistas com militares brasileiros no Rio de Janeiro entre 2022 e 2024, que serviram em diferentes períodos e funções na MINUSCA e MONUSCO. Em janeiro de 2025, a pesquisa de campo República Democrática do Congo, na cidade de Goma, permitiu compreender a estrutura das operações de paz em área de conflito, com entrevistas realizadas nas próprias instalações da MONUSCO. Este trabalho de campo possibilitou acesso a múltiplas perspectivas através de

entrevistas com *peacekeepers* (soldados da paz, em português ou ‘boinas azuis’) de diferentes nacionalidades, componentes civis da missão (dentre esses funcionários, locais que vivenciaram o período da pandemia na região), além de representantes de organizações não-governamentais (ONGs). Estas entrevistas, semiestruturadas, seguiram protocolos éticos, foram anonimizadas e devidamente documentadas, oferecendo *insights* valiosos sobre dinâmicas não capturadas em documentos oficiais.

5 ESTUDO DE CASO: REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA

Este capítulo desenvolve o primeiro de dois estudos de caso que analisam as adaptações dos grupos armados durante a pandemia da COVID-19 no continente africano. O caso da RCA foi selecionado por apresentar características particulares que permitem examinar como diferentes tipos de grupos armados responderam a este choque externo sistêmico, incluindo tanto organizações estabelecidas quanto novas coalizões formadas durante o próprio período pandêmico.

Figura 2 — Mapa da RCA



Fonte: UN geospatial (2020)

A identificação dos grupos analisados baseou-se em dados quantitativos do ACLED sobre eventos violentos durante 2020-2021. A análise sistemática destes dados revelou cinco principais condutores de violência no período: a Coalizão de Patriotas pela Mudança (CPC — *Coalition des Patriotes pour le Changement*, em francês), o Grupo Wagner, a Frente Popular para o Renascimento da República Centro-Africana (FPRC — *Front populaire pour la renaissance de la Centrafrique*, em francês), as Forças Armadas Centro-Africanas (FACA) e grupos não identificados. A inclusão das Forças Armadas Centro-Africanas na análise, embora representem formalmente uma força estatal, justifica-se por características específicas de sua trajetória recente. Após sua desintegração em 2013, muitos de seus membros se integraram a grupos de autodefesa conforme afiliações étnicas, criando uma força com lealdades divididas. Durante a pandemia, sua parceria com o Grupo Wagner adicionou novas complexidades a esta dinâmica, com operações que frequentemente se assemelhavam mais às práticas de grupos armados não estatais.

O capítulo está estruturado em cinco seções principais. Iniciamos com a contextualização e mapeamento do conflito, estabelecendo as bases históricas e geográficas necessárias para a análise. Em seguida, examinamos os grupos armados no sistema, aprofundando a compreensão através de seus perfis, trajetórias, motivações e modos de operação. A terceira seção avalia as posturas destes grupos durante a pandemia, analisando adaptações nas motivações e mudanças comportamentais. A quarta seção identifica os fatores explicativos destas adaptações, culminando com uma análise dos resultados do caso e seus impactos sistêmicos.

Esta análise busca contribuir tanto para a compreensão sobre a resposta dos grupos armados à pandemia da COVID-19. As conclusões deste caso, em conjunto com o estudo subsequente da RDC, permitirão uma compreensão mais ampla das dinâmicas de conflito durante a pandemia no continente africano.

5.1 Contextualização e mapeamento do conflito

A RCA apresenta uma trajetória histórica marcada por instabilidade política e conflitos armados, cujas raízes remontam ao processo de colonização francês. Durante o período colonial, as divisões sociais foram instrumentalizadas como meio de controle da população local, aprofundando o sectarismo étnico-religioso e a exclusão política de grupos específicos (Abdenur; Kuele, 2017). A instabilidade e a guerra atormentam a RCA há muito tempo. Sua história de violência inclui também a disputa pela propriedade das minas de diamantes e por gado (Médecins Sans Frontières, 2011). Após a independência em 1960, o país experimentou uma série de transições políticas violentas e regimes autoritários, mantendo forte influência francesa (Abdenur; Kuele, 2017).

O primeiro ciclo pós-independência iniciou-se com David Dacko declarando o MESAN (Movimento para a Evolução Social da África Negra) como partido único. Reeleito em 1964 como único candidato, Dacko foi deposto dois anos depois pelo comandante do exército, Jean-Bedel Bokassa. Como aliado ocidental durante a Guerra Fria, Bokassa recebeu apoio internacional significativo, recompensando funcionários públicos e políticos franceses com recursos naturais do país. Em 1977, autoproclamou-se ‘Imperador Bokassa I’, permanecendo no poder até 1979, quando protestos contra abusos governamentais culminaram em sua deposição por intervenção francesa (Corazza, 2017; Weyns *et al.*, 2014).

A atual configuração do conflito na RCA tem suas origens imediatas na ascensão de François Bozizé ao poder em 2003, através de um golpe militar apoiado pela França e países

vizinhos. Bozizé contou com o auxílio do grupo Zaraquinas ('libertadores'), que posteriormente, em 2005, foi acusado de violações de direitos humanos, contribuindo para o aumento da insegurança local (Berg, 2008). Esta situação fomentou rebeliões, principalmente em zonas rurais e no norte do país (Mehler, 2009).

Em resposta à crescente instabilidade, a Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC) estabeleceu a Missão de Consolidação da Paz na República Centro-Africana (MICOPAX) em 2008. No mesmo período, negociações entre o governo Bozizé e grupos armados resultaram no Acordo de Paz Global de Libreville. No entanto, após o processo eleitoral de 2012 que reconduziu Bozizé ao poder, formou-se uma coalizão hostil ao governo (os Séléka), predominantemente muçulmana, apoiada por comerciantes de diamantes que também demandavam sua deposição (Campos *et al.*, 2016; Mouta *et al.*, 2018).

Em 2013, uma série de acordos tentou estabilizar a situação, incluindo: a manutenção de Bozizé na presidência até 2016; a formação de governo de unidade nacional com integração de membros Séléka; a libertação de prisioneiros rebeldes; e a retirada de tropas estrangeiras. No entanto, acusações mútuas de descumprimento, somadas a tensões étnicas e descontentamento generalizado, resultaram na ocupação de Bangui pelo Séléka (LUSA, 2013).

A violência escalou significativamente. A tomada da capital forçou Bozizé a fugir para a RDC, e Michel Djotodia, líder muçulmano do Séléka, assumiu o poder, suspendendo a constituição e dissolvendo as instituições governamentais. Embora chefes do Exército tenham reconhecido sua presidência, o novo governo, composto majoritariamente por opositores de Bozizé, enfrentou resistência de líderes africanos. Isto levou à formação de um Conselho de Transição, com Djotodia como presidente interino, impedido de concorrer nas próximas eleições (Aboa, 2013).

O período Djotodia foi marcado por rápida deterioração. Em um país economicamente devastado, o Séléka começou a fragmentar-se em grupos menores devido a conflitos internos e disputas pelo controle de recursos naturais. Mesmo após sua dissolução oficial, ex-membros Séléka continuaram armados e atacando a população. Em resposta, surgiu a coalizão Anti-Balaka, predominantemente cristã, transformando o conflito em violência sectária generalizada (Campos *et al.*, 2016; Dukhan, 2016). A violência sectária que se seguiu resultou em mudanças demográficas significativas, com comunidades inteiras sendo forçadas a deixar suas casas. O Séléka foi oficialmente dissolvido em setembro de 2013, levando à formação de vários novos grupos chamados ex-Séléka (CAR's..., 2013). A ineficácia da MICOPAX levou à sua substituição pela Missão Internacional de Apoio à República Centro-Africana (MISCA) no final do mesmo ano. Em janeiro de 2014, Djotodia renunciou sob pressão internacional. Com

o país à beira do genocídio, tropas da União Europeia (UE) reforçaram as forças africanas e francesas presentes (Bouckaert, 2014; Central [...], 2013).

Este período estabeleceu um padrão de controle territorial fragmentado que persiste até hoje (Entrevista G, 2024). Fora da capital, Bangui, o governo exercia pouco controle sobre o território, permitindo que facções armadas controlassem regiões e recursos naturais, submetendo populações locais a sistemas de tributação forçada (Entrevista J, 2024). Os líderes dessas organizações frequentemente instrumentalizavam tensões sectárias para promover objetivos políticos e proteger interesses econômicos (Dukhan, 2017a).

Nesse contexto, a MINUSCA foi estabelecida com mandato sob o Capítulo VII da Carta, tendo como objetivos principais a proteção de civis e restauração da autoridade estatal implantada (UN, 2014). O mandato inicial enfatizou a prevenção de violações de direitos humanos e a construção de um governo pluralista, particularmente devido à ocupação de cargos públicos por ex-integrantes Séléka em algumas regiões (Labuda, 2020).

Ainda em 2014, representantes ex-Séléka e anti-Balaka assinaram um acordo de paz, embora muitas facções no terreno o tenham contestado, mantendo a violência (Elion, 2014). O Fórum Nacional de Bangui em 2015, presidido pelo Representante Especial do Secretário-Geral para a África Central, resultou no Pacto Republicano pela Paz e em um acordo de Desarmamento, Desmobilização, Reabilitação e Reintegração (DDRR) entre diversos grupos (Kassai, 2015; Lamba, 2015). No entanto, a eleição de Faustin Archange Touadéra em 2016 provocou nova reconfiguração da violência, com grupos rebeldes excluídos do governo formando a chamada "Coalizão" (Mouta *et al.*, 2018).

Uma mudança significativa na dinâmica do conflito ocorreu em 2018, quando o CSNU, sob pressão russa, aprovou o envio de munições e armas russas para a RCA. Isto resultou na crescente presença do Grupo Wagner, empresa militar privada que passou a atuar na proteção presidencial e posteriormente em operações mais amplas (Djukic; Centanni, 2021). No mesmo ano, mediações russo-sudanesas entre grupos armados culminaram no Acordo Político de Paz e Reconciliação (APPR) em fevereiro de 2019. O acordo buscava equilibrar demandas por justiça, rejeitando anistia geral, com medidas de *power-sharing* e descentralização, embora a distribuição de postos governamentais permanecesse controversa (Diatta, 2019).

O período eleitoral de 2020-2021 marcou uma escalada significativa da violência. Uma transformação significativa na dinâmica do conflito ocorreu com a formação da CPC em dezembro de 2020. A CPC reuniu seis grupos anteriormente rivais. Quatro facções ex-Séléka: FPRC; Retorno, Reclamação e Reabilitação (3R — *Retour, Réclamation, Réhabilitation*, em francês), Movimento Patriótico para a República Centro-Africana (MPC — *Mouvement*

patriotique pour la Centrafrique, em francês), União para a Paz na República Centro-Africana (UPC — *Unité pour la paix en Centrafrique*, em francês), que se retirou em março de 2021, e dois grupos Anti-Balaka. Eles denunciaram conjuntamente o APPR. A recém-formada CPC realizou ataques coordenados a centros de votação, ameaçou agentes eleitorais e destruiu material eleitoral, forçando o fechamento de assembleias de voto (UN, 2021c). A estratégia da CPC envolveu ataques simultâneos em três eixos principais em direção a Bangui, interrompendo a principal rota de abastecimento que liga a capital à fronteira com Camarões. A MINUSCA foi forçada a assumir a maioria das responsabilidades de segurança devido ao fracasso das forças nacionais em mobilizar números adequados e deserções significativas (UN, 2021c).

Em outubro de 2021, o Presidente Touadéra anunciou um cessar-fogo alinhado com o roteiro da Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos (ICGLR — *International Conference on the Great Lakes Region*, em inglês). Contudo, a disseminação da violência generalizada frequentemente dificultava a identificação dos grupos responsáveis por ataques específicos, como exemplificado pelo ataque de junho de 2021 contra múltiplos alvos no leste do país, incluindo de instalações da gendarmaria, de forças de defesa nacional e da base da MINUSCA (UN, 2021g).

Desde então, esses elementos se combinam para criar uma dinâmica complexa, cujas causas imediatas foram a súbita desintegração e reconfiguração de organizações armadas, particularmente a antiga aliança Séléka e as milícias sectárias Anti-balaka. A interação desses fatores produziu uma situação altamente imprevisível. Esta fase recente do conflito mostrou como as dinâmicas de violência na RCA se tornaram ainda mais complexas, com a sobreposição de interesses econômicos, políticos e geopolíticos, transcendendo as divisões étnico-religiosas iniciais (Aguilar, 2018b; Weyns *et al.*, 2014).

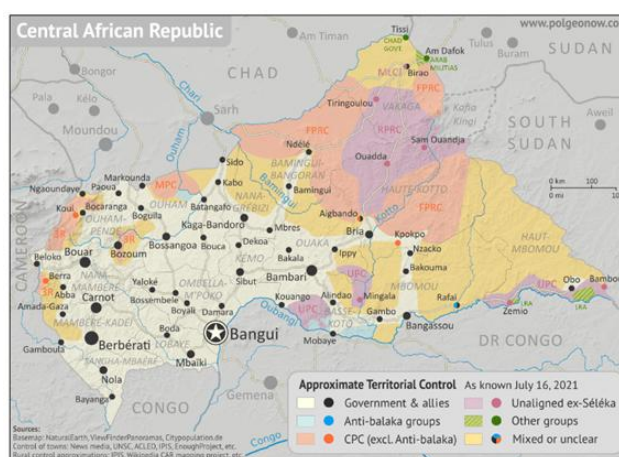
5.2 Grupos armados no sistema de conflito

O sistema de conflito na RCA é caracterizado por uma complexa rede de grupos armados que controlam diferentes porções do território nacional. A fragilidade estatal é evidenciada pelo controle governamental de apenas 20% do território nacional, principalmente Bangui e seus arredores (Entrevista J, 2024). Esta limitação do poder central criou um vácuo de autoridade que permitiu o desenvolvimento de um complexo sistema de governança paralela por diferentes grupos armados, com condições propícias para a proliferação e manutenção destes grupos em diferentes regiões do país (Dukhan, 2017a; International Crisis Group, 2017).

A origem da atual configuração dos grupos armados remonta à dissolução formal da aliança Séléka em 2013, que, ao invés de diminuir o poder dos grupos armados, resultou em sua multiplicação e maior complexidade com a emergência de várias facções independentes que continuam exercendo influência significativa no sistema. Em oposição a estes grupos, predominantemente muçulmanos, surgiram as coalizões Anti-Balaka, de maioria cristã, que também se dividiram em diferentes facções (Arieff, 2014; Campos *et al.*, 2016). Vale mencionar que enquanto grupos ex-Séléka, como o FPRC, mantinham estruturas organizadas e cadeias de comando definidas, os Anti-Balaka operavam de forma mais fragmentada, em pequenos bandos dispersos com limitada coordenação central (Entrevista G, 2024).

A distribuição territorial resultante deste processo reflete não apenas divisões étnico-religiosas, mas também estratégias de controle de recursos e rotas comerciais. Enquanto os grupos ex-Séléka dominam as regiões Norte e Nordeste, os Anti-Balaka concentram-se no Oeste e Sudoeste, criando uma geografia do conflito que se sobrepõe a importantes rotas comerciais e áreas ricas em recursos naturais. A região central, por sua vez, tornou-se uma zona de disputa contínua, onde múltiplos grupos competem pelo controle territorial. Essa região foi significativamente influenciada pela migração de ex-combatentes chadianos no início do milênio, que se deslocaram em direção ao sul para participar de ações contra o governo centro-africano. Este movimento populacional contribuiu para o estabelecimento de uma presença muçulmana significativa na região, desenvolvendo ao longo do tempo suas próprias narrativas de pertencimento territorial que transcendem fronteiras nacionais formais (Entrevista G, 2022; Entrevista J, 2024). Ademais, esta competição é particularmente intensa devido ao acesso a rotas estratégicas e recursos minerais (Djukic; Centanni, 2021; Isaacs-Martin, 2017).

Figura 3 — Controle territorial dos atores armados na RCA em julho de 2021

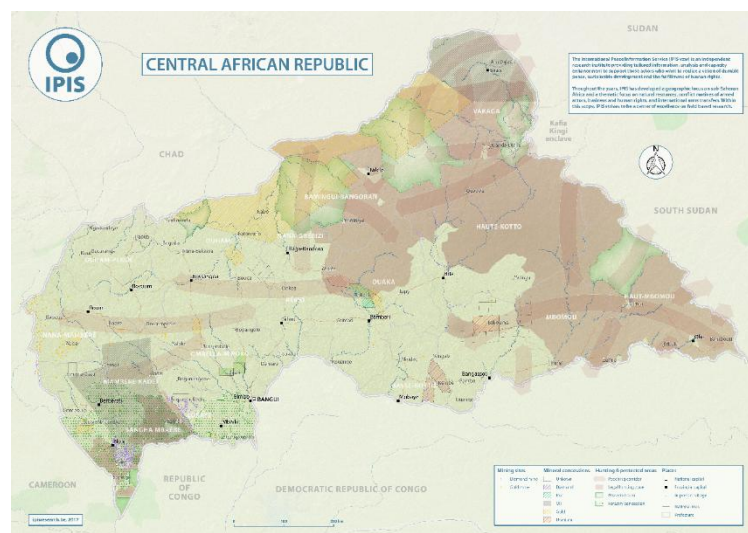


Fonte: Djukic; Centanni (2021)

A fragmentação do poder militar também se reflete na capacidade variável dos grupos de implementar acordos de paz. O APPR de 2019, embora tenha inicialmente reduzido a violência, foi desafiado pela capacidade dos grupos de manterem suas estruturas armadas e sistemas de tributação paralelos (Diatta, 2019; UN, 2021c). Mas, o controle territorial exercido por estes grupos evoluiu para além da simples ocupação militar, desenvolvendo-se em sistemas sofisticados de governança paralela. O caso mais emblemático é o da FPRC no nordeste do país, onde o grupo estabeleceu estruturas administrativas que incluem sistemas de tributação e regulamentação comercial, particularmente nas rotas que conectam a RCA com o Sudão e o Chade. Esta capacidade de estabelecer e manter estruturas administrativas mostrou como os grupos armados preenchem o vácuo deixado pelo Estado, criando sistemas de governo alternativos nas áreas sob seu controle (International Crisis Group, 2017).

A dimensão econômica emerge como um elemento central neste sistema, manifestando-se principalmente através do controle de recursos naturais estratégicos. "A questão é muito mais econômica, pelo controle das fontes de riqueza natural, do que propriamente étnico, religioso ou cultural. Então, lá, na verdade, é mais realmente poder mesmo, disputa de poder para controle das riquezas" (Entrevista J, 2024). A entrada do Grupo Wagner ilustra esta realidade ao estabelecer presença significativa em áreas ricas em minerais, como Bambari e Bria. Esta presença frequentemente resulta em confrontos com grupos locais que tradicionalmente controlavam estas áreas (Dukhan, 2017b). Isso não apenas alterou as dinâmicas locais de poder, mas também introduziu uma nova dimensão geopolítica ao conflito (Dukhan, 2017b; Mackinnon, 2021).

Figura 4 – Mapa de recursos naturais na RCA



Fonte: Jailon; Nublat (2017).

O sistema de grupos armados na RCA transcende as fronteiras nacionais, integrando-se a redes regionais mais amplas. A porosidade das fronteiras com Sudão, Chade e RDC permite que os grupos estabeleçam bases seguras e mantenham redes de comércio ilícito. Estas conexões transnacionais não apenas sustentam o conflito interno, mas também contribuem para uma instabilidade regional mais ampla. A FPRC, por exemplo, mantém conexões significativas com atores no Sudão e Chade, utilizando estas relações para facilitar o comércio de recursos naturais e manter suas operações (International Crisis Group, 2017). Soma-se a isso, uma dimensão urbano-rural distinta que caracteriza o sistema do conflito. Enquanto Bangui permanece sob relativo controle governamental, as áreas rurais são dominadas por uma complexa teia de autoridades paralelas. Esta dicotomia cria desafios específicos para esforços de construção da paz e extensão da autoridade estatal, como evidenciado pelos repetidos fracassos em implementar programas de desarmamento e reintegração (Dukhan, 2017a; UN, 2021i). A fragmentação do poder no território centro-africano também impacta os esforços regionais de combate ao terrorismo e ao crime organizado transnacional. As áreas sob controle de grupos armados frequentemente servem como corredores para tráfico de armas, recursos naturais e outras atividades ilícitas que afetam toda a região (Dukhan, 2017a; UN, 2020d).

Além disso, na RCA, o sistema de conflito tem sido caracterizado por uma contínua reconfiguração das relações entre grupos armados. A dinâmica entre estes grupos é caracterizada por uma notável fluidez nas alianças, exemplificada pela formação da CPC em 2020. Surgida no contexto das eleições presidenciais e legislativas do final de 2020, visando interromper o processo eleitoral, a CPC coordenou uma ofensiva militar que mostrou sofisticada compreensão do terreno (Human Rights Watch, 2020). A união de militantes anti-Balaka e Séléka indicou como, em meio à luta pelo poder e pressões políticas e econômicas, identidades sectárias podem ser suplantadas por objetivos comuns (Conciliation Resources, 2021). Este realinhamento teve consequências diretas para o equilíbrio de poder no território, como evidenciado pelos ataques coordenados da CPC em direção a Bangui em 2021, que levaram a uma significativa contraofensiva das FACA em conjunto com o Grupo Wagner (Human Rights Watch, 2020; UN, 2021c).

A interação entre estes atores externos e os grupos locais produziu uma situação altamente imprevisível, cujas alianças e confrontos podem se reconfigurar rapidamente em resposta a mudanças no contexto político ou econômico (Aguilar, 2018b; Weyns *et al.*, 2014). A presença de atores internacionais, como a MINUSCA e o Grupo Wagner, adiciona outra camada de complexidade ao sistema. A operação simultânea destas forças, com mandatos e objetivos distintos, cria um ambiente de competição por influência que afeta diretamente as

estratégias e alianças dos grupos locais. Esta fragmentação da presença internacional, somada à fragilidade estatal e às dinâmicas regionais, contribui para a perpetuação de um sistema de conflito que resiste a soluções simples (UN, 2021h).

O resultado é um sistema complexo em que a fragilidade estatal, as dinâmicas de poder local, os interesses econômicos e as influências internacionais se entrelaçam, criando um cenário de instabilidade persistente que transcende as fronteiras nacionais e demanda respostas coordenadas em múltiplos níveis. A compreensão desta complexidade é fundamental para qualquer esforço de estabilização e construção da paz na região.

5.2.1 Perfis e trajetórias

As Forças Armadas Centro-Africanas (FACA) sofreram uma desintegração quase completa após a tomada de poder pela Séléka em 2013 (Picco, 2022b), um evento que marcou profundamente a instituição militar do país. O colapso das FACA foi tão significativo que seus membros se dispersaram, muitos deles integrando-se a grupos de autodefesa conforme suas afiliações étnicas. Esta fragmentação criou um vácuo de poder que contribuiu para a proliferação de grupos armados não estatais. A partir de 2014, tentativas de reconstrução das FACA foram realizadas com apoio internacional, principalmente através da MINUSCA da Missão de Treinamento da União Europeia (EUTM) (ver Picco, 2022a). No entanto, o embargo de armas da ONU impôs severas restrições, limitando o acesso a equipamentos e dificultando procedimentos de verificação e recrutamento.

O Grupo Wagner, embora oficialmente apresentado como uma empresa militar privada, estabeleceu uma presença multifacetada na RCA. Suas atividades incluem não apenas treinamento militar, mas também operações de combate direto, controle territorial e exploração de recursos naturais, particularmente em regiões ricas em diamantes. O grupo desenvolveu uma estrutura operacional que combina capacidades militares convencionais com táticas irregulares, estabelecendo bases em locais estratégicos como Bangui, Bossangoa e Bouar. Durante a pandemia, o Wagner expandiu significativamente sua influência, preenchendo espaços deixados pela redução das atividades de outros atores internacionais. Suas operações frequentemente resultaram em acusações de violações de direitos humanos, particularmente em áreas onde conduziu operações contra grupos rebeldes (Mackinnon, 2021).

A CPC surgiu em dezembro de 2020 como uma aliança inédita entre grupos tradicionalmente rivais. Sua formação foi diretamente ligada à rejeição da candidatura do ex-presidente Bozizé pelo Tribunal Constitucional, mas suas raízes organizacionais incluem

elementos tanto das antigas milícias Anti-balaka quanto de grupos ex-Séléka (Human Rights Watch, 2020). A CPC estabeleceu uma estrutura de comando que permitia operações coordenadas mantendo a autonomia de seus componentes. O grupo conseguiu mobilizar rapidamente forças significativas, lançando ofensivas simultâneas em várias frentes durante o período eleitoral. Sua capacidade de coordenar ações militares em diferentes regiões do país mostrou um nível de organização sem precedentes entre as coalizões rebeldes da RCA (Panara, 2021).

A FPRC, uma ex-coalizão Séléka, mantém objetivos políticos claros que incluem a autonomia regional e maior participação no governo central. O grupo estabeleceu um sistema administrativo paralelo nas áreas sob seu controle, particularmente na região nordeste do país. A FPRC desenvolveu uma estrutura que combina capacidade militar com governança local, coletando impostos e administrando recursos em seus territórios. A construção de sua legitimidade também se fez através de uma narrativa específica de proteção comunitária. O grupo se apresentava como defensor da população muçulmana, uma reivindicação que ganhava particular ressonância considerando as transformações demográficas na região central. Esta área havia experimentado mudanças significativas em sua composição populacional devido à migração de comunidades muçulmanas do Chade, que criaram dinâmicas de identidade e pertencimento que transcendiam fronteiras nacionais tradicionais (Entrevista G, 2024). Esta dinâmica se relacionava diretamente com o controle territorial exercido pelos grupos. A forte presença do FPRC efetivamente limitava a capacidade de operação e organização dos Anti-Balaka, que não conseguiam estabelecer estruturas comparáveis de comando e controle. Esta assimetria de poder tinha implicações diretas para os esforços de mediação e resolução de conflitos (Entrevista J, 2024). Os observadores militares da MINUSCA mantinham contato regular com grupos ex-Séléka, particularmente o FPRC, que mostrava maior disposição para diálogo e negociação. Em contraste, o engajamento com grupos Anti-Balaka era significativamente mais limitado, refletindo não apenas diferenças organizacionais mas também padrões distintos de acessibilidade e comunicação (Entrevista G, 2024).

A interação entre estes atores durante a pandemia revelou padrões complexos de competição e cooperação. A presença crescente do Grupo Wagner alterou significativamente o equilíbrio de poder, enquanto a formação da CPC representou uma tentativa de contrabalançar esta nova dinâmica. A FPRC, por sua vez, adotou uma postura mais pragmática, buscando preservar sua influência regional em um contexto de mudança. As FACA, fortalecidas pelo apoio russo, mas ainda em processo de reconstrução, emergiram como um ator mais assertivo, embora ainda dependente de apoio externo para suas operações principais. A compreensão

detalhada dos perfis e trajetórias destes grupos fornece a base necessária para uma análise mais profunda de suas motivações. As estruturas organizacionais desenvolvidas, as relações de poder estabelecidas e as áreas de influência conquistadas por cada ator refletem objetivos específicos que vão além do controle territorial imediato. Para entender completamente como estes grupos responderam à pandemia da COVID-19, é fundamental examinar as motivações subjacentes que impulsionam suas ações e moldam suas decisões estratégicas. A próxima seção explorará estas motivações, revelando como diferentes objetivos políticos, econômicos e sociais influenciaram as respostas destes atores ao choque externo representado pela crise sanitária global.

5.2.2 Motivações e modos de operação

A análise das motivações dos grupos armados na RCA revela uma teia de interesses em que objetivos políticos, econômicos e identitários interagem. Durante o período analisado, as motivações destes grupos foram moldadas tanto por fatores históricos quanto por novas dinâmicas introduzidas pela pandemia e pelo processo eleitoral de 2020-2021.

A CPC emergiu com motivações primariamente políticas, centradas na contestação do processo eleitoral e na busca por uma reconfiguração do poder estatal. A rejeição da candidatura do ex-presidente Bozizé serviu como catalisador imediato, mas as motivações do grupo refletiam insatisfações mais profundas com a distribuição do poder político no país. A CPC articulou suas ações através de um discurso de reforma política embora, na prática, suas operações também visassem o controle de recursos econômicos estratégicos. As condições socioeconômicas desempenharam papel crucial nas motivações da CPC, particularmente no recrutamento de jovens marginalizados. O grupo mostrou uma sofisticada capacidade de mobilizar apoio através da instrumentalização de tensões étnico-religiosas preexistentes como ferramenta para definir pertencimento e oposição, constituindo uma estratégia de sobrevivência no cenário de conflito, mesmo que suas motivações centrais fossem predominantemente político-econômicas (UN, 2021a). O Estado enfraquecido e a instabilidade política criaram um ambiente favorável para a coalizão afirmar sua influência (Human Rights Watch, 2020).

O Grupo Wagner, por sua vez, apresenta um conjunto distinto de motivações que combina interesses geopolíticos russos com objetivos econômicos privados. Suas atividades na RCA vão além do papel declarado de apoio às forças governamentais. O Grupo Wagner introduziu novos padrões operacionais no conflito, caracterizados por uma abordagem híbrida que combina operações militares convencionais com táticas irregulares. Eles estabeleceram

bases frequentemente posicionadas próximas às instalações da ONU, mostrando uma estratégia calculada de projeção de força: “a impressão que tinha é que os russos chegavam sempre antes” (Entrevista J, 2024). A análise de suas operações revela um padrão sistemático de estabelecimento de presença em áreas estratégicas, particularmente aquelas com recursos minerais. Sua presença é motivada pela busca de influência estratégica regional, acesso a recursos naturais (particularmente diamantes e ouro), Relatórios da ONU documentam que o grupo desenvolveu acordos diretos com autoridades locais para exploração destes recursos, indicando motivações econômicas substanciais (Mackinnon, 2021; UN, 2021h). E, também, pela criação de um modelo de intervenção militar que possa ser replicado em outros contextos africanos.

A FPRC mantém motivações fortemente ligadas a questões de autonomia regional e representação política. Seu principal objetivo político tem sido substituir o governo central e recuperar o poder político, enquanto seu objetivo de curto prazo é obter a anistia geral de seus líderes e membros, bem como suspender sanções multilaterais e bilaterais direcionadas (Geneva Academy, 2022). O grupo articula suas ações através de um discurso que combina queixas sobre marginalização histórica com aspirações separatistas, buscando maior controle sobre recursos locais e reconhecimento político formal. Além disso, “eles se intitulavam como os defensores da comunidade muçulmana. Então eles afirmavam que eles faziam a proteção dos civis muçulmanos” (Entrevista J, 2024). No curto prazo, buscam obter anistia geral para seus líderes e membros, bem como a suspensão de sanções multilaterais e bilaterais. A longo prazo, visa estabelecer um Estado independente com capital em Bambari, utilizando a retórica de ‘*centrafricanité*’ (‘centro-africanidade’, tradução nossa) para justificar suas ações (Dukhan, 2017b; International Crisis Group, 2017). Suas motivações incluem também a proteção de interesses econômicos estabelecidos através de redes de comércio transfronteiriças e o desejo de manter sua legitimidade como representante de comunidades específicas. Documentos internos do grupo, obtidos através de investigações da MINUSCA, revelam uma estrutura organizacional elaborada com departamentos específicos para administração civil, gestão de recursos e relações com comunidades locais. O grupo também estabeleceu um sistema elaborado de postos de controle e taxaço, documentado pela ONU, que inclui a coleta regular de ‘impostos’ sobre o comércio de gado e minerais (Entrevista J, 2024).

As Forças Armadas Centro-Africanas (FACA), embora tecnicamente representem o Estado, mostraram motivações que refletem tanto objetivos institucionais quanto interesses corporativos específicos. A busca pela reconstrução da capacidade militar e da legitimidade institucional se mistura com preocupações práticas sobre equipamento, treinamento e

compensação. A parceria com o Grupo Wagner introduziu novas dinâmicas motivacionais, com alguns elementos das FACA priorizando a eficácia operacional imediata sobre considerações institucionais de longo prazo (Entrevista I, 2023).

Estes perfis operacionais e comportamentais fornecem uma base fundamental para analisar os padrões comportamentais destes grupos durante a pandemia. Na próxima seção, examinaremos como estas motivações se traduziram em ações concretas e modos de operação específicos, revelando a relação entre os objetivos declarados e as práticas efetivas destes atores no terreno.

5.3 Avaliação das posturas durante a pandemia

A pandemia da COVID-19 introduziu um novo elemento na já complexa dinâmica do conflito centro-africano, oferecendo uma oportunidade única para observar como os grupos armados respondem a choques externos sistêmicos. O período entre março de 2020 e dezembro de 2021 revelou padrões distintos de adaptação e resistência entre os diferentes atores do conflito.

Quando o SGNU fez seu apelo por um cessar-fogo global em março de 2020, a resposta inicial dos grupos armados na RCA foi variada. Dois grupos armados, a Frente Democrática do Povo Centro-Africano (FDPC) e o 3R declararam sua adesão ao cessar-fogo proposto (Déclaration [...], 2020a; Déclaration [...], 2020b). Eles se comprometeram a colaborar com as autoridades de saúde estatais para promover estratégias de prevenção da COVID-19 e priorizar a segurança das organizações humanitárias (Two [...], 2020). Junto ao 3R, a FPRC também endossou publicamente o apelo do SGNU por um cessar-fogo global (UN, 2020d). No entanto, a análise dos padrões de violência revela uma realidade mais complexa por trás destas declarações públicas.

Os registros do ACLED mostraram que, apesar das declarações de cessar-fogo, os níveis de violência na RCA seguiram um padrão fortemente influenciado pelo calendário eleitoral, mais do que pelas preocupações sanitárias. O período entre dezembro de 2020 e janeiro de 2021 registrou dois picos significativos de violência: o primeiro coincidindo com os dias de eleição e o segundo com a validação dos resultados eleitorais. Vale mencionar que a disseminação da violência generalizada frequentemente dificulta a identificação precisa dos grupos responsáveis por ataques específicos. Como documentado pela ONU, em junho de 2021, indivíduos armados não identificados atacaram simultaneamente diversos locais no leste do país, incluindo

instalações da gendarmaria, acampamentos das forças de defesa nacional e bases da MINUSCA, mostrando a complexidade das dinâmicas de violência no sistema (UN, 2021g).

A formação da CPC em dezembro de 2020, em plena pandemia, mostrou como as dinâmicas políticas locais superaram as preocupações sanitárias globais. A coalizão não apenas ignorou o apelo por cessar-fogo, como intensificou suas atividades militares durante um período crítico da pandemia, particularmente durante o processo eleitoral. A CPC desenvolveu um modo de operação distintivo caracterizado por ofensivas coordenadas em múltiplas frentes. Durante o período eleitoral de 2020-2021, a CPC mostrou capacidade de mobilização simultânea em diferentes regiões do país, evidenciando uma estrutura de comando e controle sofisticada. Os padrões de atividade militar da CPC corroboram estas motivações políticas. Durante suas ofensivas iniciais, o grupo priorizou o controle de centros administrativos e rotas comerciais estratégicas, mostrando um planejamento que ia além da simples contestação eleitoral. Dados do ACLED mostraram que o grupo conduziu operações sincronizadas em dezembro de 2020, com ataques simultâneos em Bangassou, Bambari e Bouar, mostrando uma estratégia deliberada de desestabilização do processo eleitoral (Raleigh *et al.*, 2010).

O Grupo Wagner mostrou uma postura distintamente oportunista durante a pandemia. Enquanto outros atores internacionais, como a EUTM, reduziram suas atividades seguindo protocolos sanitários, o Wagner expandiu significativamente sua presença e operações. Esta continuidade operacional fortaleceu os laços entre o Wagner e as FACA, resultando em uma relação operacional que transcendeu o papel inicial de treinamento (Entrevista I, 2023). Conforme a CPC avançava no início de dezembro de 2020, a FACA e o Grupo Wagner empreenderam suas contraofensivas e foram criticados por violência indiscriminada contra civis (ACLED, 2023; Serwat *et al.*, 2022). Durante o período eleitoral de 2020-2021, esta parceria se manifestou em operações conjuntas contra a CPC, mostrando uma nova dinâmica nas forças armadas centro-africanas. Além disso, a Wagner estabeleceu uma presença permanente em localidades específicas que anteriormente estavam sob supervisão intermitente de outros atores internacionais. Em Bouar, cidade estratégica no oeste do país, o grupo estabeleceu uma base operacional que serviu como ponto de partida para operações na região fronteiriça com Camarões. Esta presença foi caracterizada não apenas por atividades militares, mas também pelo estabelecimento de relações diretas com líderes locais e controle de recursos minerais. Na região de Bria, conhecida por suas reservas de diamantes, o Wagner implementou um sistema sofisticado de supervisão da extração mineral, incluindo o uso de tecnologia de vigilância e estabelecimento de postos de controle permanentes em rotas de transporte cruciais (Serwat *et al.*, 2022).

A FPRC adotou uma postura mais calculada durante o período. Embora tenha endossado publicamente o apelo por cessar-fogo global, o grupo manteve suas estruturas de controle territorial praticamente inalteradas. Durante 2020-2021, o grupo manteve controle efetivo sobre rotas comerciais cruciais no nordeste do país, particularmente nos eixos Ndélé-Birao e Bria-Sam-Ouandja. Relatórios da MINUSCA documentam um sistema elaborado de postos de controle e taxaço, com o grupo coletando ‘impostos’ sobre o comércio de gado e minerais. Dados do ACLED mostraram uma redução nos confrontos diretos com forças governamentais entre março e dezembro de 2020, substituídos por um aumento nas atividades de controle administrativo e econômico. Entre 2020 e 2021, a FPRC emitiu uma série de comunicados articulando demandas específicas sobre a distribuição de poder e recursos, incluindo propostas detalhadas para maior autonomia administrativa nas regiões sob seu controle (UN, 2020d). A análise dos incidentes registrados pelo ACLED mostrou que o grupo concentrou suas atividades em áreas estratégicas para o comércio transfronteiriço, particularmente nas rotas que conectam o nordeste da RCA com o Sudão e o Chade (Raleigh *et al.*, 2010). Esta mudança sugere uma adaptação estratégica que priorizou a consolidação de ganhos existentes sobre a expansão territorial, alinhando-se com suas motivações de autonomia regional.

As FACA, como força estatal, enfrentaram um dilema particular durante a pandemia. Como força estatal, tinham a responsabilidade oficial de apoiar as medidas sanitárias governamentais. No entanto, sua estreita cooperação com o Grupo Wagner resultou em uma postura cada vez mais agressiva. Relatórios do SGNU documentaram que as operações conjuntas FACA-Wagner aumentaram em frequência e intensidade durante a pandemia. A análise de suas operações durante 2020-2021 mostrou uma mudança de foco da proteção territorial tradicional para operações conjuntas com o Grupo Wagner, indicando uma adaptação motivacional significativa. (UN, 2021a, 2021h).

O estudo das posturas durante a pandemia revela que, longe de ser um fator uniformemente limitante, a crise sanitária criou tanto restrições quanto oportunidades que foram exploradas de maneiras diferentes pelos diversos atores do conflito. Na próxima seção, examinaremos mais detalhadamente como estas adaptações nas posturas se relacionaram com mudanças específicas nas motivações e comportamentos dos grupos durante este período crítico.

5.3.1 Adaptações nas motivações

A análise das adaptações nas motivações dos grupos armados durante a pandemia revela um quadro complexo de continuidades e mudanças. Um aspecto crucial observado durante a pandemia foi como estas diferentes motivações interagiram com as novas circunstâncias impostas pela crise sanitária. Uma vez que alguns grupos, como a FDPC e o 3R, declararam adesão ao cessar-fogo proposto pelo SGNU, sugerindo uma capacidade de adaptar suas motivações ao contexto global. No entanto, esta adaptação parece ter sido mais tática que estratégica, visando ganhos de legitimidade e reconhecimento internacional sem necessariamente alterar as motivações fundamentais destes grupos.

A CPC, formada durante a pandemia, exemplifica como as motivações políticas permaneceram dominantes mesmo diante da crise sanitária. A coalizão manteve um foco consistente em questões políticas, particularmente relacionadas ao processo eleitoral e à distribuição de poder (UN, 2021a, 2021c). A pandemia apareceu em seus comunicados principalmente como elemento retórico para questionar a legitimidade do governo, não como fator que alterou suas motivações fundamentais.

O Grupo Wagner mostrou uma adaptação significativa em suas operações, embora mantendo seus objetivos estratégicos. Conforme documentado por Picco (2022a), enquanto a EUTM reduziu suas atividades durante a pandemia seguindo protocolos sanitários, o Wagner não apenas manteve mas expandiu suas operações. Esta continuidade operacional resultou em um relacionamento mais próximo com os militares da RCA e com a população local (Entrevista H, 2023).

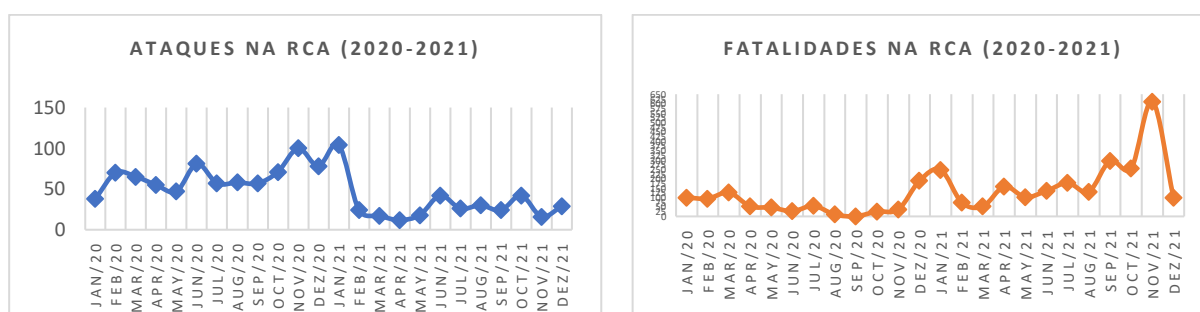
A FPRC apresentou uma adaptação mais sutil. De acordo com o International Crisis Group (2017), o principal objetivo do grupo tem sido substituir o governo central e recuperar o poder político. Durante a pandemia, o grupo manteve suas reivindicações de autonomia regional enquanto adaptava sua narrativa para incluir questões de saúde pública (UN, 2020d). Esta adaptação estratégica se manifestou em suas ações: embora tenha endossado publicamente o apelo por um cessar-fogo global, o grupo não apenas manteve suas estruturas de controle territorial praticamente inalteradas, mas também se juntou à CPC. Durante 2020-2021, a FPRC manteve controle efetivo sobre rotas comerciais cruciais no nordeste do país, particularmente nos eixos Ndélé-Birao e Bria-Sam-Ouandja, fortalecendo suas redes transfronteiriças com atores no Sudão e Chade para facilitar o comércio de recursos naturais. Dados do ACLED mostraram uma redução nos confrontos diretos com forças governamentais entre março e dezembro de 2020, substituídos por um aumento nas atividades de controle administrativo e econômico, sugerindo uma adaptação estratégica que priorizou a consolidação de ganhos existentes sobre a expansão territorial.

As Forças Armadas Centro-Africanas (FACA) mostraram uma adaptação significativa em suas motivações institucionais. Como documentado por Picco (2022b), as FACA foram praticamente dissolvidas após 2013, com vários militares se juntando a grupos de autodefesa conforme suas afiliações étnicas. Durante a pandemia, a prioridade de reconstrução institucional foi gradualmente substituída por um foco em efetividade operacional imediata através da parceria com o Grupo Wagner (UN, 2021g).

5.3.2 Mudanças comportamentais

A violência não cessou durante a pandemia. A assinatura do APPR em 2019 levou a uma diminuição inicial de ataques e fatalidades. No entanto, o contexto do processo eleitoral levou a um aumento exponencial da violência, que atingiu o pico entre dezembro de 2020 e janeiro de 2021. Durante esse curto período, houve dois picos claros na frequência de ataques. O primeiro correspondeu aos dias de eleição, enquanto o segundo caiu no período em que o resultado eleitoral foi validado. As fatalidades, no entanto, atingiram o pico entre dezembro de 2020 e janeiro de 2021, bem como em outubro de 2021, quando os principais grupos aumentaram suas atividades, evidenciando a continuidade da violência apesar das variações no número de ataques durante a pandemia. (Gráfico 1).

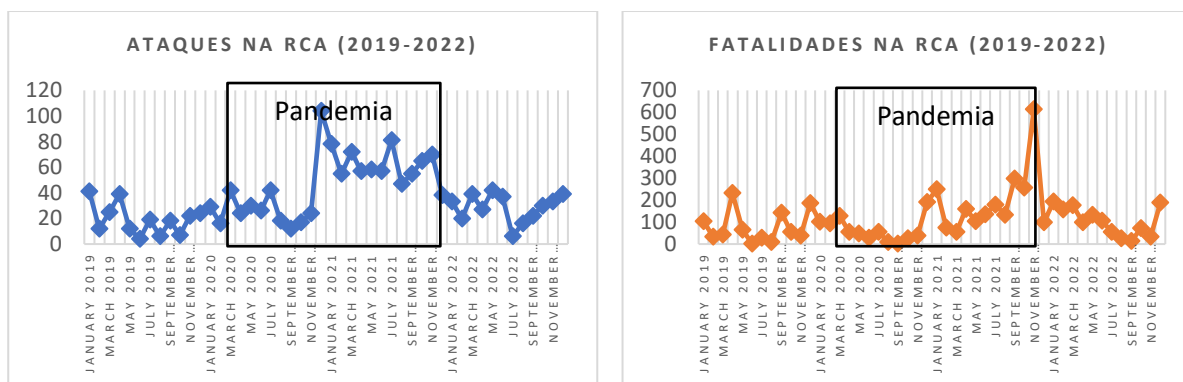
Gráfico 1 – Ataques e Fatalidades na RCA (2020-2021)



Fonte: Elaborado pela autora. ACLED. acleddata.com. 13/12/2023

Ao comparar os ataques e fatalidades sob a pandemia com os do ano anterior e seguinte, os ataques aumentaram consideravelmente durante a pandemia e diminuíram acentuadamente em 2022. Por outro lado, as fatalidades diminuíram nos primeiros meses da pandemia, possivelmente devido ao baixo perfil dos ataques. Eles então aumentaram entre dezembro de 2020 e janeiro de 2021, e outubro de 2021, diminuindo acentuadamente em 2022 (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Ataques e fatalidades na RCA (2019-2022)

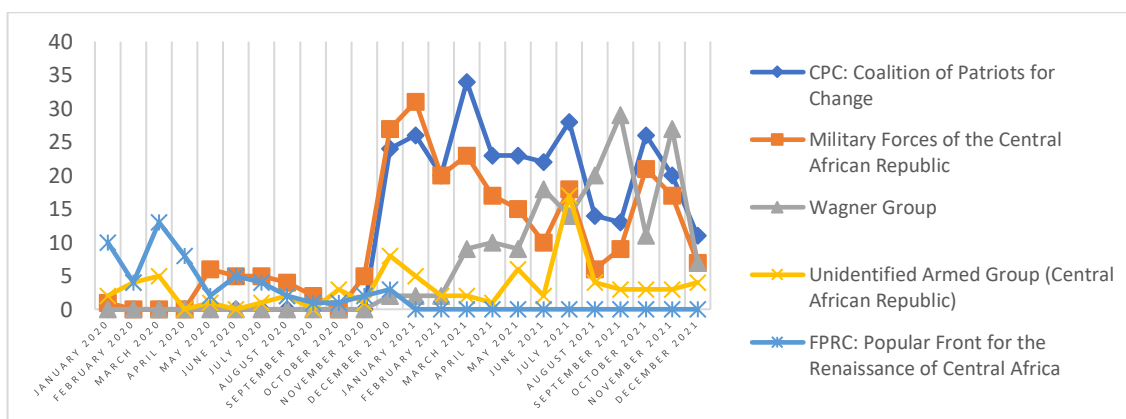


Fonte: Elaborado pela autora. ACLED. acleddata.com. 13/12/2023

O segundo e mais notório pico de fatalidades (entre outubro e novembro de 2021) foi o resultado de uma grande ofensiva realizada por três atores, a CPC, FACA e Grupo Wagner. Como o número de fatalidades aumentou mais do que o número de ataques durante este período, é possível que os ataques tenham sido simplesmente mais letais. O segundo grande pico de fatalidades caiu drasticamente após o cessar-fogo ser assinado pelo Presidente Touadéra em outubro de 2021 (UN, 2021i), assim como o número de ataques e a atividade de grupos hiperativos.

Os principais grupos responsáveis pelos ataques durante a pandemia foram a CPC, FACA, Grupo Wagner, FPRC e grupos armados não identificados. Como mencionado, o primeiro pico de ataques ocorreu durante o processo eleitoral, a coalizão de grupos armados CPC confrontou o governo e incitou a reação do FACA. Como resultado, o Grupo Wagner – seja agindo sozinho ou em conjunto com o FACA – aumentou sua atividade para conter a CPC, o que consequentemente diminuiu suas atividades (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Os cinco principais grupos armados na RCA (2020-2021)



Fonte: Elaborado pela autora. ACLED. acleddata.com. 13/12/2023

Houve violência direta limitada relacionada à COVID-19 no país. Incidentes notáveis envolveram principalmente protestos de combatentes desmobilizados em relação a programas de reintegração atrasados, afetados por medidas pandêmicas e manifestações de profissionais de saúde exigindo bônus de risco. Dessa forma, a dinâmica de conflito existente impulsionou o aumento dos padrões de violência, em vez de respostas diretas à pandemia (ACLED, 2023).

5.4 Fatores explicativos

A análise das diferentes posturas e adaptações dos grupos armados durante a pandemia revela um conjunto de fatores que ajudam a explicar seus comportamentos. Estes fatores não atuaram de maneira isolada, mas interagiram entre si criando condições específicas que influenciaram as respostas de cada grupo ao contexto da crise sanitária.

O primeiro fator explicativo significativo relaciona-se à capacidade organizacional prévia dos grupos. Como documentado nos relatórios do Secretário-Geral, grupos com estruturas organizacionais mais desenvolvidas mostraram maior capacidade de adaptação durante a crise (UN, 2021c). O caso da CPC é particularmente ilustrativo: sua formação durante a pandemia beneficiou-se da experiência organizacional prévia de seus componentes. A coalizão conseguiu rapidamente estabelecer estruturas de comando e controle efetivas, sugerindo que a experiência anterior de seus membros em outros grupos armados foi um fator crucial para sua capacidade de adaptação ao novo contexto.

O controle territorial existente emerge como um segundo fator explicativo fundamental. A análise dos padrões de atividade documentados pela MINUSCA revela que grupos com controle territorial bem estabelecido, como a FPRC, mostraram maior resiliência durante a pandemia. O *International Crisis Group* (2017) destacou como o controle prévio sobre rotas comerciais e recursos naturais permitiu que estes grupos mantivessem suas operações mesmo em face das restrições impostas pela crise sanitária. Este fator ajuda a explicar por que grupos com forte presença territorial conseguiram adaptar suas estruturas de governança local sem perder influência significativa.

Um terceiro fator relaciona-se ao acesso a recursos e apoio externo. O caso do Grupo Wagner é particularmente ilustrativo neste aspecto. Como documentado por Picco (2022a), o grupo manteve um fluxo constante de recursos e apoio mesmo durante a pandemia, permitindo não apenas a continuidade mas a expansão de suas operações. Este fator ajuda a explicar a diferença significativa entre a capacidade de adaptação do Wagner e outros atores internacionais que reduziram suas atividades devido a restrições logísticas e sanitárias.

A legitimidade política e as relações com a população local constituem um quarto fator explicativo crucial. Os relatórios da MINUSCA mostraram como grupos que mantinham relações mais estabelecidas com comunidades locais conseguiram adaptar seus mecanismos de governança de forma mais efetiva durante a pandemia. A FPRC, por exemplo, conseguiu implementar medidas de controle sanitário em suas áreas de influência, precisamente porque já possuía estruturas de governança local reconhecidas pela população. Este fator também ajuda a explicar por que alguns grupos conseguiram transformar a crise sanitária em uma oportunidade para fortalecer sua legitimidade local, enquanto outros enfrentaram resistência significativa em suas tentativas de implementar novas medidas de controle (UN, 2020d).

O contexto político mais amplo emerge como um quinto fator explicativo fundamental, particularmente considerando a coincidência entre a pandemia e o processo eleitoral na RCA. A formação da CPC, por exemplo, não pode ser entendida apenas como uma resposta à pandemia, mas deve ser analisada no contexto da desqualificação da candidatura de Bozizé e das tensões políticas subsequentes. Este fator ajuda a explicar por que alguns grupos priorizaram objetivos políticos sobre considerações sanitárias, mesmo em face dos riscos apresentados pela COVID-19 (UN, 2021c).

A capacidade de adaptação institucional representa um sexto fator, particularmente evidente no caso das FACA. Como documentado por Picco (2022b), a flexibilidade institucional das forças armadas em adaptar seus protocolos e procedimentos foi crucial para sua capacidade de manter operações efetivas durante a pandemia. A parceria com o Grupo Wagner, conforme detalhado nos relatórios do SGNU, mostrou como esta adaptabilidade institucional permitiu que as FACA desenvolvessem novos padrões operacionais em resposta às mudanças no ambiente de segurança.

O acesso à informação e capacidade de comunicação estratégica emergem como um sétimo fator. Como documentado por Lijn (2022), grupos que conseguiram desenvolver narrativas efetivas sobre a pandemia — seja para justificar suas ações ou para deslegitimar outros atores — mostraram maior capacidade de influência durante a crise. A campanha "MINUSCAVIRUS" exemplifica como o controle sobre narrativas e informação se tornou um fator crucial na determinação da eficácia das adaptações dos diferentes grupos durante a pandemia.

A interação entre estes diferentes fatores criou condições específicas que explicam as variações nas respostas dos grupos armados à pandemia. Grupos que conseguiram combinar múltiplos fatores favoráveis (como controle territorial estabelecido, legitimidade local e capacidade organizacional) mostraram maior resiliência e adaptabilidade durante a crise. Esta

análise multifatorial ajuda a explicar não apenas as diferentes posturas adotadas pelos grupos, mas também a eficácia variável de suas adaptações ao contexto da pandemia.

5.5 Resultados do caso e impactos no sistema do conflito

Na RCA, as motivações e atividades dos principais grupos durante a pandemia foram centradas em questões pré-existentes, como desafios sociopolíticos persistentes, tensões étnicas e queixas relacionadas a recursos. O contexto da pandemia aumentou a viabilidade, pois não foi difícil reunir grupos e indivíduos que já estavam armados, motivando-os e reforçando o custo-benefício de suas ações enquanto o governo estava focado no combate ao vírus e a MINUSCA diminuiu suas atividades devido às restrições impostas pela pandemia. Desse modo, um resultado significativo observado foi a reconfiguração das relações de poder entre os atores armados. A formação da CPC durante a pandemia alterou fundamentalmente o equilíbrio de forças no país. Esta reconfiguração teve implicações diretas para o sistema regional de conflito, particularmente considerando as conexões transfronteiriças dos grupos armados. A CPC, ao reunir elementos anteriormente dispersos em uma nova coalizão, criou padrões de interação que afetaram não apenas a dinâmica interna da RCA, mas também suas relações com países vizinhos (UN, 2021c).

A adaptação das estruturas de governança local pelos grupos armados durante a pandemia também produziu resultados com implicações sistêmicas. O *International Crisis Group* (2017) documentou como grupos como a FPRC adaptaram mecanismos de controle territorial e estabeleceram precedentes para formas alternativas de governança em áreas de conflito. Este desenvolvimento tem particular relevância para regiões fronteiriças, onde as práticas de governança frequentemente transcendem limites nacionais.

O fortalecimento das conexões transfronteiriças entre grupos armados emerge como outro resultado significativo do período. As restrições de movimento impostas pela pandemia paradoxalmente intensificaram certas redes transfronteiriças. Grupos armados adaptaram suas rotas de suprimento e estabeleceram novos padrões de cooperação que transcendiam fronteiras nacionais. Esta adaptação fortaleceu as conexões entre o conflito na RCA e as dinâmicas de instabilidade em países vizinhos como o Chade e o Sudão (UN, 2020d, 2021g).

A campanha "MINUSCAVIRUS" contra a MINUSCA estabeleceu um precedente preocupante para a deslegitimação de operações de paz em outros contextos Lijn (2022). Este desenvolvimento tem particular relevância considerando o papel central das missões de paz da ONU na estabilização de diversos conflitos regionais. Mas, apesar do uso de campanhas de

desinformação contra os ‘internacionais’, a situação política proporcionou a principal oportunidade para a criação da nova coalizão — CPC, que alterou a dinâmica do conflito e aumentou a violência e as fatalidades durante o processo eleitoral de 2020-2021. Sua principal motivação era política, e o contexto eleitoral forneceu uma oportunidade para formar uma coalizão de grupos diversos, claramente indicou que em meio às pressões atuais, aspectos políticos e econômicos podem substituir o papel da identidade (United States Holocaust Memorial Museum, 2021). Por outro lado, suas ações sugerem que a CPC alavancou a identidade como uma ferramenta poderosa para definir quem faz parte do movimento e quem é contra ele, potencialmente constituindo uma estratégia de sobrevivência no cenário de conflito. Além disso, as condições socioeconômicas desempenharam um papel no recrutamento de jovens marginalizados, enquanto um Estado enfraquecido e a instabilidade política criaram um ambiente favorável para a CPC afirmar sua influência. A retração inicial das operações de manutenção da paz e seu foco no processo eleitoral, juntamente com o conhecimento da CPC sobre o terreno e a utilização das condições geográficas, possibilitaram para a aliança tentar ganhar/recuperar o controle territorial nos arredores da capital.

A combinação das atividades da FACA e do Grupo Wagner, juntamente com a posição tomada pela MINUSCA durante a pandemia, provavelmente encorajou os grupos armados a adaptarem seu *modus operandi* e pode até ser considerada um fator-chave no estabelecimento da coalizão CPC. A transformação nas relações entre forças armadas nacionais e grupos mercenários representa outro resultado sistêmico crucial. Como documentado por Picco (2022b), a parceria entre as FACA e o Grupo Wagner durante a pandemia estabeleceu um novo modelo de cooperação militar que tem implicações significativas para outros contextos regionais. Esta evolução não apenas alterou a natureza das operações militares na RCA, mas também influenciou as percepções regionais sobre o papel de atores militares privados em conflitos africanos. A crescente influência do Grupo Wagner durante este período representa outro resultado crucial com implicações regionais significativas. Como documentado por Picco (2022a), a expansão das atividades do grupo durante a pandemia não se limitou apenas ao território centro-africano, mas estabeleceu um precedente para intervenções similares em outros contextos regionais.

Esta análise dos resultados e impactos sistêmicos fornece importantes *insights* para a compreensão de como choques externos podem catalisar transformações significativas em sistemas regionais de conflito. A tabela abaixo resumiu as principais motivações dos principais grupos e as atividades que eles realizaram para tirar proveito da pandemia.

Tabela 2 - Motivações e atividades dos grupos armados na RCA

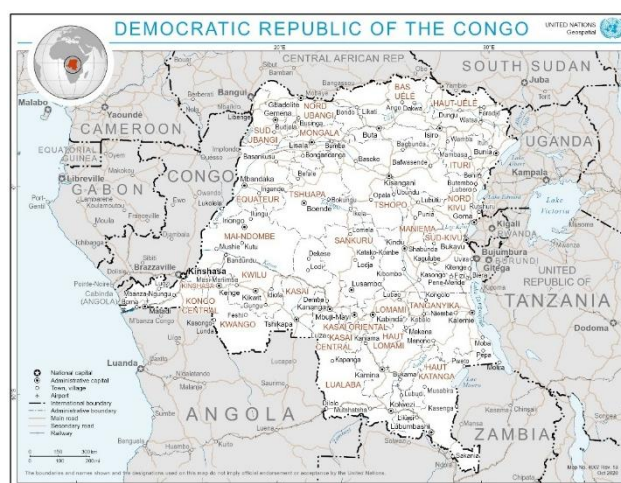
Grupo	Motivações	Mudança nas motivações durante a pandemia	Vantagem da pandemia	Posturas durante a pandemia
CPC	Política - Queixas sobre a governança	---	Sim	Formação durante a pandemia; Ataques coordenados durante período eleitoral; Estabelecimento de controle sobre rotas estratégicas
Grupo Wagner	Interesses particulares russos – Exploração de recursos	Não	Sim	Aumento de sua atividade – Dinâmica de conflitos impactados
FPRC	Controle sobre os recursos - Influência política	Não	Sim	Aderiu ao cessar-fogo mas juntou-se à CPC. Manteve e fortaleceu controle territorial e redes de comércio transfronteiriças
FACA	Reconstrução da capacidade militar institucional e efetividade operacional	Não	Não	Crescentes operações com a Wagner; Adaptação de protocolos operacionais

Fonte: Elaborado pela autora.

6 ESTUDO DE CASO: REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO

Este capítulo apresenta o segundo estudo de caso desta dissertação, analisando as adaptações dos grupos armados na RDC durante a pandemia da COVID-19. A escolha da RDC como caso de estudo é particularmente relevante por apresentar um sistema de conflito estabelecido e complexo, com múltiplos grupos armados operando em diferentes regiões do país.

Figura 5 — Mapa da RDC



Fonte: UN GEOSPATIAL, 2020

Com base nos dados do ACLED sobre eventos violentos durante 2020-2021, identificamos os cinco principais condutores de violência no período: as Forças Democráticas Aliadas (ADF — *Allied Democratic Forces*, em inglês), a Cooperativa para o Desenvolvimento do Congo (CODECO — *Coopérative pour le développement du Congo*, em francês), a Aliança dos Patriotas por um Congo Livre e Soberano (APCLS — *Alliance des patriotes pour un Congo libre et souverain*, em francês), as Forças Armadas da República Democrática do Congo (FARDC) e grupos não identificados. Para este estudo, focamos nossa análise nos três grupos armados não estatais e nas FARDC.

Embora inicialmente concebido para analisar apenas grupos armados não estatais, a inclusão das FARDC se justifica não apenas por sua posição entre os principais condutores de violência, mas também por seu comportamento durante a pandemia. Apesar de operarem formalmente sob autoridade constitucional, as FARDC apresentam características que complexificam sua categorização como força estatal convencional. Formadas por facções das duas guerras congolesas (1996-1997 e 1998-2003), muitos de seus membros mantêm lealdades

anteriores a grupos rebeldes. Além disso, as FARDC utilizaram as medidas sanitárias como pretexto para novas formas de violência e extorsão.

O estudo está estruturado em cinco seções principais. Iniciamos com a contextualização e mapeamento do conflito, estabelecendo o panorama histórico e territorial. Em seguida, analisamos os grupos armados no sistema, explorando seus perfis, trajetórias, motivações e modos de operação. A terceira seção examina as posturas durante a pandemia, focando nas adaptações motivacionais e mudanças comportamentais. A quarta seção identifica os fatores explicativos destas adaptações, concluindo com uma análise dos resultados e impactos sistêmicos.

Esta análise busca contribuir para a compreensão de como grupos armados estabelecidos adaptam suas operações e estruturas diante de choques externos como a pandemia. Em conjunto com o caso da República Centro-Africana, oferece *insights* importantes sobre as dinâmicas de conflito e violência durante crises globais no contexto africano.

6.1 Contextualização e mapeamento do conflito

O conflito na RDC representa um dos cenários mais complexos e duradouros da África contemporânea. Suas raízes remontam ao período colonial e à agitação política que seguiu sua independência da Bélgica em 1960 (Weiss, 2000). As limitações e incertezas do sistema colonial belga emergiram após a Segunda Guerra Mundial, quando a Bélgica, enfrentando seus próprios desafios no pós-guerra, não pôde manter seu domínio inalterado sobre o território. Em 1956, o movimento *La Conscience Africaine* emergiu como primeiro manifesto que questionava o colonialismo, mostrando uma crescente efervescência nacionalista. Inicialmente propondo uma administração conjunta entre congoleses e belgas, o movimento foi rapidamente superado por demandas mais radicais da Associação dos Bacongos para a Unificação, a Conservação e o Desenvolvimento da Língua Congo (Abako), fundada em 1950. Este confronto entre o poder colonial e as aspirações locais marcou o início de um conflito inevitável que questionava diretamente a dominação belga (Margarido, 1974).

Após a independência em 1960, o país enfrentou imediata instabilidade política, exacerbada por divisões étnicas e regionais, bem como pela interferência de potências estrangeiras. Esta situação levou à primeira intervenção significativa da ONU através da ONUC, inicialmente focada em assistência militar ao governo. Com o movimento separatista em Katanga, o mandato da missão foi expandido para incluir o uso da força como último recurso para prevenir uma guerra civil (UN, 1961a, 1961b).

A política interna da RDC na década de 1960 foi profundamente moldada pela Guerra Fria, com conflitos entre forças capitalistas e socialistas determinando seu desenvolvimento. Joseph-Desiré Mobutu, apoiado pelos Estados Unidos (EUA), chegou ao poder através de um golpe de Estado em 1965, estabelecendo uma ditadura que duraria até 1997. O breve período desde sua independência foi insuficiente para que o país pudesse estabelecer instituições democráticas sólidas antes deste governo autocrático, afetando severamente sua capacidade de desenvolver estruturas políticas organizacionais robustas (Valenzola, 2013).

Durante o regime de Mobutu, a administração estatal foi caracterizada pela usurpação sistemática de recursos para interesses estrangeiros e pela institucionalização da corrupção. Em 1971, o país foi renomeado para Zaire e a capital para Kinshasa. Significativamente, até este período, os efeitos do Tratado de Berlim eram relativamente contidos no território congolês - apesar da concentração de diversas etnias, o país não havia experimentado conflitos interétnicos significativos, contrastando com a situação em países vizinhos como Ruanda (Hesketh, 2016).

Um ponto de inflexão crucial ocorreu em 1994, quando sobreviventes do genocídio em Ruanda fugiram para as províncias de Kivu do Norte e Sul. Os campos de refugiados se tornaram bases para o fortalecimento e rearmamento das Forças Democráticas para a Libertação de Ruanda (FDLR), composta majoritariamente por hutus ruandeses. Este desenvolvimento levou à Primeira Guerra do Congo (1996-1997), marcada pela tomada do poder pela Aliança das Forças Democráticas para a Libertação do Congo-Zaire (ADFLC — *Alliance des forces démocratiques pour la libération du Congo-Zaire*, em francês), sob liderança de Laurent Désiré Kabila, com apoio de Uganda e Ruanda (Aguilar *et al.*, 2016).

A Segunda Guerra do Congo (1998-2003), frequentemente denominada ‘Grande Guerra Africana’, foi um dos episódios mais mortíferos desde a Segunda Guerra Mundial. O conflito foi desencadeado pela instabilidade pós-genocídio ruandês de 1994, a derrubada de Mobutu em 1997, e as contínuas rebeliões contra o governo Kabila. Este conflito, um dos mais mortíferos desde a Segunda Guerra Mundial, resultou em mais de 4 milhões de mortes. A guerra foi caracterizada por múltiplas dimensões de conflito: além das forças nacionais, envolveu diversos países africanos e dezenas de grupos armados, cada um com seus próprios interesses e alianças (Aguilar *et al.*, 2016; Valenzola, 2013).

Em resposta a esta escalada de violência, a ONU estabeleceu em 1999 a Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUC), visando reduzir as consequências dos conflitos no leste do Congo, incluindo a proteção de civis e o monitoramento do cessar-fogo (UN, 1999). No entanto, a missão enfrentou significativas dificuldades em cumprir seu mandato. O Acordo Global e Inclusivo em 2003 marcou o fim formal da Segunda

Guerra, mas não conseguiu estabelecer estabilidade efetiva, particularmente no leste do Congo. Esta região continuou sendo uma zona de conflito ativo devido ao controle limitado do governo central e à presença constante de grupos armados paramilitares. Em 2010, a MONUC foi transformada em MONUSCO, iniciando uma nova fase nas operações de paz com a opção do uso da força para restabelecer a paz (Aguilar *et al.*, 2016; Nogueira; Hussey, 2013).

Um desenvolvimento crítico ocorreu em 2012, quando um grupo composto por tutsis ex-componentes do exército nacional, denominado M23, iniciou operações em várias partes do país. Simultaneamente, outros grupos mantinham uma campanha de violência generalizada contra civis, incluindo as FDLR, a Força Nacional de Libertação (FNL), o Exército de Resistência do Senhor (LRA — *Lord's Resistance Army*, em inglês) e a APCLS. Esta escalada de violência levou o CSNU a estabelecer uma Brigada de Intervenção (FIB — *Force Intervention Brigade*, em inglês), uma inovação sem precedentes que permitia operações ofensivas contra grupos armados (Nogueira; Hussey, 2013).

Em 2013, após operações conjuntas entre MONUSCO e FARDC, o M23 foi derrotado militarmente, com muitos de seus membros se rendendo ou fugindo para Ruanda. No entanto, apesar desta vitória, a MONUSCO continuou enfrentando desafios significativos em sua operação. A cooperação problemática com as FARDC foi particularmente desafiadora. Mesmo recebendo treinamento oficial da missão, as FARDC continuaram realizando ações violentas contra sua própria população. A proximidade da FIB com as forças armadas congoleesas passou a ser vista como uma manobra do governo congolês para usar a Brigada como ferramenta para avançar objetivos políticos, especialmente considerando as limitações da FIB em operações em florestas e matas fechadas (Day, 2017).

A persistência do conflito no leste da RDC está intrinsecamente ligada à riqueza mineral da região, que simultaneamente financia grupos armados e alimenta disputas territoriais. Além disso, vários oficiais das FARDC foram implicados no tráfico ilegal de minérios e denunciados por violações contra mineiros. Estabeleceram-se laços comerciais entre militares e garimpeiros, com oficiais oferecendo "proteção" em troca de "impostos". Esta dinâmica levou muitos oficiais a considerarem as zonas de mineração como territórios próprios, resultando em deserções quando ordenados a se moverem para áreas sem recursos minerais (Lamb *et al.*, 2012).

A presença da MONUSCO, embora significativa, enfrenta desafios crescentes. A missão tem lutado para equilibrar seu mandato de proteção de civis com as limitações operacionais impostas por um ambiente de segurança cada vez mais complexo. E, em decorrência do que foi exposto, a percepção pública da missão tem se deteriorado, com a população acreditando que a missão é corrupta e pouco eficaz (Entrevista D, 2025; Entrevista

E, 2025; Entrevista F, 2025). Esta erosão da confiança compromete a eficácia dos esforços de estabilização (Day, 2017).

A região leste permanece como epicentro da violência. Esta dinâmica é exacerbada pela fraca governança estatal, com o governo central exercendo controle limitado sobre o território. Como relatado por um oficial da MONUSCO: "O governo central tem poder em Kinshasa e não se preocupa com essa parte do país como deveria" (Entrevista B, 2025, tradução nossa). O período recente foi marcado por uma complexificação das dinâmicas de violência. Grupos como as Forças Democráticas Aliadas (ADF) emergindo como uma das maiores ameaças. Em 2019, a situação se tornou ainda mais complexa quando as ADF juraram lealdade ao Estado Islâmico (Daesh — *ad-Dawlat al-Islāmiyah*, em árabe), do qual passou a receber grande parte de seu armamento. O grupo tem mostrado notável capacidade de adaptação, expandindo sua identidade política além do islamismo e entrelaçando-a com dinâmicas da região fronteira com Uganda, permitindo a operacionalização de questões religiosas e não religiosas para recrutamento e ataques (Congressional Research Service, 2022).

A violência intercomunitária também permanece como fator crucial, exemplificada pela atuação da CODECO, uma coalizão de milícias estabelecida inicialmente como cooperativa agrícola Lendu em Ituri. O grupo tem explorado tensões históricas entre as comunidades Lendu (agricultores) e Hema (pastores), mobilizando principalmente jovens Lendu através da retórica anti-Hema. Esta dimensão étnica do conflito se soma a disputas por controle de recursos, particularmente em áreas de mineração de ouro (Geneva Academy, 2022).

A interação entre grupos armados e forças estatais tem sido particularmente problemática. As FARDC, formadas por facções armadas das duas guerras congoleesas, enfrentam desafios significativos incluindo treinamento inadequado, baixa moral, indisciplina e corrupção. Muitos integrantes das forças armadas mantêm lealdades a seus antigos líderes rebeldes, questionando a viabilidade a longo prazo de processos de integração de ex-rebeldes em exércitos nacionais (ICRC, 2010; Garcia, 2020).

Estas dinâmicas complexas têm sido ainda mais desafiadas por crises recentes. O surto de Ebola em 2018, seguido pela pandemia da COVID-19, expôs e exacerbou as fragilidades estruturais do Estado congolês, particularmente nas regiões orientais onde a presença estatal já era limitada (UN, 2020k, 2020a). Estas crises sanitárias não apenas sobrecarregaram um sistema de saúde já deficiente, mas também criaram oportunidades para grupos armados expandirem seu controle territorial e influência sobre populações locais (UN, 2020f, 2020h).

A complexidade do conflito na RDC tem implicações significativas para toda a região dos Grandes Lagos. A porosidade das fronteiras, particularmente com Ruanda, Uganda e

Burundi, permite que grupos armados estabeleçam bases transfronteiriças e mantenham redes de comércio ilícito que sustentam suas operações. Esta dimensão regional do conflito é evidenciada pela presença de grupos que mantêm conexões históricas com dinâmicas políticas ruandesas (Aguilar *et al.*, 2016).

6.2 Grupos armados no sistema de conflito

O sistema de conflito na RDC é caracterizado por uma multiplicidade extraordinária de atores armados, com estimativas apontando para aproximadamente 266 grupos diferentes operando no território (Entrevista A, 2025). A proliferação de grupos e suas diferentes origens — desde antigas milícias que participaram das guerras de 1996-2003 até organizações mais recentes — criou um ambiente de instabilidade persistente, particularmente, no leste do país.

Figura 6 — Grupos armados no leste da RDC

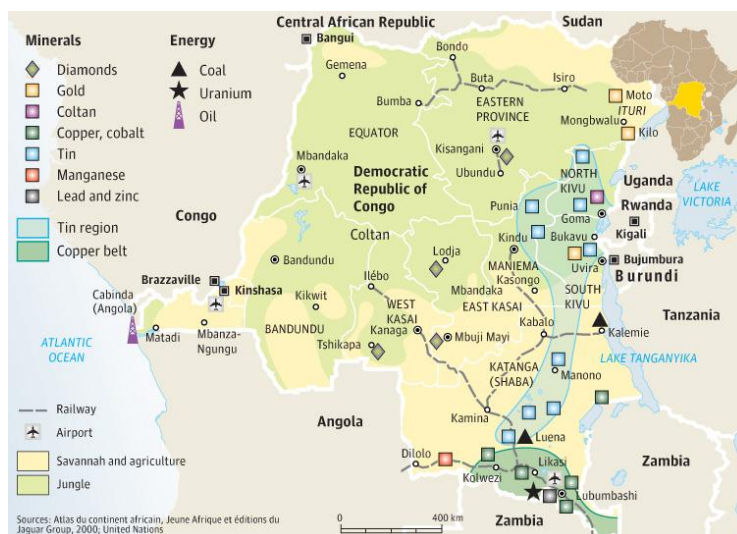


Fonte: Schipani (2022).

A atual configuração do sistema emergiu das transformações ocorridas após as guerras de 1996-2003. A assinatura do Acordo Global e Inclusivo em 2003, embora tenha estabilizado parte do território, não impediu a continuidade da violência no leste (Aguilar *et al.*, 2016; Valenzola, 2013). A distribuição territorial destes grupos reflete padrões históricos e estratégicos de controle. As províncias de Kivu Norte e Sul, assim como Ituri, apresentam a maior concentração de grupos armados, particularmente em áreas ricas em recursos minerais. Esta geografia do conflito é reforçada pela topografia desafiadora da região e pela limitada

presença estatal, que permite aos grupos estabelecerem sistemas próprios de governança (ICRC, 2010).

Figura 7 – Mapa de recursos naturais na RCA



Fonte: Le Monde diplomatique (2006).

A distribuição atual do poder militar no leste da RDC é caracterizada por uma complexa sobreposição de zonas de influência. No território de Beni, por exemplo, as ADF estabeleceram um padrão de violência caracterizado por ataques sistemáticos contra civis e forças de segurança, combinando táticas de guerrilha com atos de terror contra populações locais. Esta evolução em suas operações, particularmente após sua aliança com o Estado Islâmico, representa uma transformação significativa nas dinâmicas regionais de violência.

Em Ituri, a reativação das tensões étnicas através da CODECO produziu um padrão distinto de conflito. A região, que já havia sido epicentro da violência durante a Guerra de Ituri (1999-2003), viu o ressurgimento de antigas linhas de confronto, mas com novas configurações. O que começou como uma cooperativa agrícola Lendu nos anos 1970, evoluiu para uma coalizão de milícias com capacidade significativa de mobilização étnica e controle territorial.

Em Kivu do Norte, por exemplo, diferentes grupos armados estabeleceram áreas de controle que frequentemente se sobrepõem, criando um mosaico de autoridades concorrentes. Esta fragmentação territorial é particularmente evidente nas áreas rurais e montanhosas, onde o terreno dificulta operações militares convencionais e favorece táticas de guerrilha. Em Masisi, por exemplo, a APCLS mantém controle significativo, apoiada por uma base populacional Hunde, que representa cerca de 5% da população local. Esta legitimidade histórica, combinada

com o controle de recursos minerais, permite ao grupo manter uma presença duradoura na região (Global Security, 2012).

Um aspecto crucial da atual geografia do conflito é a interação entre diferentes grupos armados e recursos naturais. Os relatórios do Grupo de Peritos da ONU documentaram como o controle de minas e rotas comerciais se tornou não apenas um objetivo estratégico, mas um meio de sustentação para os grupos armados. Esta economia de guerra evoluiu para incluir sistemas sofisticados de tributação ilegal, controle de mercados locais e estabelecimento de redes transfronteiriças de comércio ilícito (UN, 2020j). Nesse ponto, a relação entre grupos armados e fronteiras internacionais emerge como um elemento distintivo da atual configuração. As regiões fronteiriças com Uganda, Ruanda e Burundi se tornaram não apenas rotas de comércio ilícito, mas zonas estratégicas onde grupos armados podem recuar quando sob pressão militar. Esta dimensão transfronteiriça do conflito é exemplificada pela operação das ADF, que mantém redes de apoio e abastecimento que atravessam fronteiras nacionais.

O papel das FARDC neste contexto reflete as complexidades históricas da construção do Estado na RDC. Formadas por elementos de diversos grupos anteriormente rivais, as forças armadas nacionais frequentemente operam com lealdades divididas e interesses conflitantes. A situação é agravada pelo exercício de violência contra civis e pelo envolvimento de elementos militares em atividades ilegais, particularmente no setor de mineração, onde oficiais frequentemente estabelecem acordos com garimpeiros locais em troca de ‘proteção’ (Garcia, 2020).

As zonas de mineração emergiram como pontos focais particulares de disputa. Em Ituri e nos Kivus, o controle de minas de ouro, coltan e outros minerais se tornou não apenas um objetivo militar, mas um meio de sustentação para os grupos armados. Esta economia de guerra evoluiu para incluir sistemas sofisticados de exploração que frequentemente envolvem alianças complexas entre grupos armados, atores econômicos locais e redes internacionais de comércio ilícito.

Estas interações são ainda influenciadas pela geografia desafiadora do leste da RDC, onde áreas de difícil acesso permitem que grupos armados estabeleçam bases seguras e mantenham rotas de abastecimento relativamente protegidas da interferência estatal. A incapacidade das FARDC e da MONUSCO de operar efetivamente em terrenos florestais e montanhosos contribui para a persistência destes grupos e suas redes de controle territorial (Day, 2017). A dimensão transfronteiriça do conflito adiciona outra camada de complexidade ao sistema. Os campos de refugiados estabelecidos após o genocídio em Ruanda em 1994 nas províncias de Kivu do Norte e Sul se tornaram bases para o fortalecimento e rearmamento de

grupos como as Forças Democráticas para a Libertação de Ruanda (FDLR). Esta presença de grupos estrangeiros alterou significativamente as dinâmicas locais de poder e contribuiu para a multiplicação de atores armados na região (Aguilar *et al.*, 2016).

A multiplicidade de grupos armados na RDC, com suas diferentes origens, estruturas e capacidades, criou um sistema de conflito altamente complexo e adaptável. Da sofisticação organizacional das ADF ao poder de mobilização étnica da CODECO e à base territorial da APCLS, cada grupo contribui de maneira única para a dinâmica do conflito. Para compreender melhor estas organizações, analisaremos seus perfis e trajetórias históricos específicos.

6.2.1 Perfis e trajetórias

A compreensão dos perfis e trajetórias dos grupos armados ativos na RDC é fundamental para entender as dinâmicas de violência que caracterizam o conflito. Esta análise revela não apenas as origens e evolução destes grupos, mas também como suas estruturas organizacionais e modos de operação se transformaram ao longo do tempo em resposta às mudanças no ambiente político e securitário.

As ADF representam um dos grupos mais antigos e enigmáticos operando no leste da RDC. Fundado em 1995 por exilados ugandenses, o grupo evoluiu de uma organização focada em objetivos políticos locais para uma força com conexões transnacionais significativas. Sua base principal está alocada na região rica em minerais próxima à fronteira com Uganda (Congressional Research Service, 2022). Esta estrutura incluía uma rede de acampamentos equipados com prisões, serviços de segurança e saúde, orfanatos e escolas, e com uma força de combate composta principalmente por homens e meninos (Fahey, 2015). De acordo com o Grupo de Peritos da ONU (UN, 2021e), a organização mantém uma hierarquia clara, com todas as operações principais e atividades de reabastecimento ocorrendo sob um comando direto. O grupo se destaca de outras organizações rebeldes por desenvolver características próprias de Estado (Fahey, 2015). Um pequeno grupo de altos funcionários conhecido como "os 8000" liderava uma força armada bem-organizada e secreta. Jamil Mukulu (antigo líder) também estabeleceu um sistema jurídico baseado em sua interpretação da lei Sharia, com punições severas para tentativas de fuga dos acampamentos, incluindo decapitações e crucificações. O grupo mantinha um sistema de escravização que incluía o rapto de mulheres e crianças congolesas, forçando-as a se converterem ao Islã, realizar trabalhos forçados e casamentos (Fahey, 2015).

A transformação mais significativa na trajetória das ADF ocorreu em julho de 2019, quando seu líder jurou fidelidade ao Estado Islâmico. Em setembro de 2020, Baluku (atual líder) chegou a declarar que as ADF não mais existiam, tendo se tornado uma província do Daesh na África Central. Embora o relatório do Grupo de Peritos não tenha encontrado evidências conclusivas de comando e controle direto ou suporte material do Estado Islâmico, esta aliança marcou uma mudança significativa na orientação ideológica e estratégica do grupo (UN, 2021e).

A CODECO apresenta uma trajetória histórica distinta. Originada na década de 1970 como uma cooperativa agrícola Lendu em Ituri, a organização evoluiu para uma coalizão de milícias que teve participação ativa na Guerra de Ituri (1999-2003). O grupo se distingue por uma dimensão religiosa particular em suas práticas organizacionais. Alguns observadores identificaram elementos de misticismo e fetichismo em suas operações, sugerindo que o grupo possui uma face militar explícita e outra impregnada de práticas animistas. Sob a liderança espiritual de Ngadjole Ngabu, conhecido como ‘o Sacrificador’, o grupo desenvolveu uma estrutura de comando que combina autoridade militar com elementos rituais, na qual o líder espiritual tinha poder para ordenar ou suspender ataques (Bosuandole, 2020).

A CODECO passou por várias reorganizações sob diferentes lideranças, com sua estrutura se tornando mais fragmentada e o seu movimento menos coerente ao longo do tempo. Em setembro de 2019, a CODECO iniciou negociações com autoridades regionais de Ituri, buscando um acordo de desarmamento em troca de anistia para seus membros e possível integração ao Exército congolês. As condições incluíam a manutenção das patentes que os combatentes possuíam dentro do grupo ou a reintegração à sociedade através de um programa Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR). No entanto, o processo de paz se deteriorou quando os combatentes entraram no acantonamento pré-desarmamento e enfrentaram condições precárias de vida e escassez de alimentos, levando facções anti-cessar-fogo a retomarem as atividades armadas (Radio Okapi, 2019). Em março de 2020, a morte de seu comandante Ngudjolo marcou um ponto de inflexão, resultando na divisão do grupo em várias facções distintas que passaram a operar de forma semiautônoma (Geneva Academy, 2022).

A APCLS apresenta uma trajetória particular no sistema de conflito congolês. Foi formada em 2008 como uma dissidência do Patriotas da Resistência Congolosa (PARECO — *Patriotes Résistants Congolais*, em francês) ao recusar-se a assinar os Acordos de Goma. O grupo desenvolveu uma identidade distintamente ligada à proteção dos interesses da comunidade Hunde. De acordo com a Global Security (2012), o grupo construiu uma base de

apoio significativa através de conexões com chefes tradicionais Hunde e autoridades locais, que historicamente controlavam áreas de mineração de ouro e cassiterita (Global Security, 2012; World Vision International, 2014). Embora não seja o grupo mais violento em Kivu do Norte, a APCLS emergiu como uma das organizações armadas mais numerosas desafiando a autoridade estatal na província (Bouvy, 2014)..

A composição étnica da APCLS é um elemento central em sua estrutura organizacional. Praticamente todos os seus membros são da etnia Hunde, que representa aproximadamente 5% da população de Kivu do Norte, concentrada principalmente no território de Masisi. Esta base étnica homogênea contribui para uma relação particular com a população local, que frequentemente vê o grupo como uma força protetora. A APCLS utiliza esta percepção para legitimar suas operações, declarando como objetivo a proteção dos Hunde e outros cidadãos congolese não tutsis dentro de sua área de atuação (Global Security, 2012).

As FARDC apresentam um perfil organizacional complexo que reflete as contradições do processo de construção do Estado congolês. Formadas por facções armadas das duas guerras congolese, as FARDC incorporaram grandes grupos rebeldes como parte dos acordos de paz. No entanto, muitas unidades permaneceram mais leais aos seus antigos líderes rebeldes do que ao comando central, questionando a viabilidade a longo prazo dos processos de integração de ex-rebeldes no exército nacional (ICRC, 2010).

O controle de áreas mineradoras pelas FARDC gerou dinâmicas problemáticas, com militares sendo acusados de tráfico ilegal de minérios e violações contra garimpeiros. Oficiais estabeleceram laços comerciais com mineradores locais, oferecendo ‘proteção’ em troca de ‘impostos’. Esta prática levou muitos oficiais a considerarem as zonas de mineração como territórios próprios. Ordens de transferência para áreas sem recursos minerais eram vistas como punições, frequentemente resultando em deserções (Lamb *et al.*, 2012).

A presença simultânea destes grupos no leste da RDC criou um sistema de conflito caracterizado por alianças fluidas e competição territorial intensa. A complexidade destas interações é ainda mais evidenciada pelos diferentes níveis de legitimidade local e apoio comunitário que cada grupo conseguiu manter. Enquanto a APCLS baseava sua legitimidade em conexões étnicas específicas com a comunidade Hunde, as ADF desenvolveram uma narrativa mais ideológica após sua aliança com Daesh, e a CODECO manteve uma base de apoio fundamentada em questões agrárias históricas.

6.2.2 Motivações e modos de operação

A análise das motivações dos grupos armados na RDC durante 2020-2021 revela padrões complexos que combinam elementos ideológicos, econômicos e políticos. Cada grupo apresentou um conjunto distinto de motivações que influencia suas respostas e suas interações com outros atores do conflito.

A natureza das ADF é particularmente complexa devido à sua capacidade de adaptar sua retórica e objetivos declarados conforme o contexto político. Titeca e Fahey (2016) documentam como a percepção do grupo em relação às autoridades varia significativamente dependendo das circunstâncias políticas e dos objetivos específicos das políticas regionais e governamentais. Como observado por um oficial: "As ADF são uma guerrilha de selva que reconheceu publicamente que há vínculos com o Daesh" (Entrevista C, 2025, tradução nossa). O grupo mostrou uma evolução significativa em suas motivações após sua aliança com o Daesh em 2019 (Titeca; Fahey, 2016). Esta aliança não apenas alterou a retórica do grupo, mas também suas motivações operacionais. A maioria de seus membros passou a se identificar como islamistas com o objetivo declarado de estabelecer a lei da Sharia em nível nacional. As fontes de armamento do grupo, documentadas como provenientes dos Emirados Árabes Unidos e do Irã através de uma fundação islâmica baseada na África do Sul, evidenciam como estas motivações ideológicas se traduziram em conexões operacionais concretas (Congressional Research Service, 2022).

A composição do grupo reflete sua natureza transnacional. Os relatórios do Grupo de Peritos documentam que, embora a liderança seja predominantemente ugandense, as ADF incorporaram combatentes de várias nacionalidades, incluindo congoleses, tanzanianos, burundianos, quenianos e ruandeses. Significativamente, grande parte dos membros congoleses foi recrutada à força, evidenciando as táticas coercitivas do grupo. O Grupo de Peritos identificou três métodos principais utilizados pela organização: recrutamento forçado através de sequestros durante ataques, táticas de engano e recrutamento voluntário via propaganda. Em 2020, estas estratégias foram intensificadas para compensar as perdas sofridas durante operações militares, incluindo um evento significativo: a fuga em massa da prisão de Kangbayi, planejada pelo grupo como uma operação de recrutamento em larga escala (UN, 2021e).

A CODECO apresenta motivações fortemente enraizadas em conflitos étnicos e territoriais. O discurso mobilizador da CODECO centra-se na proteção da população Lendu contra os Hema, uma narrativa que tem sido eficaz no recrutamento de jovens Lendu. O grupo argumenta que os Hema receberam privilégios históricos, primeiro durante o período colonial

belga e posteriormente sob o regime de Mobutu, ameaçando os direitos de propriedade e acesso a políticas educacionais dos Lendu. No entanto, esta narrativa étnica frequentemente mascara objetivos de controle territorial e recursos naturais (AFP, 2009; Kleinfeld; Flummerfelt, 2020). Esta retórica de ódio anti-Hema tem sido fundamental para a manutenção de sua base de apoio, embora os Hema tenham geralmente mostrado maior disposição para o diálogo, tendo dissolvido a maioria de suas formações armadas (Kleinfeld; Flummerfelt, 2020). A capacidade do grupo de negociar com o governo, mesmo após sua fragmentação em múltiplas facções em 2020, também sugere motivações políticas que transcendem o simples antagonismo étnico.

A APCLS apresenta motivações que combinam elementos étnicos, territoriais e econômicos de maneira particular. O grupo articula suas motivações primariamente em torno da proteção dos Hunde e outros cidadãos congolese não-tutsis. No entanto, esta motivação étnica está intrinsecamente ligada ao controle de recursos naturais (Global Security, 2012). O relatório da *World Vision International* (2014) documentou como o grupo mantém uma rede complexa de apoio que inclui chefes tradicionais Hunde, autoridades locais e empresários que fornecem assistência financeira e material, mostrando como motivações étnicas e econômicas se entrelaçam em sua atuação. Além disso, o APCLS coordenou operações com as Forças Democráticas para a Libertação de Ruanda (FDLR), embora o peso dessa cooperação não estivesse claro (World Vision International, 2014). Ao usar um discurso baseado em identidade, o APCLS reforçou sua legitimidade, capacidade de recrutamento e financiamento, o que lhe permitiu manter suas atividades e se destacar como um dos maiores impulsionadores da violência.

As FARDC apresentam um quadro complexo de motivações que reflete a fragmentação de sua própria estrutura. Tensões internas são exacerbadas por alegações de tratamento privilegiado de tropas de determinados alinhamentos étnicos, particularmente na atribuição de patentes (Lamb *et al.*, 2012). As FARDC, compostas por facções das duas guerras congolese, enfrentam desafios significativos de coesão interna. A situação é agravada pelo fenômeno da deserção: vários integrantes, descontentes com as condições oferecidas, abandonam as forças armadas para formar novos grupos armados ou se juntar aos existentes. Muitos de seus membros mantêm lealdades a antigos líderes rebeldes, e alguns desertam para formar novos grupos armados quando insatisfeitos com vantagens ou condições oferecidas (Lamb *et al.*, 2012).

A eficácia operacional das FARDC também é comprometida por múltiplos fatores estruturais. Treinamento inadequado, baixa moral, indisciplina, corrupção generalizada, equipamento precário e composição étnica fragmentada contribuem para suas deficiências

operacionais. As FARDC são frequentemente acusadas de abusos e crimes contra civis, apesar dos esforços recentes para fortalecer o rigor e a disciplina. Além disso, a extensão territorial do país, a diversidade de grupos rebeldes e os múltiplos sistemas de comando tornam as forças armadas frequentemente incapazes de fornecer segurança adequada em todo o território nacional (Garcia, 2020).

As motivações que impulsionam os grupos armados na RDC são tão diversas quanto complexas, variando desde objetivos ideológicos e étnicos até interesses econômicos ligados ao controle de recursos naturais. A interação entre as diferentes motivações destes grupos criou dinâmicas particulares durante a pandemia. Na próxima seção, examinaremos como estas motivações influenciaram as posturas e adaptações dos grupos armados durante a pandemia da COVID-19.

6.3 Avaliação das posturas durante a pandemia

Os grupos congolese não responderam ao apelo de cessar-fogo do SGNU durante a pandemia. Na verdade, esse apelo foi defendido principalmente por organizações da sociedade civil (Oxfam International, 2020; UN, 2020d). As medidas restritivas implementadas durante a pandemia tiveram impactos diferenciados nas áreas urbanas e rurais. Como registrado: "Isso afetou mais as cidades, como Goma, no que se refere ao direito à liberdade de circulação, direito à atividade econômica, do que nas áreas rurais onde os grupos armados estão presentes" (Entrevista E, 2020, tradução nossa). Esta distinção permitiu que grupos armados mantivessem considerável liberdade de operação em áreas remotas. A redução da presença estatal foi particularmente significativa em áreas remotas, pois "o vírus não chegou aos lugares remotos, e o vilarejo é uma área muito remota, algumas pessoas, mesmo nas cidades, costumavam ir aos vilarejos porque não havia problemas" (Entrevista D, 2025, tradução nossa). Estas diferenças na aplicação das restrições entre áreas urbanas e rurais criou oportunidades para grupos armados consolidarem seu controle territorial e sistemas de governança paralela

Como mencionado, a pandemia também impactou a capacidade de supervisão estatal. "Uma combinação de insegurança e da pandemia de COVID-19 impediu as autoridades mineiras do Estado de aceder aos locais de extração artesanal de ouro nos territórios de Irumu e Djugu desde março de 2020" (UN, 2020j, p. 15, tradução nossa), permitindo que grupos armados fortalecessem seu controle sobre áreas de mineração. Durante o lockdown da COVID-19 (março a agosto de 2020), o fluxo de tântalo e estanho não registrados do território de Masisi aumentou, e o fechamento das fronteiras internacionais exacerbou o contrabando. Três

autoridades de mineração confirmaram que o contrabando de ouro entre Kivu do Sul, Burundi e Ruanda havia aumentado durante este período (UN, 2020j). Além disso, o fechamento das fronteiras afetou os canais oficiais de exportação, mas não impediu operações ilegais. "O fechamento das fronteiras durante a COVID-19 não foi um problema para os poderosos contrabandistas de ouro, que conseguiram atravessar as fronteiras apesar dos fechamentos oficiais, devido ao seu poder e conexões" (UN, 2020j, p. 129).

Além disso, o impacto nas operações da MONUSCO foi particularmente relevante. A maioria das ações ligadas a projetos de estabilização em Kivu do Norte foram suspensas devido às limitações da pandemia. Apenas voos especiais das Nações Unidas em apoio à proteção civil, frete ou outras missões vitais foram mantidos, impactando significativamente a capacidade da missão de cumprir seu mandato (UN, 2020e). Os procedimentos de geração de força militar e policial foram negativamente afetados pela cessação das rotações dos contingentes por vários meses (UN, 2020f, 2020h). Esta limitação operacional coincidiu com um período de atividade intensa de grupos armados. As ADF, por exemplo, aumentaram suas atividades perto de seus redutos tradicionais na selva Mayangose, com pelo menos 140 incidentes relatados em 2020, além de estender suas operações para a província de Ituri (UN, 2020h). Além desses fatores, o país enfrentou, também, uma onda anti-ONU, devido aos rumores que atribuíam a responsabilidade pela disseminação do vírus no país à MONUSCO (Lijn, 2022). O aumento das baixas civis provocadas por grupos armados durante este período intensificou as manifestações públicas anti-MONUSCO, lideradas por vários grupos e organizações da sociedade civil (UN, 2020h).

As medidas restritivas implementadas também tiveram efeitos distintos: "Houve muitas medidas draconianas porque declaramos o estado de emergência pela primeira vez... restrições, movimentos, em um determinado momento foi bom. Aqui [Goma] não havia esse confinamento, mas havia medidas robustas" (Entrevista E, 2025). Ainda, "esses membros de grupos armados também cuidam de sua própria segurança. O que eu percebi foi que quando o vírus se espalhou, eles também podem ouvir rádios e mídias sociais e restringir a movimentação. Eles também podem tentar se esforçar para se proteger contra isso" (Entrevista D, 2025, tradução nossa). Pelas percepções locais, houve uma redução temporária de certos tipos de violência durante a pandemia, como violência sexual e de gênero, e no movimento de grupos armados (Entrevista D, 2025), o que, no entanto, não se traduziu em uma diminuição do poder desses grupos. Ao contrário, a adaptação de suas operações e o fortalecimento de seu controle sobre recursos naturais e rotas de comércio ilícito podem ter resultado em um aumento de sua influência em certas áreas, mesmo com menor visibilidade de ações violentas diretas.

Vale ressaltar que "os grupos armados, muitos deles, vivem na comunidade. Portanto, se você os denunciar, sofrerão represálias... Nós até passamos pela pandemia, mas durante a COVID houve a condição da detenção prolongada porque as pessoas também foram presas" (Entrevista E, 2025, tradução nossa).

Grupos armados, notavelmente as ADF e sua facção, as Potências Aliadas, persistentemente alvejaram civis durante a pandemia, as FARDC e elementos da MONUSCO na região de Beni, visando recuperar territórios que o grupo havia perdido (UN, 2020i). As ADF, em particular, mantiveram e até intensificaram suas operações durante a pandemia. Na prática, o grupo se tornou a maior ameaça no leste da RDC: aumentou seus ataques durante a pandemia, com as únicas reduções notáveis ocorrendo durante o Ramadã (Entrevista H, 2023). Recentemente, as ADF se dividiram em várias facções (Mahtani *et al.*, 2021). O grupo já havia expandido sua identidade política além do islamismo e se entrelaçado com a dinâmica na região da fronteira com Uganda, o que permitiu ao grupo operacionalizar questões religiosas e não religiosas para recrutamento e ataques (Scorgie-Porter, 2015).

Altos níveis de violência também foram atribuídos a grupos armados de maioria Lendu, incluindo a CODECO. A postura da CODECO durante este período foi significativamente influenciada por sua fragmentação interna. A morte de seu líder em março de 2020 resultou em uma multiplicação de posturas e estratégias, com diferentes facções adotando abordagens distintas e frequentemente contraditórias. Esta fragmentação tornou praticamente impossível qualquer resposta coordenada à pandemia (UN, 2020f, 2021d).

A APCLS e uma série de confrontos internos também foram registrados pelo controle de vários locais de minas de ouro (UN, 2020l, 2020i). O grupo manteve uma postura focada na preservação de seus interesses territoriais e econômicos. A Geneva Academy (2022) registrou como o grupo priorizou a manutenção de seu controle sobre áreas de mineração e rotas comerciais, mostrando pouco interesse em adaptar suas operações em resposta à crise sanitária.

6.3.1 Adaptações nas motivações

A interação entre as diferentes motivações destes grupos criou dinâmicas particulares durante a pandemia. Estas motivações influenciaram diretamente as respostas dos grupos à crise sanitária. O impacto da pandemia sobre estas motivações variou significativamente entre os grupos (UN, 2021d). Enquanto alguns grupos adaptaram suas narrativas para incorporar a crise sanitária em suas justificativas de ação, as motivações fundamentais permaneceram largamente inalteradas (UN, 2021f). Esta continuidade nas motivações básicas, mesmo em face de uma

crise global, sugere uma resiliência significativa nas estruturas motivacionais destes grupos. Por exemplo, enquanto as ADF mantiveram suas operações alinhadas com objetivos ideológicos mais amplos, a CODECO e a APCLS adaptaram suas atividades para preservar bases de apoio local e controle sobre recursos estratégicos (UN, 2021b).

Um aspecto significativo observado no período foi como as motivações econômicas se intensificaram durante a pandemia. Houve um aumento na competição por recursos naturais e rotas comerciais, sugerindo que as pressões econômicas impostas pela crise sanitária reforçaram motivações materiais preexistentes (UN, 2020f). Esta tendência foi particularmente evidente nas áreas de mineração, onde os grupos intensificaram seus esforços para manter e expandir controle territorial.

A dimensão internacional das motivações também merece atenção particular. O relatório da ONU documentou como estas adaptações foram influenciadas tanto por dinâmicas locais quanto por fatores externos (UN, 2021d). No caso das ADF, a aliança com o Daesh não apenas forneceu novos recursos e capacidades, mas também introduziu motivações ideológicas transnacionais que influenciaram suas operações durante a pandemia. Esta internacionalização de motivações contrasta com as motivações mais localizadas da CODECO e APCLS, criando diferentes padrões de resposta à crise.

As ADF mostraram uma notável continuidade em suas motivações fundamentais, mesmo enquanto adaptavam seus métodos operacionais. "O número de ataques contra civis por grupos armados vindos de Kivu do Norte, incluindo as ADF, aumentou com as operações das FARDC, levando a grandes deslocamentos populacionais e exacerbando as tensões entre as comunidades" (UN, 2020j, p. 3, tradução nossa). Além disso, o *Congressional Research Service* (2022) evidenciou que a aliança do grupo com Daesh já havia estabelecido uma base ideológica forte. Em setembro de 2020, chegou a declarar que o ADF não mais existia e agora era uma província do Daesh na África Central (UN, 2021e), o que não foi significativamente alterado pela pandemia. No entanto, o grupo adaptou suas justificativas para ataques, aproveitando o enfraquecimento da presença estatal durante a crise sanitária para fortalecer sua narrativa sobre a incapacidade do governo em proteger a população.

Nesse sentido, as ADF desenvolveram uma adaptação particular em suas motivações, utilizando a pandemia como instrumento de expansão e legitimação. Durante o período inicial da crise sanitária, o grupo produziu material de propaganda específico apresentando seus acampamentos como "zonas livres de COVID-19", uma estratégia calculada para atrair novos recrutas em um momento de insegurança generalizada (UN, 2021e, p. 96, tradução nossa). Esta

adaptação foi além do simples recrutamento, representou uma tentativa de estabelecer o grupo como alternativa à autoridade estatal em questões de saúde pública.

As ADF mantiveram sua estrutura de comando centralizada, com todas as operações principais ocorrendo sob instruções diretas de Baluku ou através de seu vice, Lukwago Hood. Esta postura, que tem sido observada desde 2019, manteve-se durante a pandemia. Isso indica que as adaptações nas motivações não alteraram a hierarquia fundamental do grupo. A necessidade de compensar perdas militares também influenciou as adaptações do grupo (UN, 2021e). A fuga em massa da prisão de Kangbayi em outubro de 2020, planejada como operação de recrutamento, também indica como as ADF transformaram os desafios do período pandêmico em oportunidades estratégicas (UN, 2021e).

A CODECO apresentou uma fragmentação significativa em suas motivações após a morte de seu líder em março de 2020. Como documentado pelo Escritório do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos (OHCHR — *Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights*, em inglês) (2020), a divisão do grupo em cinco facções resultou em uma multiplicação de objetivos e agendas, com cada subgrupo desenvolvendo suas próprias motivações específicas. As diferentes facções provenientes da CODECO começaram a desenvolver objetivos distintos e por vezes conflitantes. Enquanto algumas facções mantiveram o foco tradicional na proteção da comunidade Lendu, outras desenvolveram motivações mais claramente econômicas, focadas no controle de recursos e território. Esta diversificação de motivações contribuiu para um aumento da violência, já que as diferentes facções competiam não apenas contra outros grupos, mas também entre si (UN, 2020f).

Em setembro de 2019, o grupo havia iniciado negociações com a autoridade regional de Ituri para cessar operações e desarmar em troca de anistia para seus membros e possibilidade de ingresso no Exército congolês. No entanto, o processo de paz se deteriorou durante a pandemia, quando combatentes enfrentaram condições precárias nos locais de acantonamento. Esta situação levou organizações anti-cessar-fogo a se prepararem e retomarem ao campo de batalha (AFP, 2020; Radio Okapi, 2019). Assim, o grupo, que tradicionalmente operava na província de Ituri, intensificou significativamente seus ataques contra civis e forças de segurança durante este período. Como documentado pela ONU, "a situação de segurança se deteriorou [...] quando grupos de agressores associados à comunidade Walendu, incluindo a CODECO, intensificaram os ataques contra civis e forças de segurança" (UN, 2020e, p. 4, tradução nossa).

A APCLS manteve suas motivações centradas na proteção dos interesses Hunde, mas adaptou sutilmente sua narrativa para incorporar elementos relacionados à crise sanitária. A

Global Security (2012) registrou como o grupo continuou priorizando o controle sobre recursos minerais e a proteção de sua base étnica, mas passou a justificar certas ações, como restrições de movimento, com base em preocupações sanitárias. Tais motivações foram reforçadas pela percepção de que a crise sanitária poderia ameaçar o controle do grupo sobre áreas estratégicas de mineração. O grupo passou a enfatizar seu papel como protetor não apenas dos interesses Hunde, mas também da saúde pública em suas áreas de controle.

No que tange às FARDC, a adaptação das motivações revelou um padrão mais amplo de comportamento institucional, em que crises e mudanças contextuais foram instrumentalizadas para reforçar e legitimar práticas predatórias preexistentes. Em Kivu do Sul, particularmente na região de Baraka, elementos das FARDC estabeleceram um sistema de pontos de controle, implementando cobranças ilegais sob o pretexto de fazer cumprir medidas sanitárias. Esta adaptação das práticas extorsivas mostrou como as motivações econômicas predatórias encontraram novas formas de expressão no contexto da pandemia (ACLED, 2023).

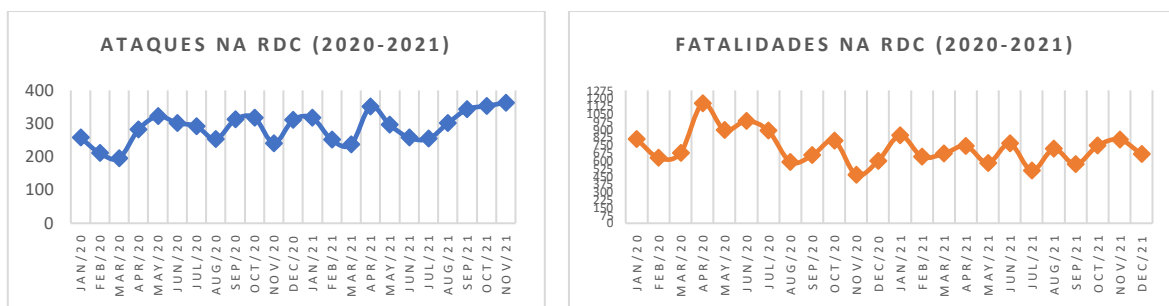
O controle social também ganhou novas dimensões durante este período. Em junho de 2020 na região de Kasai-Oriental, onde agentes da Agência Nacional de Inteligência torturaram um civil após sua prisão por supostamente descumprir medidas higiênicas em um posto de controle. Outro episódio, em janeiro de 2021, elementos das FARDC em Lubumbashi mostraram uma nova dimensão desta adaptação ao conduzirem uma série de ataques noturnos que combinavam violência sexual e roubos. O aumento da violência sexual por forças de segurança foi diretamente associado à imposição do toque de recolher pandêmico (ACLED, 2023). A pandemia forneceu uma nova narrativa de justificação para o exercício de poder coercitivo, permitindo que as forças armadas reconfigurassem suas motivações de controle populacional sob o pretexto de medidas sanitárias.

A análise das adaptações nas motivações dos grupos armados durante a pandemia revela padrões significativos de transformação e instrumentalização do contexto sanitário. Seja através da apropriação das restrições como mecanismo de controle, da adaptação de práticas predatórias ou do desenvolvimento de novas justificativas para violência, os atores armados mostraram notável capacidade de ajustar suas motivações às circunstâncias emergentes. Este processo de adaptação motivacional se refletiu diretamente nos padrões de violência do período, como será analisado na próxima seção.

6.3.2 Mudanças comportamentais

A deterioração da situação de segurança e declarações inflamatórias de líderes locais minaram a confiança nas forças de segurança e defesa congoleesas e na operação de paz . Manifestações anti-MONUSCO e ataques a bases da ONU foram realizados por vários grupos e organizações da sociedade civil em 2021 , enquanto as FARDC aumentaram suas operações contra grupos armados no leste da RDC (UN, 2021d, 2021f). Apesar de um aumento gradual em ataques e fatalidades, o período pós-pandemia experimentou flutuações sem avanços significativos ao longo do período (Gráfico 4).

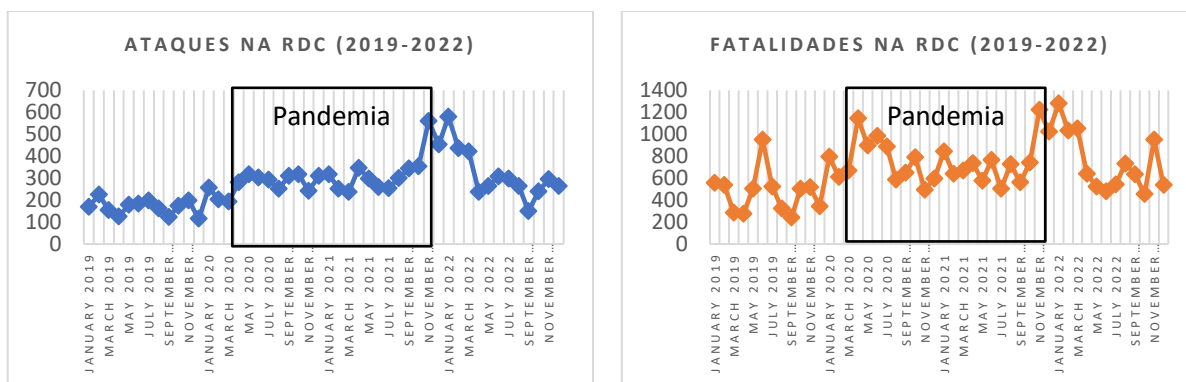
Gráfico 4 – Ataques e fatalidades na RDC (2020-2021)



Fonte: Elaborado pela autora. ACLED. acleddata.com. 13/12/2023

Durante a pandemia, tanto os ataques quanto as fatalidades mostraram maior intensidade em comparação aos anos anteriores e subsequentes, com vários picos de violência intercalados por períodos de menor incidência (Gráfico 5). Os dados indicam um afastamento dos padrões pré-pandêmicos, com ataques e fatalidades durante 2020-2021 mostrando não apenas maior intensidade, mas também picos mais frequentes em comparação aos níveis de 2019. O mesmo pode ser dito das fatalidades, exceto por um pico em abril de 2020, provavelmente relacionado ao conflito crescente na província de Ituri conduzido pela CODECO (Gráfico 5). A morte do líder da CODECO, Ngudjolo Justin, em março "desencadeou lutas internas pelo controle do grupo, que se dividiu em cinco facções, todas realizando ataques" (UN, 2020c).

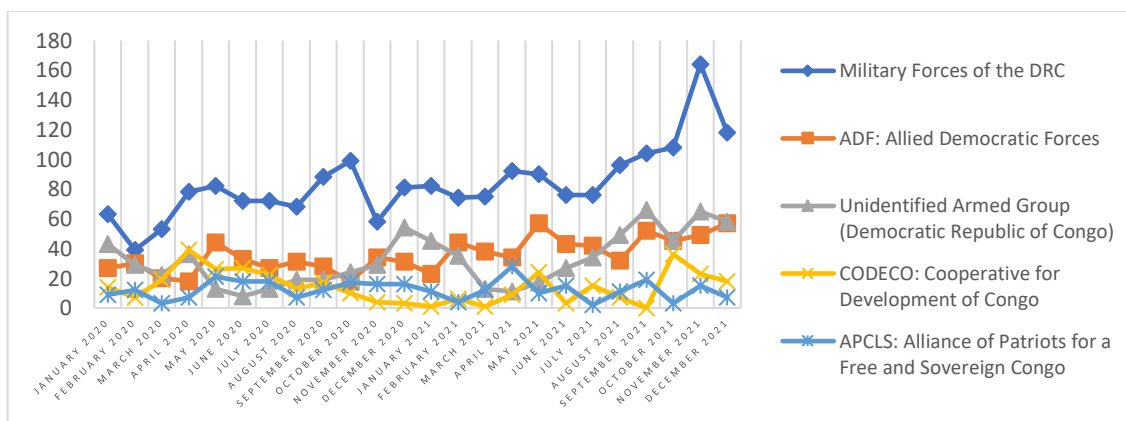
Gráfico 5 – Ataques e fatalidades na RDC (2019-2022)



Fonte: Elaborado pela autora. ACLED. acleddata.com. 13/12/2023

Os grupos mais ativos durante a pandemia foram as ADF, seguidas pela CODECO e APCLS. Consequentemente, as FARDC mantiveram suas operações no Leste (oficial da MONUSCO, sob *Chatham House*), tornando-as as principais instigadoras de ataques durante a pandemia (Gráfico 6).

Gráfico 6 – Os cinco principais grupos armados na RDC (2020-2021)



Fonte: Elaborado pela autora. ACLED. acleddata.com. 13/12/2023

Houve vários incidentes de violência diretamente ligados às medidas da pandemia na RDC, que incluíram: violência policial durante a aplicação de restrições, particularmente em áreas urbanas, resultando em vítimas civis; vários protestos contra o bloqueio foram recebidos com força, e profissionais de saúde foram atacados quando conduziam atividades de resposta à COVID-19 (ACLED, 2023). Os dados sugerem que as restrições da pandemia criaram pontos de atrito entre as forças estatais e os civis. No entanto, os incidentes de violência diretamente ligados à pandemia pareciam estar concentrados em centros urbanos. Em zonas conflituosas do leste da RDC, onde a paisagem é caracterizada por uma rede complexa de atores, questões e

problemas, as medidas governamentais foram particularmente desafiadas e provavelmente influenciadas de forma diferente entre os grupos armados (ACLED, 2023). Cada grande grupo armado representa uma diáde distinta rebelde-governo. Além disso, grupos formam e rompem alianças temporárias, da mesma forma que grupos se dividem e originam novas. Assim, grupos armados podem ter explorado as diferentes condições locais em zonas de conflito.

6.4 Fatores explicativos

A análise do caso da RDC durante a pandemia revela um conjunto de fatores que ajudam a explicar tanto a persistência quanto as adaptações nas dinâmicas de violência. Estes fatores podem ser identificados através de evidências documentadas nos relatórios e dados coletados.

O primeiro fator explicativo relaciona-se à geografia política do conflito. E sua natureza estrutural. A histórica fragmentação do controle territorial no leste da RDC, combinada com as limitações impostas pela pandemia às forças estatais e internacionais, permitiu que grupos armados consolidassem e expandissem suas áreas de influência. Em Ituri, por exemplo, a limitada presença do Estado permitiu que a CODECO estabelecesse sistemas paralelos de controle, incluindo pontos de verificação sanitária que serviam como mecanismos de extorsão. As autoridades minerais estatais foram impedidas de acessar importantes locais de mineração artesanal desde março de 2020, criando vácuos de poder rapidamente preenchidos por grupos armados. Este fator é particularmente relevante considerando que as restrições sanitárias tiveram impacto significativamente menor em áreas rurais e remotas, onde a maioria dos grupos opera, do que em centros urbanos como Goma (Entrevista E, 2025).

O segundo fator diz respeito à economia política do conflito. A pandemia não apenas enfraqueceu mecanismos de supervisão estatal sobre recursos naturais, mas também fortaleceu redes informais de comércio e contrabando. A redução das exportações oficiais de ouro durante o *lockdown*, por exemplo, não significou diminuição do comércio, mas sim sua transferência para canais ilegais mais robustos e conectados. Também foi documentado um aumento do fluxo de tântalo e estanho não certificados do território de Masisi devido ao fechamento das fronteiras provenientes das medidas contra a COVID-19, exacerbando o contrabando. A resiliência destas redes, que mantiveram operações transfronteiriças mesmo durante restrições oficiais, mostrou como estruturas econômicas paralelas se fortaleceram durante a crise (UN, 2020j).

Associado a isso, um terceiro fator foi a dimensão regional do conflito, que continuou exercendo influência significativa. As fronteiras porosas com Uganda, Ruanda e Burundi, embora nominalmente fechadas durante a pandemia, mantiveram-se como rotas cruciais para

redes de apoio e comércio ilícito. Este fator foi particularmente relevante para grupos como as ADF, que dependem de conexões transfronteiriças para sustentação de suas operações.

Um quarto fator crucial refere-se à instrumentalização do contexto pandêmico e a dimensão político-administrativa do conflito. A declaração do estado de emergência em março de 2020 e as subsequentes medidas de restrição criaram dinâmicas de poder. Tanto grupos armados quanto elementos das forças estatais adaptaram seus métodos de controle e exploração, utilizando medidas sanitárias como justificativa para novas formas de violência. O aumento documentado de violência sexual em Lubumbashi após a imposição do toque de recolher e o estabelecimento de pontos de extorsão em Baraka sob pretexto de controle sanitário exemplificam como a pandemia forneceu novas narrativas de legitimação para práticas predatórias.

Um quinto fator significativo relaciona-se à adaptabilidade dos grupos armados em transformar crises em oportunidades de expansão. As ADF, por exemplo, não apenas mantiveram suas operações durante a pandemia, mas desenvolveu novas estratégias de recrutamento e legitimação, apresentando seus territórios como alternativas seguras ao controle estatal e ao vírus. Esta capacidade de adaptação estratégica mostrou como grupos estabelecidos conseguiram utilizar o contexto da pandemia para fortalecer suas posições no sistema de conflito.

O sexto fator explicativo refere-se ao enfraquecimento das operações de paz. A suspensão de projetos de estabilização em Kivu do Norte e a limitação dos voos da MONUSCO apenas para missões críticas reduziram significativamente a capacidade de resposta internacional. A interrupção das rotações dos contingentes por vários meses impactou negativamente os procedimentos de geração de força militar e policial (UN, 2020f, 2020h). Este enfraquecimento operacional das forças internacionais criou vazios de poder que foram rapidamente preenchidos por grupos armados.

Um sétimo fator crucial diz respeito às dinâmicas comunitárias. O fato de muitos grupos armados viverem integrados às comunidades locais criou padrões específicos de controle social durante a pandemia. A forte integração entre combatentes e população civil resultou em um sistema de coerção silenciosa, em que o medo de represálias limitava qualquer possibilidade de denúncia ou resistência às ações dos grupos armados. Esta estreita relação entre grupos armados e populações locais dificultou a implementação de medidas sanitárias e facilitou o estabelecimento de sistemas paralelos de autoridade.

O oitavo fator explicativo relaciona-se à deterioração da confiança nas instituições estatais e internacionais. O aumento das manifestações anti-MONUSCO durante este período,

combinado com a erosão da confiança nas forças de segurança congoleesas, criou um ambiente propício para grupos armados fortalecerem sua legitimidade local como provedores alternativos de segurança e governança.

O nono fator explicativo reside nas dinâmicas étnicas preexistentes. Em Ituri, por exemplo, a CODECO manteve suas operações baseadas em tensões históricas entre as comunidades Lendu e Hema. A pandemia não alterou estas motivações fundamentais, mas proporcionou novas oportunidades para a mobilização de apoio das comunidades étnicas e justificação de ações violentas.

O décimo fator significativo foi a fragilidade dos mecanismos de pacificação preexistentes. As limitações impostas pela pandemia afetaram negativamente iniciativas de paz e programas de desmobilização. Em Ituri, por exemplo, as negociações com facções da CODECO foram comprometidas pelas condições precárias nos centros de acantonamento e pela impossibilidade de manter encontros regulares entre as partes envolvidas.

Em suma, a confluência destes múltiplos fatores (estruturais, econômicos, geográficos, políticos e sociais) criou um ambiente propício para a continuidade e, em alguns casos, intensificação das atividades de grupos armados durante a pandemia. A interação entre estas diferentes dimensões mostrou como a crise sanitária não alterou fundamentalmente as dinâmicas do conflito, mas proporcionou novas oportunidades e justificativas para práticas violentas preexistentes.

6.5 Resultados do caso e impactos no sistema do conflito

Na RDC, observações iniciais indicaram que a influência da pandemia nas ações dos principais grupos armados, apesar de existente, não foi tão pronunciada. A violência e a escalada de atividades armadas no leste do país, continuou a ser "causada por grupos armados e conflitos intercomunitários, pois a turbulência política e a pandemia impactam a capacidade de resposta do governo" (UN, 2020b, tradução nossa), podendo, dessa forma, ser mais associada a questões pré-existentes que propriamente à pandemia. Os principais grupos armados (ADF, CODECO e APCLS) não mudaram significativamente suas motivações ou atividades devido à pandemia da COVID-19, cujo impacto foi ofuscado por fatores pré-existentes, como queixas relacionadas a conflitos motivados por recursos, diversidade étnica e condições socioeconômicas, entre outros. A retração inicial das operações de manutenção da paz provavelmente apresentou uma oportunidade para os grupos tentarem ganhar/recuperar o

controle territorial aproveitando a geografia no leste da RDC. Como alguns grupos aumentaram suas atividades, as FARDC também aumentaram suas operações e vice-versa.

Um primeiro resultado significativo foi a intensificação da violência em padrões específicos. A pandemia, ao invés de promover uma redução nos conflitos conforme esperado pelo apelo do SGNU, criou condições que favoreceram sua escalada. Em Ituri, por exemplo, a fragmentação da CODECO após a morte de seu líder resultou em um aumento expressivo de ataques contra civis. Os dados indicam que a multiplicação de facções dentro do grupo levou a uma competição mais intensa por território e recursos, com cada subgrupo buscando estabelecer sua própria base de poder. Esta intensificação da violência teve implicações diretas para a estabilidade regional, particularmente nas áreas fronteiriças com Uganda e Ruanda, onde o aumento dos deslocamentos populacionais criou pressões sobre comunidades já fragilizadas (UN, 2021d).

A reconfiguração das relações entre grupos armados e comunidades locais emerge como um segundo resultado crucial. A documentação da OHCHR (2020) evidencia como a pandemia alterou fundamentalmente os padrões de governança local em áreas controladas por grupos armados. Os grupos desenvolveram novos mecanismos de controle populacional, justificados inicialmente como medidas sanitárias, que se transformaram em estruturas permanentes de poder local. A APCLS, por exemplo, estabeleceu sistemas de administração que combinavam controle sanitário com exploração econômica, criando uma forma mais sofisticada de governança paralela que sobreviveu ao período mais crítico da pandemia.

A transformação nas dinâmicas transnacionais emerge como um terceiro resultado com implicações particularmente significativas. O fortalecimento das ADF através de sua conexão com Daesh, conforme documentado pelo *Congressional Research Service* (2022), provocou mudanças que transcenderam as fronteiras da RDC. O grupo não apenas alterou suas táticas operacionais, adotando métodos mais sofisticados de violência, mas também estabeleceu novas redes de financiamento e logística que conectam o leste do Congo a circuitos internacionais de grupos extremistas. Esta internacionalização do conflito criou desafios de segurança para toda a região dos Grandes Lagos, exigindo respostas coordenadas que vão além das capacidades individuais dos Estados afetados.

O enfraquecimento da legitimidade das instituições internacionais representa um quarto resultado com consequências sistêmicas profundas. A redução das atividades da MONUSCO durante a pandemia produziu efeitos que se estenderam muito além das considerações operacionais imediatas. A incapacidade da missão de manter suas operações regulares em um momento de crise aguda afetou severamente sua credibilidade junto às populações locais. Este

impacto foi amplificado por manifestações anti-MONUSCO que questionavam não apenas a eficácia da missão, mas o próprio modelo de operações de paz da ONU em contextos de conflito complexo. A erosão da confiança nas instituições internacionais criou um vácuo que grupos armados rapidamente exploraram para fortalecer sua própria legitimidade local (UN, 2021f).

A transformação nos padrões de exploração e comercialização de recursos naturais constitui um quinto resultado com implicações econômicas e securitárias significativas. O relatório S/2020/919 da ONU documentou como os grupos armados não apenas mantiveram, mas sofisticaram seus mecanismos de controle sobre recursos minerais durante a pandemia. A redução da supervisão internacional e o enfraquecimento dos mecanismos estatais de controle permitiram o desenvolvimento de novos circuitos de comércio ilícito. Estas redes, que frequentemente envolvem atores em múltiplos países, criaram dinâmicas de interdependência econômica que complicam significativamente os esforços de estabilização regional (UN, 2020f).

A fragmentação do controle territorial representa um sexto resultado com profundas implicações para a estabilidade regional. A pandemia acelerou um processo de atomização do poder no leste da RDC. A multiplicação de facções da CODECO é particularmente ilustrativa: o grupo, que anteriormente mantinha uma estrutura relativamente coesa, fragmentou-se em múltiplas unidades que passaram a competir não apenas com outros grupos armados, mas também entre si. Esta fragmentação criou um mosaico complexo de autoridades locais que tornou praticamente impossível qualquer negociação abrangente de paz. O impacto desta atomização do poder transcende as fronteiras congolenses, afetando a estabilidade de toda a região dos Grandes Lagos ao criar zonas de instabilidade que servem como santuários para grupos armados de países vizinhos (UN, 2021d).

A reconfiguração das alianças entre grupos armados emerge como um sétimo resultado sistêmico significativo. A pandemia catalisou mudanças nas relações entre diferentes grupos, criando novas dinâmicas de cooperação e conflito. Grupos que tradicionalmente operavam de forma independente desenvolveram alianças táticas para enfrentar desafios comuns impostos pela crise sanitária, enquanto antigas coalizões se fragmentaram sob pressão das novas circunstâncias. Estas mudanças nas relações entre grupos armados tiveram implicações diretas para os padrões de violência e controle territorial, criando complexidades para esforços de estabilização regional (UN, 2021f).

A transformação nas relações entre grupos armados e populações civis constitui um oitavo resultado com impactos duradouros. A OHCHR (2020) registra como os grupos desenvolveram novos mecanismos de controle social durante a pandemia, frequentemente

combinando coerção com provisão de serviços básicos em áreas onde o Estado estava ausente. Esta evolução nos padrões de governança local criou formas de legitimidade que sobreviveram ao período mais crítico da crise sanitária, estabelecendo precedentes que podem influenciar futuros arranjos de poder em zonas de conflito.

Estes resultados e impactos sistêmicos mostraram como a pandemia atuou como um catalisador de transformações profundas no sistema de conflito da RDC. Embora não tenha alterado fundamentalmente as causas subjacentes da violência, a pandemia da COVID-19 acelerou tendências preexistentes e criou dinâmicas que podem seguir influenciando o panorama regional mesmo após seu término. A complexidade destes resultados oferece importantes lições sobre como choques externos podem interagir com sistemas de conflito para produzir transformações significativas nas dinâmicas de violência e poder.

A tabela abaixo resumiu as principais motivações dos principais grupos e as atividades que eles realizaram para tirar proveito da pandemia.

Tabela 3 - Motivações e atividades dos grupos armados na RDC

Grupo	Motivações	Mudança nas motivações durante a pandemia	Vantagem da pandemia	Postura durante a pandemia
ADF	Conflito baseado em identidade - ideologia jihadista	Não	Sim	Aumento dos ataques - Comunidades locais impactadas
CODECO	Tensões étnicas Lendu-Hema - Controle sobre os recursos	Não	Sim	Manutenção dos compromissos militares – Estabilidade política impactada – Reforço do recrutamento e das reivindicações étnicas
APCLS	Conflitos étnicos - Influência política	Não	Não	Manutenção das atividades armadas - Dinâmica de conflito impactada - Sem mudanças nas motivações e atividades
FARDC	Manutenção da autoridade estatal; Estabilização territorial	Não	Sim	Estabelecimento de novos pontos de controle; Intensificação de práticas predatórias; Uso de medidas sanitárias para extorsão e violência

Fonte: Elaborado pela autora.

7 CONCLUSÃO

A pandemia da COVID-19, embora inicialmente esperou-se que pudesse reduzir potencialmente os conflitos por conta das restrições de movimento e preocupações com a saúde, acabou servindo como um catalisador que influenciou a dinâmica desses. A investigação sobre os fatores relacionados às diferentes posturas adotadas pelos grupos armados durante a pandemia revelou que seus objetivos e interesses estratégicos previamente estabelecidos foram determinantes em suas respostas à crise, com a pandemia funcionando mais como uma oportunidade para avançar agendas existentes do que como um fator que alterou fundamentalmente suas motivações. Nossa análise mostrou que a exploração das condições da pandemia variou significativamente com base nas orientações ideológicas e capacidades operacionais dos grupos armados. Esta conclusão, que confirma nossa primeira hipótese, emergiu da análise sistemática dos casos da RCA e RDC, nos quais observamos que as adaptações e ações dos grupos durante a crise sanitária mantiveram forte alinhamento com seus objetivos preexistentes.

A segunda hipótese, que propunha que os grupos armados poderiam ter instrumentalizado o contexto da pandemia de diferentes formas para fortalecer sua legitimidade e posição nos conflitos, também encontrou algum suporte nas evidências, embora de forma menos robusta. Enquanto observamos tentativas de instrumentalização do contexto pandêmico, especialmente através de narrativas que questionavam a legitimidade estatal, estas parecem ter sido secundárias em relação à continuidade dos objetivos estratégicos fundamentais dos grupos.

Os fatores que explicam essas diferentes posturas podem ser identificados em múltiplos níveis de análise. No nível micro, as características organizacionais dos grupos (como sua estrutura de comando, base de recursos e capacidade operacional) influenciaram diretamente sua capacidade de adaptação ao contexto pandêmico. Grupos com estruturas mais robustas e bases de recursos diversificadas, como as ADF na RDC, mostraram maior resiliência e capacidade de manter ou até intensificar suas operações.

No nível meso, as interações entre diferentes atores no sistema de conflito emergiram como fatores cruciais. As relações entre grupos armados, forças governamentais e OPs sofreram transformações significativas durante a pandemia. Na RCA, por exemplo, a formação da CPC mostrou novas configurações de alianças entre grupos tradicionalmente rivais ainda que em contexto da crise. Na RDC, a interação entre as FARDC e grupos armados revelou padrões complexos de competição e, por vezes, cooperação tácita no controle territorial.

No nível macro, fatores estruturais e o impacto do choque externo da pandemia manifestaram-se de formas distintas nos dois casos. A fragilidade estatal preexistente, as dinâmicas regionais e as redes transnacionais sobressaíram ao impacto da crise sanitária. Mas, o fortalecimento das redes ilegais de comércio na RDC e a expansão da influência do Grupo Wagner na RCA exemplificam como condições estruturais interagiram com o contexto pandêmico para produzir novos desafios à estabilidade regional.

A análise dos casos da RCA e da RDC revelou *insights* importantes sobre como grupos armados respondem a choques externos em contextos de conflito prolongado. Embora compartilhem certas características estruturais, como a fragilidade estatal e a presença de recursos naturais disputados, as diferentes respostas dos grupos armados na RCA e RDC mostraram como os impactos de uma crise global são moldados pelas dinâmicas específicas de cada contexto local.

Esta diferença foi evidenciada já nas respostas ao apelo de cessar-fogo global do SGNU. As diferentes respostas revelaram como alguns grupos armados podem usar iniciativas internacionais para buscar legitimidade e reconhecimento político, mesmo que suas ações no terreno não reflitam os compromissos declarados. Na RCA, a FDPC e o 3R declararam publicamente sua adesão ao cessar-fogo, mas a análise das evidências sugere que estas declarações foram principalmente táticas, sem resultar em mudanças substantivas em suas operações. Na RDC, por outro lado, observou-se uma resistência ao apelo por cessar-fogo, com grupos como as ADF, CODECO e APCLS mantendo e até intensificando suas atividades durante a pandemia. O impacto limitado do apelo sobre o comportamento dos grupos armados mostrou como fatores estruturais e conjunturais preexistentes em cada contexto foram mais determinantes.

Na RCA, a pandemia não apenas falhou em reduzir a violência, mas criou condições que facilitaram novas configurações do conflito. Observamos a formação de novas coalizões, como a CPC, que transcenderam divisões étnico-religiosas históricas. O comportamento do Grupo Wagner durante a pandemia evidencia como atores externos podem explorar crises globais para fortalecer sua posição. Enquanto outros atores internacionais reduziram suas atividades seguindo protocolos sanitários, o grupo expandiu suas operações, alterando significativamente o equilíbrio de poder local. Esta dinâmica mostrou como crises globais podem criar oportunidades para atores com maior flexibilidade operacional em países que vivenciam conflitos.

Na RDC, o fortalecimento de redes ilegais de comércio mostrou que grupos armados não apenas mantiveram suas operações, mas encontraram formas de explorar as

vulnerabilidades criadas pela crise sanitária. Nesse aspecto, a dimensão transnacional dos conflitos emergiu como outro fator crucial para compreender as respostas dos grupos à pandemia. A aliança das ADF com o Daesh na RDC e as conexões transfronteiriças dos grupos na RCA mostraram como redes internacionais podem influenciar significativamente a capacidade dos grupos de manter operações mesmo durante crises globais.

Outra descoberta particularmente significativa observada em ambos os casos foi o comportamento das forças armadas nacionais. Tanto as FACA quanto as FARDC manifestaram novas formas de controle e exploração. Na RDC, as FARDC estabeleceram pontos de controle e impuseram taxas ilegais sob justificativa de implementação de restrições relacionadas à COVID-19. Na RCA, a parceria das FACA com o Grupo Wagner durante este período resultou em operações que frequentemente se assemelhavam mais às práticas de grupos armados não estatais.

Os resultados mostraram que seis dos oito grupos armados estudados tentaram tirar vantagem da pandemia. Mas, as evidências indicam que a pandemia não foi um fator significativo nos conflitos abordados nesta dissertação. A pandemia não confirmou o temor inicial de danos à população nem causou mudanças substanciais nos conflitos na RDC e RCA. Ou seja, embora os grupos armados tenham buscado tirar vantagem da pandemia, ela reforçou condições pré-existentes em vez de adicionar substancialmente novas mudanças nos conflitos estudados.

A relação entre as condições da pandemia e a violência se manifestou por meio de vários mecanismos principais: primeiro, as restrições de movimento e as medidas de saúde afetaram as capacidades operacionais dos grupos armados de forma diferente, dependendo de seu controle territorial e bases de recursos. Segundo, grupos com fortes fundamentos ideológicos mostraram maior resiliência na manutenção de atividades apesar das restrições. Terceiro, a pressão da pandemia sobre os recursos estatais (efetivos militares e policiais) e as OPs (redução da capacidade operativa) criou oportunidades para os grupos armados expandirem sua influência e intensificarem suas operações, particularmente em áreas de presença estatal limitada.

A análise sistemática de dois sistemas de conflito distintos durante a pandemia mostrou que grupos armados não são meros receptores passivos de choques externos, mas atores estratégicos capazes de transformar restrições em oportunidades de fortalecimento e expansão. Tanto grupos armados quanto forças governamentais utilizaram restrições relacionadas à COVID-19 como justificativa para novas formas de controle e exploração, evidenciando como

crises globais podem ser localmente reinterpretadas e utilizadas para fortalecer sistemas paralelos de autoridade.

Um achado particularmente relevante em termos de política internacional é o impacto da pandemia sobre a legitimidade das OPs. Tanto a MINUSCA quanto a MONUSCO enfrentaram desafios significativos à sua credibilidade durante este período, não apenas devido às restrições operacionais impostas pela pandemia, mas também pela capacidade dos grupos armados de explorar estas limitações para fortalecer suas próprias posições. Isso foi amplamente alcançado por meio de campanhas de (des)informação contra forças internacionais (incluindo a ONU), além de acusações sobre os governos de não serem capazes de lidar adequadamente com a pandemia, do vírus ter sido transmitido por *peacekeepers*, e até mesmo apresentando o vírus como uma punição divina.

O estudo revelou que iniciativas globais frequentemente falham por não conseguirem se adaptar adequadamente às dinâmicas locais de poder e legitimidade. Em contextos de conflito, abordagens que não consideram as especificidades de cada sistema e se apoiam em protocolos puramente técnicos tendem a ter eficácia limitada. O fracasso do apelo por um cessar-fogo global em produzir resultados concretos, mesmo em casos de adesão formal, mostrou como respostas a crises internacionais precisam ser calibradas às realidades específicas de cada contexto.

Por isso, a análise sistêmica empregada neste estudo mostrou-se particularmente útil para compreender como choques externos interagem com dinâmicas locais de conflito. A capacidade de traçar as interações entre diferentes níveis de análise fornece *insights* valiosos para futuros estudos sobre conflitos armados. Outra contribuição adveio da decisão de analisar não apenas grupos armados não estatais tradicionais, mas também forças armadas nacionais que apresentaram padrões similares de comportamento durante a crise. Isso mostrou a importância de abordagens metodológicas flexíveis que possam capturar a complexidade real das dinâmicas de conflito. Além disso, a metodologia desenvolvida neste estudo, combinando análise de eventos violentos com investigação das adaptações dos grupos armados, oferece um modelo promissor para futuras pesquisas sobre impactos de choques externos em sistemas de conflito. A identificação dos principais condutores de violência através dos dados do ACLED, seguida pela análise de suas adaptações e motivações, permitiu uma compreensão mais nuançada de como diferentes tipos de grupos armados respondem a crises sistêmicas.

A intenção não é fornecer um estudo completo, mas sim uma visão geral da realidade no terreno para os dois casos com base em observações empíricas iniciais. Os fatores e as evidências apresentados neste estudo resultam da análise de documentos oficiais da ONU,

relatórios de organizações internacionais, dados do ACLED sobre eventos violentos, artigos acadêmicos e livros, e entrevistas realizadas com ex-*peacekeepers* brasileiros no Rio de Janeiro (Brasil) e com componentes militares, civis e de ONGs em Goma (RDC). Embora outros elementos possam influenciar as dinâmicas dos conflitos, esta dissertação se concentrou nos fatores que puderam ser identificados e analisados considerando as limitações inerentes a uma dissertação de mestrado: restrições de tempo, recursos financeiros limitados para pesquisa de campo, e acesso condicionado a determinadas fontes e localidades. A própria situação de segurança nas áreas de conflito e a complexidade de acesso a certos atores e regiões impuseram limitações adicionais ao escopo da pesquisa. Não obstante estas restrições, esperamos que os resultados obtidos contribuam para os debates sobre como crises globais afetam conflitos, particularmente em relação às variações nos níveis de violência e aos fatores que moldam o comportamento dos grupos armados.

REFERÊNCIAS

ABDENUR, Adriana Erthal; KUELE, Giovanna. **República Centro-Africana: raízes históricas e causas imediatas do conflito**. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, 2017.

ABOA, Ange. UPDATE 1-C.African Republic army chiefs pledge allegiance to coup leader. **Reuters**, London, 28 mar. 2013. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/centralafrica-rebels/update-1-c-african-republic-army-chiefs-pledge-allegiance-to-coup-leader-idUSL5N0CK3RY20130328>. Acesso em: 19 dez. 2022.

ACLED. **Coronavirus-Related Events in ACLED Data**. Washington, 2023. Disponível em: <https://acleddata.com/knowledge-base/coronavirus-related-events-in-the-acled-dataset/>. Acesso em: 6 jan. 2025.

ADDAI, Beatrice Wiafe; NGWA, Wilfred. **The puzzle of the COVID-19 pandemic in Africa**. Washington: American Association for the Advancement of Science, 2021.

AEMBE, Bwimana; DIJKZEUL, Dennis. **Humanitarian governance and the consequences of the state fragility discourse in DRC's health sector**. London: Secure Livelihoods Research Consortium, 2018.

AFP. CAR president dissolves government, vows unity. **Taipei Times**, Taipei, 20 jan. 2009. p. 6. Disponível em: <https://www.taipeitimes.com/News/world/archives/2009/01/20/2003434210>. Acesso em: 19 dez. 2022.

AFP. Militia in Eastern DRC agrees to stop attacks. **The EastAfrican**, Kabete, 24 ago. 2020. Disponível em: <https://www.theeastafrican.co.ke/tea/news/central-africa/militia-in-eastern-drc-agrees-to-stop-attacks--1924256>. Acesso em: 22 dez. 2022.

AGBONIFO, John. **Nonstate Armed Groups, Leadership, and Sanctions Effectiveness**. African Security, London, v. 14, n. 1, p. 27–54, 2021.

AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz. A complexidade dos conflitos contemporâneos na África: algumas reflexões. **Unesp Ciência**, Marília, v. 9, n. 93, p. 10–13, 2018a. Disponível em: www.unesp-ciencia.com.br.

AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz. Conflitos contemporâneos na África: ferramentas e técnicas auxiliam a análise. **Unesp Ciência**, Marília, v. 9, n. 94, p. 7–21, 2018b. Disponível em: Acesso em: 20 nov. 2022.

AGUILAR, Sergio Luiz Cruz *et al.* **O Uso da Força nas Operações de Paz e o Direito Internacional: Algumas Considerações**. Rio de Janeiro: Ministério da Defesa, 2016. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cadn/artigos/XIII_cadn/o_uso_da_forca_nas_operacoes_de_paz_e_o_direito_internacional_algumas_consideracoes_2.pdf. Acesso em: 21 dez. 2022.

ALBERT, Karen E. What is rebel governance? Introducing a new dataset on rebel institutions, 1945–2012. **Journal of Peace Research**, Oslo, v. 59, n. 4, p. 622–630, 2022.

ANSORG, Nadine. How Does Militant Violence Diffuse in Regions? Regional Conflict Systems in International Relations and Peace and Conflict Studies. **International Journal of Conflict and Violence**, Bielefeld, v. 5, n. 1, p. 173–187, 2011.

ANSORG, Nadine. Wars without borders: Conditions for the development of regional conflict systems in sub-Saharan Africa. **International Area Studies Review**, Seoul, v. 17, n. 3, p. 295–312, 2014.

ARADAU, Claudia *et al.* Critical approaches to security in Europe: A networked manifesto. **Security Dialogue**, Oslo, v. 37, n. 4, p. 443–487, 2006.

ARIEFF, Alexis. **Crisis in the Central African Republic**. Washington: Congressional Research Service, 2014. Disponível em: <https://www.crisisgroup.org/africa/central-africa/central-african-republic>. Acesso em: 17 nov. 2022.

ARJONA, Ana. Civilian Cooperation and Non-Cooperation with Non-State Armed Groups: The Centrality of Obedience and Resistance. **Small Wars and Insurgencies**, London, v. 28, n. 4–5, p. 755–778, 2017.

ASATRYAN, Georgi. Nonstate warfare: the military methods of guerillas, warlords, and militias. **Global Change, Peace & Security**, London, v. 34, n. 1, p. 77–78, 2022. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/14781158.2021.2012756>.

AVRUCH, Kevin. Culture theory, culture clash, and the practice of conflict resolution. In: SANDOLE, Dennis J *et al.* (org.). **Handbook of Conflict Analysis and Resolution**. London: Routledge, 2009. p. 241–255.

AZAR, Edward E. **The management of protracted social conflict: theory and cases**. Dartmouth: Aldershot, 1990.

BALCELLS, Laia. **Rivalry and revenge: The politics of violence during civil war**. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

BALCELLS, Laia; KALYVAS, Stathis N. Does Warfare Matter? Severity, Duration, and Outcomes of Civil Wars. **Journal of Conflict Resolution**, Pennsylvania, v. 58, n. 8, p. 1390–1418, 2014.

BANKS, Michael. Systems Analysis and the Study of Regions. **International Studies Quarterly**, Tucson, v. 13, n. 4, p. 335–360, 1969. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3013599>. Acesso em: 15 jan. 2016.

BARTH, Fredrik. **Grupos étnicos e suas fronteiras**. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

BASEDAU, Matthias; DEITCH, Mora. **One Year After: Has the COVID-19 Pandemic Increased Violence in Sub-Saharan Africa?** Hamburg: GIGA Institute, 2021. Disponível em: <https://www.giga-hamburg.de/en/publications/giga-working-papers/after-covid-19-pandemic-increased-violence-sub-saharan-africa>. Acesso em: 17 jan. 2025.

BASIT, Abdul. COVID-19: a challenge or opportunity for terrorist groups?. **Journal of Policing, Intelligence and Counter Terrorism**, London, v. 15, n. 3, p. 263–275, 2020.

BAYBARS-HAWKS, Banu; UZUNOGLU, Sarphan. Non-state actors in conflicts: conspiracies, myths, and practices. In: HAWKS, Banu Baybars (org.). **Non-state actors in conflicts: conspiracies, myths, and practices**. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars, 2018. p. 222.

BAZZI, Samuel; BLATTMAN, Christopher. **Economic Shocks and Conflict: The (Absence of?) Evidence from Commodity Prices**. Washington: Center for Global Development, 2011. Disponível em: www.cgdev.org.

BERG, Patrick. A Crisis-Complex, Not Complex Crises: Conflict Dynamics in the Sudan, Chad, and Central African Republic Tri-Border Area. **Central African Conflict Dynamics**, Cambridge, p. 72–86, 2008.

BERGHOLT, Drago. **Natural disasters, economic growth and armed civil conflict**. 2010. Dissertação de Mestrado - Norwegian University of Science and Technology, Trondheim, 2010.

BERMAN, Nicolas *et al.* **Shutdown Policies and Worldwide Conflict**. Orange: Chapman University, 2020. Disponível em: https://digitalcommons.chapman.edu/esi_working_papers. Acesso em: 8 fev. 2025.

BLOEM, Jeffrey R.; SALEMI, Colette. COVID-19 and conflict. **World Development**, Amsterdam, v. 140, 2021.

BOSUANDOLE, Marthe. **Trapped: DR Congo Villagers Caught Between Army And Gun-toting Sect**. London: Barron's, 2020. Disponível em: <https://www.barrons.com/articles/trapped-drcongo-villagers-caught-between-army-and-gun-toting-sect-01600961104>. Acesso em: 22 dez. 2022.

BOUCKAERT, Peter. Central African Republic: "Scene of absolute horror". **BBC News**, London, 30 jan. 2014. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-africa-25946920>. Acesso em: 4 fev. 2025.

BOUVY, Alexis. **Local Voices – Armed Militias in Masisi**. Brussels: Search for Common Ground, 2014. Disponível em: <https://www.sfcg.org/local-voices-armed-militias-in-masisi/>. Acesso em: 23 dez. 2022.

BRANCATI, Dawn. Political Aftershocks: The Impact of Earthquakes on Intrastate Conflict. **Journal of Conflict Resolution**, Pennsylvania, v. 51, n. 5, p. 715–743, 2007.

BRANCATI, Dawn; BIRNIR, Jóhanna; IDLBI, Qutaiba. Locking Down Violence: The COVID-19 Pandemic's Impact on Non-State Actor Violence. **American Political Science Review**, Washington, v. 117, n. 4, p. 1327–1343, 2023.

BRESLAWSKI, Jori. Armed Groups and Public Health Emergencies: A Cross-Country Look at Armed Groups' Responses to Covid-19. **Journal of Global Security Studies**, Oxford, v. 7, n. 1, 2022.

BRESLAWSKI, Jori; IVES, Brandon. Movement under state and non-state authorities during COVID-19: Evidence from Lebanon. **SSM - Population Health**, Amsterdam, v. 19, 2022.

BRINKERHOFF, Jennifer M. **Diasporas and conflict societies: Conflict entrepreneurs, competing interests or contributors to stability and development?**. Washington: GW Elliott School of International Affairs, 2011.

BRUBAKER, Rogers; LAITIN, David D. Ethnic and Nationalist Violence. **Annual Review of Sociology**, Palo Alto, v. 24, p. 423–452, 1998. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/223488>. Acesso em: 5 abr. 2024.

BRÜCK, Tilman; DE GROOT, Olaf J.; BOZZOLI, Carlos. How Many Bucks in a Bang: On the Estimation of the Economic Costs of Conflict. In: GARFINKEL, Michelle R.; SKAPERDAS, Stergios (org.). **The Oxford Handbook of the Economics of Peace and Conflict**. Oxford: Oxford University Press, 2012.

BUHAUG, Halvard. Relative Capability and Rebel Objective in Civil War. **Journal of Peace Research**, Oslo, v. 43, n. 6, p. 691–708, 2006. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0022343306069255>.

BUKARTI, Audu Bulama. **How Is Boko Haram Responding to Covid-19?**. London: Tony Blair Institute for Global Change, 2020. Disponível em: <https://www.institute.global/insights/public-services/how-boko-haram-responding-covid-19>. Acesso em: 18 ago. 2023.

BURTON, John. Human Needs Theory. In: **Conflict: Resolution and Prevention**. New York: St Martin's Press, 1990. p. 36–48.

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole. **Regions and Powers**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/product/identifier/9780511491252/type/book>.

BUZAN, Barry.; WÆVER, Ole. **Regions and powers: the structure of international security**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. Disponível em: <https://ir101.co.uk/wp-content/uploads/2018/11/Buzan-Waever-2003-Regions-and-Powers-The-Structure-of-International-Security.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2024.

CAMPOS, Ligia Maria Caldeira Leite *et al.* O Conflito na República Centro Africana. **Série Conflitos Internacionais**, Marília, v. 3, n. 1, 2016. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/observatoriodeconflitosinternacionais/publicacao---o-conflito-na-republica-centro-africana.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2022.

CAREY, Sabine C.; MITCHELL, Neil J.; LOWE, Will. States, the security sector, and the monopoly of violence: A new database on pro-government militias. **Journal of Peace Research**, Oslo, v. 50, n. 2, p. 249–258, 2013. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/0022343312464881>. Acesso em: 30 abr. 2024.

CARREIRAS, Helena *et al.* **COVID-19 e segurança humana**. Lisboa: Instituto Universitário Militar, 2020.

CAR'S Djotodia dissolves Seleka rebel group. **France 24**, Paris, 2013. Disponível em: <https://www.france24.com/en/20130913-central-african-republic-djotodia-dissolves-seleka-rebel-group>. Acesso em: 30 nov. 2023.

CEDERMAN, Lars Erik; GIRARDIN, Luc. Beyond Fractionalization: Mapping Ethnicity onto Nationalist Insurgencies. **The American Political Science Review**, Washington, v. 101, n. 1, p. 173–185, 2007.

CEDERMAN, Lars-Erik; GLEDITSCH, Kristian Skrede; BUHAUG, Halvard. **Inequality, Grievances, and Civil War**. New York: Cambridge University Press, 2013.

CEDERMAN, Lars Erik; VOGT, Manuel. Dynamics and Logics of Civil War. **Journal of Conflict Resolution**, Pennsylvania, v. 61, n. 9, p. 1992–2016, 2017.

CEDERMAN, Lars-Erik; WIMMER, Andreas; MIN, Brian. Why do Ethnic groups rebel? New data and analysis. **World Politics**, Cambridge, v. 62, n. 1, p. 87–119, 2010. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/40646192>. Acesso em: 25 maio 2016.

CENTRAL African Republic "descending into chaos" - UN. **BBC News**, London, 2013. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-africa-25095471>. Acesso em: 19 dez. 2022.

CENTRAL African Republic Democratic Republic of the Congo Locator. 2020. 1 imagem. Usuário: Aquintero82. Licença Creative Commons Attribution-Share Alike 4.0 International. Disponível em: https://en.m.wikipedia.org/wiki/File:Central_African_Republic_Democratic_Republic_of_the_Congo_Locator.png. Acesso em: 10 fev. 2024.

CERVELLATI, Matteo; SUNDE, Uwe; VALMORI, Simona. Pathogens, Weather Shocks and Civil Conflicts. **Economic Journal**, Oxford, v. 127, n. 607, p. 2581–2616, 2017.

CHABAL, Patrick; DALOZ, Jean-Pascal. **Africa works: disorder as political instrument**. Oxford: International African Institute in association with James Currey, 1999.

CHAROUNTAKI, Marianna. State and non-state interactions in international relations: An alternative theoretical outlook. **British Journal of Middle Eastern Studies**, London, v. 45, n. 4, p. 528–542, 2018.

CLAUSEWITZ, Carl Von. **Da guerra**. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

CLEMENTS, Kevin P. **What is legitimacy and why does it matter for peace?**. London: Conciliation Resources, 2014. Disponível em: https://rc-services-assets.s3.eu-west-1.amazonaws.com/s3fs-public/accord25_WhatIsLegitimacy_0.pdf. Acesso em: 27 jun. 2023.

COLEMAN, Peter T. *et al.* Protracted Conflicts as Dynamical Systems. In: HONEYMAN, Christopher; SCHNEIDER, Andrea Kupfer (org.). **The negotiator's fieldbook: The desk reference for the experienced negotiator**. Chicago: American Bar Association, 2006. p. 61–74.

COLEMAN, Peter T; BUI-WRZOSINSKA, Lan; NOWAK, Andrzej. **Toward a Dynamical Model of Power and Conflict**. Chicago: International Association of Conflict Management, 2008.

COLLIER, Paul; HOFFFLER, Anke. Greed and grievance in civil war. **Oxford Economic Papers**, Oxford, v. 56, n. 4, p. 563–595, 2004.

COLLIER, Paul; HOFFLER, Anke; ROHNER, Dominic. Beyond greed and grievance: feasibility and civil war. **Oxford Economic Papers**, Oxford, v. 61, n. 1, p. 1–27, 2009.

COMITÉ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA (ICRC). **Conflict in the Kivus**. Geneva: ICRC, 2010. Disponível em: <https://casebook.icrc.org/case-study/democratic-republic-congo-conflict-kivus>. Acesso em: 10 out. 2022.

CONCILIATION RESOURCES. Resisting the lure of armed groups: youth in the Central African Republic. **Conciliation Resources**, London, dez. 2021. Disponível em: <https://www.c-r.org/news-and-insight/resisting-lure-armed-groups-youth-central-african-republic>. Acesso em: 7 out. 2022.

CONGRESSIONAL RESEARCH SERVICE. **The Allied Democratic Forces, an Islamic State Affiliate in the Democratic Republic of Congo**. Washington: CRS, 2022. Disponível em: [https://crsreports.congress.gov/product/pdf/IF/IF12206/2#:~:text=Democratic%20Republic%20of%20Congo,-The%20Allied%20Democratic&text=The%20Islamic%20State%20\(IS%2C%20aka,Organization%20\(FTO\)%20in%202021](https://crsreports.congress.gov/product/pdf/IF/IF12206/2#:~:text=Democratic%20Republic%20of%20Congo,-The%20Allied%20Democratic&text=The%20Islamic%20State%20(IS%2C%20aka,Organization%20(FTO)%20in%202021). Acesso em: 17 nov. 2022.

COOK, Alethia H.; LOUNSBERRY, Marie Olson. **Conflict dynamics: civil wars, armed actors and their tactics**. Athens: The University of Georgia Press, 2017.

CORAZZA, Tania. **Rebel Groups and Guerrilla Warfare in Sub-Saharan Africa: Implications in the Central African Republic**. 2017. Dissertação (Mestrado em Políticas de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento) - Universidade do Sagrado Coração, Milão, 2017.

CORRADI, Edoardo. Beyond Armed Competition: The Logic of Rebel Groups' Alliance Formation. **Civil Wars**, London, v. 25, n. 2–3, p. 249–267, 2023.

CRONJÉ, Justin. **African Peacekeeping Operations: The Impact of COVID-19**. Paris: Defense Info, 2020. Disponível em: <https://defense.info/global-dynamics/2020/07/african-peacekeeping-operations-the-impact-of-covid-19/>. Acesso em: 27 jun. 2022.

DAY, Adam. The Best Defense Is No Offense: Why Cuts to UN Troops in Congo Could Be a Good Thing. **Small Wars Journal**, Washington, 2017. Disponível em: smallwarsjournal.com/jrnl/art/the-best-defense-is-no-offense-why-cuts-to-un-troops-in-congo-could-be-a-good-thing. Acesso em: 27 nov. 2022.

DE CONING, Cedric. COVID-19 and the Resilience of Africa's Peace and Security Networks. **African Security**, London, v. 14, n. 4, p. 341–369, 2021.

DE CONING, Cedric. The Impact of COVID-19 on Peace Operations. **Global Observatory**, New York, 2 abr. 2020. Disponível em: <https://theglobalobservatory.org/2020/04/impact-covid-19-peace-operations/>. Acesso em: 21 maio 2024.

DÉCLARATION de solidarité face à la pandémie de COVID-19. Bouar: 3R, 2020a. Disponível em: https://hdcentre.org/wp-content/uploads/2022/09/Declaration-solidarite-Covid-19_3R.pdf. Acesso em: 18 out. 2021.

DÉCLARATION de solidarité face à la pandémie de COVID-19. Bouar: FDPC, 2020b. Disponível em: https://hdcentre.org/wp-content/uploads/2022/09/Declaration-solidarite-Covid-19_FDPC-1.pdf. Acesso em: 18 out. 2021.

DENNY, Elaine K.; WALTER, Barbara F. Ethnicity and civil war. **Journal of Peace Research**, Oslo, v. 51, n. 2, p. 199–212, 2014.

DESMIDT, Sophie; NEAT, Ashley. **COVID-19 in Africa: driver of conflict, or too early to tell?**. Brussels: European Centre for Development Policy Management, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/342657707_COVID-19_in_Africa_Driver_of_conflict_or_too_early_to_tell. Acesso em: 27 dez. 2022.

DIATTA, Mohamed M. Will the latest Central African Republic peace deal hold?. **Institute for Security Studies**, Pretoria, 2019. Disponível em: <https://issafrica.org/iss-today/will-the-latest-central-african-republic-peace-deal-hold>. Acesso em: 20 dez. 2022.

DJUKIC, Djordje; CENTANNI, Evan. Central African Republic Control Map & Timeline- July 2021. **Political Geography Now**, Montreal, 20 jul. 2021. Disponível em: <https://www.polgeonow.com/2021/07/who-controls-the-central-african-republic-2021.html>. Acesso em: 4 jan. 2023.

DOMENICI, Kathy; LITTLEJOHN, Stephen W. **Mediation: Empowerment in Conflict Management**. 2. ed. Long Grove: Waveland Press, 2001.

DUDOUET, Veronique. **Transitions from Violence to peace: revisiting analysis and intervention in conflict transformation**. Berlin: Berghof Research Center for Constructive Conflict Management, 2006.

DUKHAN, Nathalia. **Dangerous Divisions: The Central African Republic faces the threat of secession**. Washington: The Enough Project, 2017a. Disponível em: http://enoughproject.org/files/Dangerous%20Divisions_English_0217_Final.pdf. Acesso em: 20 dez. 2022.

DUKHAN, Nathalia. **Splintered Warfare: Alliances, affiliations, and agendas of armed factions and politico-military groups in the Central African Republic**. Washington: The Enough Project, 2017b. Disponível em: https://enoughproject.org/wp-content/uploads/2017/08/SplinteredWarfare_August2017_Enough_final.pdf. Acesso em: 20 dez. 2022.

DUKHAN, Nathalia. **The Central African Republic crisis**. Birmingham: GSDRC, University of Birmingham, 2016. Disponível em: <https://gsdrc.org/publications/the-central-african-republic-crisis/>. Acesso em: 9 jan. 2023.

DUYVESTYEN, Isabelle. **Rebels & Legitimacy; An Introduction**. London: Routledge, 2017.

ELION, Christian. Central African Republic groups sign ceasefire after talks. **Reuters**, London, 2014. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/uk-centralafrica-talks-idUKKBN0FS2GJ20140723>. Acesso em: 19 dez. 2022.

ENTREVISTA A. Componente civil. 2025. Goma, 15 jan. 2025.

ENTREVISTA B. Componente civil. 2025. Goma, 15 jan. 2025.

ENTREVISTA C. Componente civil. 2025. Goma, 17 jan. 2025.

ENTREVISTA D. Componente civil. 2025. Goma, 20 jan. 2025.

ENTREVISTA E. Componente civil. 2025. Goma, 22 jan. 2025.

ENTREVISTA F. Componente civil. 2025. Goma, 22 jan. 2025.

ENTREVISTA G. Componente militar. 2022. Rio de Janeiro, 11 ago. 2022.

ENTREVISTA H. Componente militar. 2023. Rio de Janeiro, 13 nov. 2023.

ENTREVISTA I. Componente militar. 2023. Rio de Janeiro, 14 nov. 2023.

ENTREVISTA J. Componente militar. 2024. Rio de Janeiro, 5 dez. 2024.

FAHEY, Daniel. New insights on Congo's Islamist rebels. **The Washington Post**, Washington, 2015. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/news/monkey-cage/wp/2015/02/19/new-insights-on-congos-islamist-rebels/>. Acesso em: 22 dez. 2022.

FEARON, James D; LAITIN, David D. Ethnicity, Insurgency, and Civil War. **American Political Science Review**, Cambridge, v. 97, n. 1, 2003.

FERREIRA, Rialize. Irregular warfare in african conflicts. **Scientia Militaria: South African Journal of Military Studies**, Stellenbosch, v. 38, n. 1, p. 45–67, 2010.

FIEDLER, Charlotte; MROSS, Karina; ADETO, Yonas Adaye. **Implications of COVID-19 for Conflict in Africa**. Bonn: Deutsches Institut für Entwicklungspolitik (DIE), 2021.

FRANCISCO, Ronald A. **Dynamics of conflict**. New York: Springer, 2009.

FREUND, Julien. **Sociología del conflicto**. Madrid: Ediciones ejército, 1995. v. 29

FURLAN, Marta. Rebel Governance at the Time of Covid-19: Emergencies as Opportunities for Rebel Rulers. **Studies in Conflict and Terrorism**, London, v. 46, n. 8, p. 1440–1463, 2023.

GARCIA, Bortoluzzi. **Congo (DRC) Country Profile**. Carlisle: Peacekeeping and Stability Operations Institute, 2020. Disponível em: <https://pksoi.armywarcollege.edu/index.php/country-profile-of-congo-drc-military/>. Acesso em: 7 jan. 2023.

GATES, Scott. Recruitment and allegiance: The microfoundations of rebellion. **Journal of Conflict Resolution**, Pennsylvania, v. 46, n. 1, p. 111–130, 2002.

GELLNER, Ernest. **Nations and Nationalism**. New York: Cornell University Press, 1983.

GENEVA ACADEMY. Non-international Armed Conflicts in Democratic Republic of Congo. **Rule of Law in Armed Conflicts (Rulac)**, Geneva, 2022. Disponível em: <https://www.rulac.org/browse/conflicts/non-international-armed-conflict-in-democratic-republic-of-congo>. Acesso em: 10 out. 2022.

GIROUX, Jennifer; LANZ, David; SGUAITAMATTI, Damiano. **The Tormented Triangle: The Regionalisation of Conflict in Sudan, Chad, and the Central African Republic**. London: Crisis States Research Centre, 2009.

GLOBAL SECURITY. **Alliance of Patriots for a Free and Sovereign Congo (APCLS) / PARECO-Hunde**. Alexandria: Global Security, 2012. Disponível em: <https://www.globalsecurity.org/military/world/para/apcls.htm>. Acesso em: 22 dez. 2022.

GÓMEZ-URIBE, Daniel. Autonomous cooperation: types of alliances between communities and combatants in civil wars. **Small Wars and Insurgencies**, London, v. 35, n. 3, p. 399–429, 2024.

GOODHAND, Jonathan; HULME, David. From wars to complex political emergencies: Understanding conflict and peace-building in the new world disorder. **Third World Quarterly**, London, v. 20, n. 1, p. 13–26, 1999.

GORDON, Eleanor. Conflict, COVID-19, and crisis response: shifting from 'pivoting' to preparedness. **Disasters**, Oxford, v. 48, n. 3, 2024.

GROS, Frédéric. **Estados de violência: ensaio sobre o fim da guerra**. Aparecida: Ideias e Letras, 2009.

GUBLER, Joshua R.; SELWAY, Joel Sawat. Horizontal Inequality, Crosscutting Cleavages, and Civil War. **Journal of Conflict Resolution**, Pennsylvania, v. 56, n. 2, p. 206–232, 2012.

GURR, Ted Robert. **Political rebellion: Causes, outcomes and alternatives**. New York: Routledge, 2015.

GURR, Ted Robert. **Why men rebel**. New Jersey: Princeton University Press, 1970.

GUTERRES, António. **Opening remarks at launch of Global Humanitarian Response Plan for COVID-19**. New York: United Nations, 2020a. Disponível em: [un.org/sg/en/content/sg/speeches/2020-03-25/global-humanitarian-response-plan-for-covid-19-remarks](https://www.un.org/sg/en/content/sg/speeches/2020-03-25/global-humanitarian-response-plan-for-covid-19-remarks). Acesso em: 9 jun. 2020.

GUTERRES, António. **Opening remarks at press briefing to update on appeal for a global ceasefire following the outbreak of Coronavirus (COVID-19)**. New York: United Nations, 2020b. Disponível em: [un.org/sg/en/content/sg/speeches/2020-04-03/press-remarks-appeal-for-global-ceasefire-following-coronavirus-outbreak](https://www.un.org/sg/en/content/sg/speeches/2020-04-03/press-remarks-appeal-for-global-ceasefire-following-coronavirus-outbreak). Acesso em: 9 nov. 2020.

GUTERRES, António. **Opening remarks of the Secretary-General's appeal for global ceasefire**. New York: United Nations, 2020c. Disponível em: <https://www.un.org/sg/en/content/sg/speeches/2020-03-23/secretary-general-appeal-for-global-ceasefire#:~:text=That%20is%20why%20today%2C%20I,Pull%20back%20from%20hostilities>. Acesso em: 17 nov. 2022.

GUTERRES, António. **Remarks to the Security Council on the COVID-19 Pandemic**. New York: United Nations, 2020d. Disponível em: <https://www.un.org/sg/en/content/sg/speeches/2020-04-09/remarks-security-council-covid-19-pandemic>. Acesso em: 17 nov. 2021.

GUTERRES, António. **Remarks to the Security Council open debate on the Protection of Civilians in Armed Conflict**. New York: United Nations, 2020e. Disponível em: [un.org/sg/en/content/sg/speeches/2020-05-27/protection-of-civilians-armed-conflict-remarks-security-council-debate](https://www.un.org/sg/en/content/sg/speeches/2020-05-27/protection-of-civilians-armed-conflict-remarks-security-council-debate). Acesso em: 9 out. 2020.

HAER, Roos; DEMAREST, Leila. Covid-19 in Africa: Turning a health crisis into a human security threat?. **Peace Economics, Peace Science and Public Policy**, Berlin, v. 26, n. 3, 2020.

HARMAN, Sophie. COVID-19, the UN, and Dispersed Global Health Security. **Ethics and International Affairs**, New York, v. 34, n. 3, p. 373–378, 2020. Disponível em: https://www.cambridge.org/core/services/aop-cambridge-core/content/view/DFCFC9DEF8A8838D7F2D36ACC7EA7F62/S0892679420000398a.pdf/covid19_the_un_and_dispersed_global_health_security.pdf. Acesso em: 8 maio 2024.

HASSAN, Hamdy A. The securitisation of COVID-19 in Africa: Socio-economic and political implications. **African Security Review**, London, v. 31, n. 1, p. 19–32, 2022.

HEATHERSHAW, John; LAMBACH, Daniel. Introduction: Post-Conflict Spaces and Approaches to Statebuilding. **Journal of Intervention and Statebuilding**, London, v. 2, n. 3, p. 269–289, 2008.

HEGRE, Håvard *et al.* Toward a Democratic Civil Peace? Democracy, Political Change, and Civil War, 1816-1992. **The American Political Science Review**, Cambridge, v. 95, n. 1, p. 33–48, 2001. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3117627>. Acesso em: 15 abr. 2024.

HERBST, Jeffrey. **States and power in Africa: comparative lessons in authority and control**. 2. ed. Princeton: Princeton University Press, 2000.

HESKETH, Joseph. Why Did the US Support Joseph Mobutu?. **Observing Africa**, Washington, 2016. Disponível em: <https://observingafrica.wordpress.com/2016/02/18/why-did-the-us-support-joseph-mobutu/>. Acesso em: 21 dez. 2022.

HILLS, Alice. Warlords, militia and conflict in contemporary africa: A re-examination of terms. **Small Wars and Insurgencies**, London, v. 8, n. 1, p. 35–51, 1997.

HOFFMAN, Bruce. **Inside Terrorism**. 3. ed. New York: Columbia University Press, 2017.

HOFFMANN, Kasper *et al.* Violent conflict and ethnicity in the Congo: beyond materialism, primordialism and symbolism. **Conflict, Security and Development**, London, v. 20, n. 5, p. 539–560, 2020.

HOLTERMANN, Helge. **Explaining the Development-Civil War Relationship**. Luxembourg: Luxembourg Income Study, 2011.

HOROWITZ, D. L. **Ethnic Groups in Conflict**. 2. ed. Berkeley: University of California Press, 2000.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Central African Republic**. New York: Human Rights Watch, 2020. Disponível em: [hrw.org/world-report/2021/country-chapters/central-african-republic](https://www.hrw.org/world-report/2021/country-chapters/central-african-republic). Acesso em: 11 out. 2022.

HUNTINGTON, Samuel P. **Political Order in Changing Societies**. London: Yale University Press, 2018.

HUNTINGTON, Samuel P. **The clash of civilizations and the remaking of world order**. New York: Simon & Schuster, 1996. Disponível em: <http://www.simonsays.com>.

IDE, Tobias. COVID-19 and armed conflict. **World Development**, Amsterdam, v. 140, 2021.

IDLER, Annette. **Borderland Battles**. Oxford: Oxford University Press, 2019. Disponível em: <https://academic.oup.com/book/36381>.

IKELEGBE, Augustine. Crises of the state and governance and armed non-state groups in Africa. In: OKUMU, Wafuka; IKELEGBE, Augustine (org.). **Militias Rebels and Islamist Militants: Human Insecurity and State Crises in Africa**. Pretoria: Institute for Security Studies, 2010. p. 119–146.

INTERNATIONAL COMMITTEE OF THE RED CROSS (ICRC). **Non State armed groups**. Geneva: Cambridge University Press, 2021. Disponível em: <https://international-review.icrc.org/sites/default/files/reviews-pdf/2022-01/Non-State-armed-groups-International-Review-of-the-Red-Cross-No-915.pdf>. Acesso em: 27 out. 2023.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP. **Avoiding the Worst in Central African Republic**. Brussels: International Crisis Group, 2017. Disponível em: <https://www.crisisgroup.org/africa/central-africa/central-african-republic/253-avoiding-worst-central-african-republic>. Acesso em: 17 nov. 2022.

ISAACS-MARTIN, Wendy. The Séleka and anti-Balaka Rebel Movements in the Central African Republic. In: VARIN, Caroline; ABUBAKAR, Dauda (org.). **Violent non-state actors in Africa: Terrorists, rebels and warlords**. London: Palgrave Macmillan, 2017.

JACKSON, Robert H; ROSBERG, Carl G. Sovereignty and Underdevelopment: Juridical Statehood in the African Crisis. **The Journal of Modern African Studies**, Cambridge, v. 24, n. 1, p. 1-31, 1986. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/160511>.

JAILON, Alexandre; NUBLAT, Milan. **Natural Resources in Central African Republic (2017)**. Antwerp: International Peace Information Service, 2017. Disponível em: <https://ipisresearch.be/publication/natural-resources-central-african-republic/>. Acesso em: 5 fev. 2025.

JUSTINO, Patricia; BRÜCK, Tilman; VERWIMP, Philip. Micro-Level Dynamics of Conflict, Violence, and Development: A New Analytical Framework. In: JUSTINO, Patricia; BRÜCK, Tilman; VERWIMP, Philip (org.). **A Micro-Level Perspective on the Dynamics of Conflict, Violence, and Development**. Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 2–29. Disponível em: <https://academic.oup.com/book/3516/chapter/144726272>.

KALDOR, Mary. **New and Old Wars: organised violence in global era**. 3. ed. Cambridge: Polity Press, 2012.

KALYVAS, Stathis N. **The Logic of Violence in Civil War**. New York: Cambridge University Press, 2006a.

KALYVAS, Stathis N. **The Logic of Violence in Civil War**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006b.

KALYVAS, Stathis N. The Ontology of "Political Violence": Action and Identity in Civil Wars. **Perspectives on Politics**, Cambridge, v. 1, p. 475–494, 2003. Disponível em: www.apsanet.org.

KALYVAS, Stathis N.; KOCHER, Matthew Adam. How "Free" is Free Riding in Civil Wars?: Violence, Insurgency, and the Collective Action Problem. **World Politics**, Cambridge, v. 59, n. 2, p. 177–216, 2007.

KASSAI, Godfrois. Central African Republic peace: The Bangui Forum. **Conciliation Resources**, London, 2015. Disponível em: <https://reliefweb.int/report/central-african-republic/central-african-republic-peace-bangui-forum>. Acesso em: 20 dez. 2022.

KEEN, David. Incentives and Disincentives for Violence. In: BERDAL, Mats R.; MALONE, David (org.). **Greed & grievance: economic agendas in civil wars**. Colorado: Lynne Rienner, 2000. p. 19–42.

KEEN, David. Introduction. **The Adelphi Papers**, London, v. 38, n. 320, p. 9–13, 1998.

KLEINFELD, Philip; FLUMMERFELT, Robert. At a glance: The violence in Ituri. **The New Humanitarian**, Geneva, 2020. Disponível em: <https://www.thenewhumanitarian.org/feature/2020/05/05/Ituri-Congo-Hema-Lendu-CODECO-demobilisation>. Acesso em: 22 dez. 2022.

KÖRPPEN, Daniela; SCHMELZLE, Beatrix; WILS, Oliver (org.). **A Systemic Approach to Conflict Transformation: exploring strengths and weaknesses**. Berlin: Berghof Foundation, 2008. v. 6.

KRIESBERG, Louis; DAYTON, Bruce W. **Constructive Conflicts: from escalation to resolution**. 4. ed. Plymouth: Rowman & Littlefield Publishers, 2012.

KRUCK, Andreas; SCHNEIKER, Andrea. Introduction: researching non-state actors in international security - a multitude of challenges, a plurality of approaches. In: KRUCK, Andreas; SCHNEIKER, Andrea (org.). **Researching Non-State Actors in International Security: Theory and Practice**. New York: Routledge, 2017.

KURTULUS, Ersun N. Terrorism and fear: do terrorists really want to scare?. **Critical Studies on Terrorism**, London, v. 10, n. 3, p. 501–522, 2017.

LABUDA, Patryk I. **With or Against the State? Reconciling the Protection of Civilians and Host-State Support in UN Peacekeeping**. New York: International Peace Institute, 2020. Disponível em: https://www.ipinst.org/wp-content/uploads/2020/05/2005_Reconciling-POC-and-Host-State-Support.pdf. Acesso em: 19 dez. 2022.

LAMB, Guy *et al.* **Rumours of Peace, Whispers of War: Assessment of the Reintegration of Ex-Combatants into Civilian Life in North Kivu, South Kivu and Ituri Democratic Republic of Congo**. Washington: The World Bank, 2012. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/208281468028477015/pdf/675700WP0DRC0R00Box367885B00PUBLIC0.pdf>. Acesso em: 7 jan. 2023.

LAMBA, Sebastien. Central African Republic militias agree to disarmament deal. **Reuters**, London, 10 maio 2015. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-centralafrica-politics-idUSKBN0NV0U020150510>. Acesso em: 20 dez. 2022.

LE MONDE DIPLOMATIQUE. Democratic Republic of Congo's mineral resources. **Le Monde Diplomatique**, Paris, 2006. Disponível em: <https://mondediplo.com/Democratic-Republic-of-Congo-s-mineral-resources>. Acesso em: 9 fev. 2025.

LEDERACH, John Paul. **Preparing for peace: conflict transformation across cultures**. New York: Syracuse University Press, 1996.

LEMAY-HÉBERT, Nicolas. Statebuilding without Nation-building? Legitimacy, State Failure and the Limits of the Institutional Approach. **Journal of Intervention and Statebuilding**, London, v. 3, n. 1, p. 21–45, 2009.

LIJN, Jaïr van der. **The Impact of the Covid-19 Pandemic on Multilateral Peace Operations**. Stockholm: Stockholm International Peace Research Institute, 2022. Disponível em: https://www.sipri.org/sites/default/files/2022-05/2205_covid-19_and_pko_0.pdf. Acesso em: 27 set. 2023.

LISCHER, Sarah Kenyon. Collateral Damage: Humanitarian Assistance as a Cause of Conflict. **International Security**, Cambridge, v. 28, n. 1, p. 79–109, 2003. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/4137576>.

LUBKEMANN, S. C. Involuntary Immobility: On a Theoretical Invisibility in Forced Migration Studies. **Journal of Refugee Studies**, Oxford, v. 21, n. 4, p. 454–475, 2008.

LUSA. Rebeldes ocupam capital da República Centro-Africana. **Deutsche Welle**, Bonn, 2013. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/rebeldes-ocupam-capital-da-rep%C3%BAblica-centro-africana/a-16695917>. Acesso em: 19 dez. 2022.

MACKINNON, Amy. Russia's Wagner Group Doesn't Actually Exist. **Foreign Policy**, Washington, 2021. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2021/07/06/what-is-wagner-group-russia-mercenaries-military-contractor/>. Acesso em: 21 dez. 2022.

MAHTANI, Dino *et al.* **Understanding the New U.S. Terrorism Designations in Africa**. Brussels: International Crisis Group, 2021. Disponível em: <https://www.crisisgroup.org/africa/understanding-new-us-terrorism-designations-africa>. Acesso em: 21 nov. 2024.

MAKOSSO, Amanda M. United Nations Peacekeeping Operations in the era of COVID-19. **The Journal of Intelligence, Conflict, and Warfare**, Vancouver, v. 3, n. 2, p. 17, 2020. Disponível em: <https://journals.lib.sfu.ca/index.php/jicw/article/view/2378>.

MARGARIDO, Alfredo. A Revolução Congoleza. In: **Revoluções**. São Paulo: Editora Três, 1974. p. 711–725.

MAYER, Bernard. The dynamics of conflict resolution: a practitioner's guide. San Francisco,: Jossey-Bass, 2000.

MBOW, Moustapha *et al.* COVID-19 in Africa: Dampening the storm?. **Science**, Washington, v. 369, n. 6504, p. 624–626, 2020. Disponível em: <https://www.science.org/doi/10.1126/science.abd3902>. Acesso em: 21 maio 2024.

MCLOUGHLIN, Claire. When Does Service Delivery Improve the Legitimacy of a Fragile or Conflict-Affected State?. **Governance**, Hoboken, v. 28, n. 3, p. 341–356, 2015.

MÉDECINS SANS FRONTIÈRES. **Central African Republic: A State of Silent Crisis**. Geneva: MSF, 2011. Disponível em: https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/Full_Report.pdf_10.pdf. Acesso em: 4 jul. 2023.

MEHLER, Andreas. The Production of Insecurity by African Security Forces: Insights from Liberia and the Central African Republic. **GIGA Working Papers**, Hamburg, v. 114, 2009. Disponível em: www.giga-hamburg.de.

MEHRL, Marius; THURNER, Paul W. The Effect of the Covid-19 Pandemic on Global Armed Conflict: Early Evidence. **Political Studies Review**, London, v. 19, n. 2, p. 286–293, 2021. Disponível em: https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7426721/pdf/10.1177_1478929920940648.pdf. Acesso em: 6 jun. 2024.

MEI, Eduardo. Guerra. In: SAINT-PIERRE, Héctor Luis; VITELLI, Marina Gisela (org.). **Dicionário de segurança e defesa**. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

MERZ, Sebastian. **Security by Militia, but for Whom? Non-State Actors and Security Governance in Nigeria: Simons Papers in Security and Development**. Vancouver: School for International Studies, Simon Fraser University, 2010. Disponível em: www.sfu.ca/internationalstudies.

MIALL, Hugh; RAMSBOTHAM, Oliver; WOODHOUSE, Tom. **Contemporary conflict resolution: the prevention, management and transformation of deadly conflicts**. 2. ed. Oxford: Blackwell, 2005.

MILLER, Andrea; BHUNGALIA, Lisa. The fungible terrorist: abject whiteness, domestic terrorism, and the multicultural security state. **Small Wars and Insurgencies**, London, v. 33, n. 4–5, p. 902–925, 2022.

MIROIU, Andrei. **Political Theory of Armed Groups Social Order and Armed Groups**. New York: Routledge, 2020.

MITCHELL, Christopher. **La naturaleza de los conflictos intratables: resolución de conflictos en el siglo XXI**. Barcelona: Institut Català Internacional per la Pau, 2016.

MOULY; CÉCILE. **Estudios de paz y conflictos: Teoría y práctica**. New York: Peter Lang, 2022. v. 6 Disponível em: www.franciscodiez.com.ar.

MOUTA, Luís Miguel da Silva Resende *et al.* **O Teatro de Operações da República Centro-Africana: atual ambiente operacional**. 2018. Trabalho de Investigação de Grupo - Instituto Universitário Militar, Pedrouços, 2018.

MOYER, Jonathan D; KAPLAN, Oliver. Will the Coronavirus Fuel Conflict?. **Foreign Policy**, Washington, 6 jul. 2020. Disponível em:

<https://foreignpolicy.com/2020/07/06/coronavirus-pandemic-fuel-conflict-fragile-states-economy-food-prices/>. Acesso em: 17 jan. 2025.

MTHEMBU-SALTER, Gregory. The wheel turns again: Militarization and Rwanda's Congolese refugees. In: MUGGAH, Robert (org.). **No Refuge: The Crisis of Refugee Militarization in Africa**. London: Zed Books, 2006.

MUMFORD, Andrew. Proxy warfare and the future of conflict. **RUSI Journal**, London, v. 158, n. 2, p. 40–46, 2013.

MUSTASILTA, Katariina. From bad to worse? The impact(s) of Covid-19 on conflict dynamics. **European Union Institute for Security Studies**, Paris, n. 13, 2020. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/resrep25022>. Acesso em: 17 maio 2022.

NACHEGA, Jean B. *et al.* **The colliding epidemics of COVID-19, Ebola, and measles in the Democratic Republic of the Congo**. London: Elsevier, 2020.

NAGEL, Joane. Constructing ethnicity: Creating and recreating ethnic identity and culture. **Social problems**, v. 41, n. 1, p. 152–176, 1994.

NEAT, Ashley; DESMIDT, Sophie. **Simmering tensions: the long-term impact of COVID-19 on fragility and conflict in Africa**. Brussels: European Centre for Development Policy Management, 2021.

NEL, Philip; RIGHARTS, Marjolein. Natural Disasters and the Risk of Violent Civil Conflict. **International Studies Quarterly**, Oxford, v. 52, n. 1, p. 159–185, 2008.

NEOCLEOUS, Mark. The Dream of Pacification. **Socialist Studies**, London, v. 9, n. 2, p. 7–31, 2013.

NOGUEIRA, Andrew W. D. M.; HUSSEY, Martin. **A Brazilian as Commander in Chief of MONUSCU in the Congo: what are the implications for Brazil?**. Rio de Janeiro: Ministério da Defesa, 2013. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/sobre/o-brasil/defesa-e-seguranca-publica/exercito-brasileiro>.

OBERSCHALL, Anthony. **Social Conflict and Social Movements**. New Jersey: Prentice-Hall, 1973.

OMENMA, Tochukwu; D'AMATO, Silvia. Changing Threats and Challenges in International Relations: Debating (in)Securities and Ways to Manage Them. In: GILL, Martin (org.). **The Handbook of Security**. 3. ed. London: Palgrave Macmillan, 2022. p. 101–122.

O'NEILL, Bard E. **Insurgency & Terrorism: Inside Modern Revolutionary Warfare**. Lincoln: Potomac Books, 2001.

ORIOLO, Temitope B.; KNIGHT, W. Andy. **COVID-19, George Floyd and Human Security**. London: Routledge, 2020.

OXFAM INTERNATIONAL. **Civil society organisations in the Democratic Republic of Congo call for a complete ceasefire across the country to tackle the coronavirus pandemic**. Nairobi: Oxfam International, 2020. Disponível em:

<https://reliefweb.int/report/democratic-republic-congo/civil-society-organisations-democratic-republic-congo-call-complete>. Acesso em: 19 dez. 2020.

PANARA, Marlène. RCA: La situation sécuritaire a plus de conséquences que le Covid-19. **Le Point**, Paris, 22 jan. 2021. Disponível em: https://www.lepoint.fr/afrique/rca-la-situation-securitaire-a-plus-de-consequences-que-le-covid-19--22-01-2021-2410791_3826.php#11. Acesso em: 21 nov. 2024.

PAPE, Robert A.; PRICE, Christopher. A Slow-Rolling Disaster: Assessing the Impact of the Covid-19 Pandemic on Militant Violence. **Journal of Conflict Resolution**, Pennsylvania, v. 68, n. 4, p. 642–672, 2024.

PICCO, Enrica. **Central African Republic: Averting Further Fragmentation of the Armed Forces**. Washington: International Crisis Group, 2022a. Disponível em: <https://www.crisisgroup.org/africa/central-africa/central-african-republic/centrafrique-eviter-une-nouvelle-desintegration-de-larmee>. Acesso em: 19 ago. 2023.

PICCO, Enrica. Fixing the army is key for CAR's stability. **International Crisis Group**, Washington, 2022b. Disponível em: <https://www.crisisgroup.org/africa/central-africa/central-african-republic/fixing-army-key-cars-stability>. Acesso em: 19 ago. 2023.

PINZÓN, Luis; MIDGLEY, Gerald. Developing a Systemic Model for the Evaluation of Conflicts. **Systems Research and Behavioral Science**, Hoboken, n. 17, p. 493–512, 2000. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/1099-1743%28200011%2F12%2917%3A6%3C493%3A%3AAID-SRES334%3E3.0.CO%3B2-5>. Acesso em: 3 jan. 2024.

PODDER, Sukanya. **From spoilers to statebuilders: Constructive approaches to engagement with non-state armed groups in fragile states**. Paris: OECD, 2012. Disponível em: https://www.oecd.org/en/publications/from-spoilers-to-statebuilders-constructive-approaches-to-engagement-with-non-state-armed-groups-in-fragile-states_5k49dfg21dr4-en.html. Acesso em: 8 fev. 2025.

PODDER, Sukanya. Understanding the Legitimacy of Armed Groups: A Relational Perspective. **Small Wars and Insurgencies**, London, v. 28, n. 4–5, p. 686–708, 2017.

POSEN, Barry R. The Security Dilemma and Ethnic Conflict. **Survival**, London, v. 35, n. 1, p. 27–47, 1993. Disponível em: <https://www.rochelleterman.com/ir/sites/default/files/posen-1993.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2024.

PRAH, Andrea; GOVENDER, Keenan. **COVID-19-related ceasefires in Africa: an opportunity to Silence the Guns?**. Durban: African Centre for the Constructive Resolution of Disputes, 2020a. Disponível em: <https://www.accord.org.za/analysis/covid-19-related-ceasefires-in-africa-an-opportunity-to-silence-the-guns/>. Acesso em: 27 dez. 2022.

PRAH, Andrea; GOVENDER, Keenan. **COVID-19-related ceasefires in Africa: an opportunity to Silence the Guns?**. Durban: African Centre for the Constructive Resolution of Disputes, 2020b. Disponível em: <https://www.accord.org.za/analysis/covid-19-related-ceasefires-in-africa-an-opportunity-to-silence-the-guns/>. Acesso em: 5 maio 2022.

RADIO OKAPI. Ituri: dialogue entre le gouvernement provincial et le groupe armé CODECO à Djugu. **Radio Okapi**, Kinshasa: MONUSCO, 2019. Disponível em:

<https://www.radiookapi.net/2019/09/24/actualite/securite/ituri-dialogue-entre-le-gouvernement-provincial-et-le-groupe-arme>. Acesso em: 22 dez. 2022.

RALEIGH, Clionadh *et al.* Introducing ACLED: An Armed Conflict Location and Event Dataset. **Journal of Peace Research**, Oslo, v. 47, n. 5, p. 651–660, 2010.

REEDER, Bryce W.; REEDER, Matthew R. Political Violence, Interstate Rivalry, and the Diffusion of Public Health Crises. **Social Science Quarterly**, Oxford, v. 95, n. 4, p. 1101–1120, 2014.

ROSENTHAL, Philip J. *et al.* COVID-19: Shining the light on Africa. **American Journal of Tropical Medicine and Hygiene**, Arlington, v. 102, n. 6, p. 1145–1148, 2020.

ROSS, Michael L. How Do Natural Resources Influence Civil War? Evidence from Thirteen Cases. **International Organization**, Cambridge, v. 58, n. 1, p. 35–67, 2004. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3877888>. Acesso em: 13 ago. 2008.

RUMMEL, Rudolph Joseph. **The conflict helix: Principles and practices of interpersonal, social, and international conflict and cooperation**. New Brunswick: Transaction Publishers, 1991.

SCHIPANI, Andres. How the DRC became the battleground of a proxy war over precious resources. **Financial Times**, London, 27 out. 2022. Disponível em: <https://www.ft.com/content/26125730-3113-4946-982a-989e2acbe472#comments-anchor>. Acesso em: 5 jan. 2023.

SCHLENKER, Juana; ITURRALDE, Manuel A. El uso del discurso de los derechos humanos por parte de los actores armados en Colombia: ¿Humanización del conflicto o estrategia de guerra?. **Análisis político**, Bogotá, n. 56, p. 29, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/anpol/v19n56/v19n56a02.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2025.

SCHLICHTER, Klaus; SCHNECKENER, Ulrich. Armed groups and the politics of legitimacy. **Civil Wars**, London, v. 17, n. 4, p. 409–424, 2015.

SCHMID, Alex P. The Definition of Terrorism. In: SCHMID, Alex P. (org.). **The Routledge Handbook of Terrorism Research**. Oxford: Routledge, 2011. p. 39–98.

SCHNECKENER, Ulrich. Militias and the Politics of Legitimacy. **Small Wars and Insurgencies**, London, v. 28, n. 4–5, p. 799–816, 2017.

SCHOCK, Kurt; DEMETRIOU, Chares. Nonviolent and Violent Trajectories in Social Movements. In: KRIESI, Hanspeter *et al.* (org.). **The Wiley Blackwell Companion to Social Movements**. 2. ed. Hoboken: Wiley, 2018. p. 338–353.

SCORGIE-PORTER, Lindsay. Militant Islamists or borderland dissidents? An exploration into the Allied Democratic Forces' recruitment practices and constitution. **Journal of Modern African Studies**, Cambridge, v. 53, n. 1, p. 1–25, 2015.

SENGE, Peter M. **The fifth discipline: the art and practice of the learning organization**. New York: Currency Doubleday, 1990.

SERWAT, Ladd *et al.* **Wagner Group Operations in Africa**. Sussex: Armed Conflict Location & Event Data Project, 2022. Disponível em: <https://acleddata.com/2022/08/30/wagner-group-operations-in-africa-civilian-targeting-trends-in-the-central-african-republic-and-mali/>. Acesso em: 30 nov. 2023.

SEUL, J. R. “Ours is the way of God”: Religion, identity, and intergroup conflict. **Journal of Peace Research**, v. 36, n. 5, p. 553–569, 1999.

SHESTERININA, Anastasia; LIVESEY, Michael. Armed group formation in civil war: 'Movement', 'insurgent', and 'state splinter' origins. **Review of International Studies**, Cambridge, 2024.

SPEISER, Dunja; HANDY, Paul-Simon. The State, its Failure and External Intervention in Africa. In: DEVETAK, Richard; HUGHES, Christopher W. (org.). **The Globalization of Political Violence**. London: Routledge, 2007. Disponível em: <https://www.taylorfrancis.com/books/9781134094967>. Acesso em: 8 fev. 2025.

STANILAND, Paul. **Networks of Rebellion: Explaining Insurgent Cohesion and Collapse**. Ithaca: Cornell University Press, 2014.

STEL, Nora; NDAYIRAGIJE, Régina. The Eye of the Beholder: Service Provision and State Legitimacy in Burundi. **Africa Spectrum**, Hamburg, v. 49, n. 3, p. 3–28, 2014. Disponível em: www.africa-spectrum.org.

STEWART, Frances. **Horizontal Inequalities and Conflict: Understanding Group Violence in Multiethnic Societies**. New York: Palgrave Macmillan, 2008.

THE ECONOMIST. Which parts of Africa will be hit hardest by covid-19?. **The Economist**, London, 2020. Disponível em: <https://www.economist.com/graphic-detail/2020/07/10/which-parts-of-africa-will-be-hit-hardest-by-covid-19>. Acesso em: 24 dez. 2022.

THOMPSON, William R. The Regional Subsystem: A Conceptual Explication and a Propositional Inventory. **International Studies Quarterly**, Oxford, v. 17, n. 1, p. 89–117, 1973. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3013464>. Acesso em: 5 maio 2022.

TILLY, Charles. **Durable Inequality**. Berkeley: University of California Press, 1999.

TILLY, Charles. **From Mobilization to Revolution**. New York: Random House, 1978.

TITECA, Kristof; FAHEY, Daniel. **The many faces of a rebel group: The allied democratic forces in the democratic Republic of Congo**. Oxford: Blackwell, 2016.

TOFT, Monica Duffy. Getting Religion?: The Puzzling Case of Islam and Civil War. **International Security**, Cambridge, v. 31, n. 4, p. 97–131, 2007. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/4137567>. Acesso em: 30 dez. 2015.

TWO armed groups in Central African Republic-FDPC and 3R-call for end to violence in solidarity with efforts to combat COVID-19. **Centre for Humanitarian Dialogue**, Geneva, 22 abr. 2020. Disponível em: hdcentre.org/news/two-armed-groups-in-the-central-african-republic-the-fpdc-and-the-3r-have-called-for-an-end-to-violence-in-solidarity-with-efforts-to-combat-covid-19. Acesso em: 18 nov. 2022.

UN. **A/75/2**. New York. 2021a. Disponível em: <https://undocs.org/A/75/2>. Acesso em: 17 nov. 2022.

UN. **Africa**. New York. 2021b. Disponível em: <https://www.un.org/en/global-issues/africa#:~:text=UN%20peacekeepers%20serve%20in%20the,in%20the%20disputed%20Abyei%20area>. Acesso em: 3 jan. 2023.

UN. **A/RES/74/270**. New York. 2020a. Disponível em: <https://undocs.org/a/RES/74/270>. Acesso em: 17 jan. 2023.

UN. **COVID-19 Exacerbating Tensions in Democratic Republic of Congo's Coalition Government, Compounding Humanitarian Woes, Stabilization Mission Head Warns Security Council**. New York, 25 jun. 2020b. Disponível em: <https://press.un.org/en/2020/sc14228.doc.htm>. Acesso em: 21 nov. 2024.

UN. **Press briefing note on DRC**. Geneva: United Nations Human Rights Office, 2020c. Disponível em: ohchr.org/en/press-briefing-notes/2020/04/press-briefing-note-drc. Acesso em: 14 jun. 2020.

UN. **S/2020/545**. New York. 2020d. Disponível em: <https://undocs.org/S/2020/545>. Acesso em: 17 nov. 2022.

UN. **S/2020/554**. New York. 2020e. Disponível em: <https://undocs.org/S/2020/554>. Acesso em: 17 nov. 2021.

UN. **S/2020/919**. New York. 2020f. Disponível em: <https://undocs.org/s/2020/919>. Acesso em: 17 nov. 2021.

UN. **S/2020/994**. New York. 2020g. Disponível em: <https://undocs.org/S/2020/994>. Acesso em: 17 nov. 2022.

UN. **S/2020/1150**. New York. 2020h. Disponível em: <https://undocs.org/S/2020/1150>. Acesso em: 7 nov. 2022.

UN. **S/2020/1180**. New York. 2020i. Disponível em: <https://undocs.org/S/2020/1180>. Acesso em: 17 nov. 2020.

UN. **S/2020/1283**. New York. 2020j. Disponível em: <https://docs.un.org/en/S/2020/1283>. Acesso em: 9 fev. 2025.

UN. **S/2021/146**. New York. 2021c. Disponível em: <https://undocs.org/S/2021/146>. Acesso em: 17 nov. 2022.

UN. **S/2021/274**. New York. 2021d. Disponível em: <https://undocs.org/S/2021/274>. Acesso em: 17 nov. 2022.

UN. **S/2021/560**. New York. 2021e.

UN. **S/2021/587**. New York. 2021f. Disponível em: <https://undocs.org/S/2021/587>. Acesso em: 17 nov. 2022.

UN. **S/2021/867**. New York. 2021g. Disponível em: <https://undocs.org/S/2021/867>. Acesso em: 17 nov. 2022.

UN. **S/4741**. New York. 21 fev. 1961a. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/630764>. Acesso em: 17 jan. 2023.

UN. **S/5002**. New York. 24 nov. 1961b. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/631987>. Acesso em: 26 nov. 2022.

UN. **S/PRST/2020/5**. New York. 11 mar. 2020k. Disponível em: https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/s_prst_2020_5.pdf. Acesso em: 14 dez. 2022.

UN. **S/RES/1279**. New York. 30 nov. 1999. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/384901>. Acesso em: 26 nov. 2022.

UN. **S/RES/2149**. New York. 2014. Disponível em: [https://undocs.org/S/RES/2149\(2014\)](https://undocs.org/S/RES/2149(2014)). Acesso em: 17 nov. 2022.

UN. **S/RES/2514**. New York. 2020l. Disponível em: [https://undocs.org/en/S/RES/2514\(2020\)](https://undocs.org/en/S/RES/2514(2020)). Acesso em: 17 nov. 2022.

UN. **S/RES/2532**. New York. 2020m. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/3870751>. Acesso em: 16 jan. 2023.

UN. **S/RES/2567**. New York. 2021h. Disponível em: [https://undocs.org/en/S/RES/2567\(2021\)](https://undocs.org/en/S/RES/2567(2021)). Acesso em: 17 nov. 2022.

UN. **S/RES/2605**. New York. 2021i. Disponível em: [https://undocs.org/en/S/RES/2605\(2021\)](https://undocs.org/en/S/RES/2605(2021)). Acesso em: 17 nov. 2022.

UN. **The United Nations Secretary-General's call for a global ceasefire**. New York: Department of Political and Peacebuilding Affairs (DPPA), 2020n. Disponível em: https://peacemaker.un.org/sites/peacemaker.un.org/files/Policy%20Note%20Ceasefire%20Call%20Challenges%20Opportunities_0.pdf. Acesso em: 27 jan. 2021.

UN GEOSPATIAL. **General maps**. New York: United Nations, 2020. Disponível em: <https://www.un.org/geospatial/mapsgeo/generalmaps>. Acesso em: 24 dez. 2022.

UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM. **History of the Conflict**. Washington: USHMM, 2021. Disponível em: ushmm.org/genocide-prevention/countries/central-african-republic/case-study/background/history-of-conflict. Acesso em: 13 out. 2022.

VALENTINO, Benjamin A. Why We Kill: The Political Science of Political Violence against Civilians. **Annual Review of Political Science**, Palo Alto, v. 17, n. 1, p. 89–103, 2014. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/doi/10.1146/annurev-polisci-082112-141937>. Acesso em: 29 fev. 2024.

VALENTINO, Benjamin; HUTH, Paul; BALCH-LINDSAY, Dylan. "Draining the sea": Mass killing and guerrilla warfare. **International Organization**, Cambridge, v. 58, n. 2, p. 375–407, 2004.

VALENZOLA, Renato Henrique. O Conflito na República Democrática do Congo e a ausência do Estado na Regulação das Relações Sociais. **LEVS**, Marília, n. 12, 2013. Disponível em: <http://revistas.marilia.unesp.br/index.php/levs/article/view/3477>.

VAN DE WALLE, Steven; SCOTT, Zoe. The political role of service delivery in state-building: Exploring the relevance of European history for developing countries. **Development Policy Review**, London, v. 29, n. 1, p. 5–21, 2011.

VARIN, Caroline; ABUBAKAR, Dauda. **Violent non-state actors in Africa: Terrorists, rebels and warlords**. Cham: Palgrave Macmillan, 2017.

VINCI, Anthony. Greed-Grievance Reconsidered: The Role of Power and Survival in the Motivation of Armed Groups. **Civil Wars**, London, v. 8, n. 1, p. 25–45, 2006.

WALTER, Barbara F. Bargaining failures and civil war. **Annual Review of Political Science**, Palo Alto, v. 12, p. 243–261, 2009.

WALTER, Barbara F. Why Bad Governance Leads to Repeat Civil War. **Journal of Conflict Resolution**, Pennsylvania, v. 59, n. 7, p. 1–31, 2014.

WALTZ, Kenneth N. **Theory of International Politics**. Massachusetts: Addison-Wesley, 1979.

WEINSTEIN, Jeremy M. **Inside rebellion: the politics of insurgent violence**. New York: Cambridge University Press, 2007.

WEISS, Herbert. **War and Peace in the Democratic Republic of the Congo**. Uppsala: Nordiska Afrikainstitutet, 2000.

WEST, Sunguta. Al-Shabaab Attacks Spike, as COVID-19 Grips the World. **The Jamestown Foundation**, Washington, v. 18, n. 15, 2020. Disponível em: <https://jamestown.org/program/al-shabaab-attacks-spike-as-covid-19-grips-the-world/>. Acesso em: 18 ago. 2023.

WEYNS, Yannick *et al.* **Mapping Conflict Motives: The Central African Republic**. Antwerp: International Peace Information Service (IPIS), 2014. Disponível em: <https://itrace.conflictarm.com/>.

WILS, Oliver *et al.* **The Systemic Approach to Conflict Transformation: Concept and Fields of Application**. Berlin: Berghof Research Center for Constructive Conflict Management, 2006.

WOOD, Reed M. From loss to looting? Battlefield costs and rebel incentives for violence. **International Organization**, Cambridge, v. 68, n. 4, p. 979–999, 2014.

WORLD VISION INTERNATIONAL. **No one to turn to**. Uxbridge: World Vision International, 2014. Disponível em: <https://reliefweb.int/report/democratic-republic-congo/no-one-turn-life-children-eastern-drc>. Acesso em: 17 nov. 2022.

ZÜRN, Michael. **A theory of global governance: Authority, legitimacy, and contestation**. Oxford: Oxford University Press, 2018.

ANEXO – COMPROVANTE DE PESQUISA DE CAMPO**DECLARATION**

To whom it may concern,

I hereby declare that Julia Mori Aparecido carried out field research at MONUSCO base, regarding his project entitle The dynamics of armed groups in the Central African Republic and the Democratic Republic of Congo during the COVID-19 pandemic, financed by Sao Paulo Research Foundation (FAPESP) - Process 2023/02670-5, during the period of 13 to 24 / 08 / 2025.



Signature

Date: 24 / 01 / 2025

Name: Lt Cdr Faryana.

Post or function: Deputy Military Visit Cell.